

Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna

**Manuel Reis Gonçalves Nascimento**

Aspirante a Oficial de Polícia

Dissertação final de Mestrado em Ciências Policiais

## **Violência Doméstica contra as Mulheres:**

*O papel do género na dinâmica do atendimento*

Orientadora:

Prof. Doutora Susana Durão



Lisboa, Abril de 2012



# **Violência Doméstica contra as Mulheres:**

*O papel do gênero na dinâmica do atendimento*

*Ao meu pai, pela vida que me deu*

*Aos meus irmãos por fazerem parte dela*

*À minha mulher pela vida que me tem dado*

## Agradecimentos:

Àqueles que me ajudaram na realização deste trabalho:

- à doutora em Antropologia, Susana Durão, pela orientação;
- a todos os entrevistados, pela disponibilidade;
- aos meus *irmãos* Nelson de Pina e Gilson Tavares, por serem quem são

*a minha sincera gratidão.*

## **Resumo**

Considerando a importância da participação activa das forças de segurança (PSP e GNR) no combate à violência doméstica contra a mulher, este trabalho visa entender as percepções que os elementos policiais têm das questões ligadas ao género e a forma como as suas representações influenciam-nos na sua actuação com as vítimas.

Algumas questões básicas que este trabalho busca responder são: como é que os elementos que lidam directamente com as mulheres vítimas de violência doméstica percebem as questões de género?; quais são as suas práticas perante esta situação?; e, de que maneira as dificuldades institucionais influenciam a resposta desses profissionais ao problema?

Em termos metodológicos, trata-se de um trabalho reflexivo. Baseou-se na consulta bibliográfica onde adoptamos como referencial teórico a categoria género - que postula a construção histórica das relações sociais entre sexos - e a representação social que analisa a construção do sujeito enquanto sujeito social. Fez-se, também, na análise da legislação portuguesa de forma a perceber como as questões de géneros são aí abordadas. Procedeu-se, ainda, à análise de conteúdo de entrevistas realizadas a alguns elementos das EPAV e dos NIAVE, inseridos no programa Apoio à vítima - Violência Doméstica.

**Palavras-chave:** violência doméstica contra mulher, polícia, género, mulher

## **Abstract**

Considering the importance of the active participation of the security forces (PSP and GNR) in the combat against domestic violence against woman, this work aims to understand the police elements perceptions about questions of gender and the way their representations influence them in their action with the victims.

Some basic questions this work search to answer are: how the elements who deal directly with women victims of domestic violence, perceive the questions of gender?; which are their practices before this situation?; and, how the institutional difficulties influence the answer of these professionals to the problem?

In methodological terms, this is a reflective work. It was based on the bibliographical consultations adopting as theoretical reference the category gender - that claims the historical construction of the social relations between the sexes - and the social representation that analyzes the construction of the subject as a social subject. We studied the portuguese legislation in order to understand how questions of gender are treated facing the laws. We also analyzed the content of the data we obtained by interviewing some elements of the EPAV and the NIAVE, inserted in the Victim Support Program - Domestic Violence.

**Key-words:** domestic violence against woman, police, gender, woman

## **Siglas**

**APAV** - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

**CIG** - Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género

**COMETLIS** - Comando Metropolitano de Lisboa

**DGAI** - Direcção Geral da Administração Interna

**EII** - Equipas de Investigação e Inquérito

**EPAV** - Equipas de Proximidade e Apoio à vítima

**EPES** - Equipas de Proximidade e Escola Segura

**INE** - Instituto Nacional de Estatística

**MAI** - Ministério da Administração Interna

**MP** - Ministério Público

**NMUME** - Núcleo Mulher e Menor

**NUIPC** - Número Único de Identificação do Processo-Crime

**ONU** - Organização das Nações Unidas

**PIG** - Plano para Igualdade de Género

**PIPP** - Programa Integrado de Policiamento de Proximidade

**PNCVD** - Plano Nacional Contra a Violência Doméstica

**PSP** - Polícia de Segurança Pública

## Índice

Índice de anexos.....	VIII
Introdução.....	1
1. Capítulo 1 - A Violência de Género /Violência Doméstica Contra as Mulheres.....	5
1.1. O género nas ciências sociais .....	7
1.1.1. Diferenças biológicas como causa das diferenças entre géneros.....	9
1.1.2. O género socializado .....	11
1.1.3. Género e sexo construídos socialmente .....	13
2. Capítulo 2 - Construção social da categoria mulher - perspectivas sobre a desigualdade de género .....	14
2.1. Abordagens feministas.....	15
2.1.1. Feminismo liberal .....	16
2.1.2. Feminismo radical .....	17
2.1.3. Feminismo negro.....	20
3. Capítulo 3 - Legislação e actuação das Forças de Segurança (GNR e PSP) no âmbito da Violência Doméstica contra as Mulheres.....	22
3.1. O Género nas “leis da Violência Doméstica” em Portugal.....	22
3.1.1. Análise das leis da violência doméstica.....	22
3.1.2. Síntese .....	41
3.2. Atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica .....	44
3.3. O género pensado pelos policiais.....	48
Conclusão .....	52
Bibliografia .....	56
Anexos.....	61



## Índice de anexos

Anexo 1. Entrevista 1 .....	61
Anexo 2. Entrevista 2 .....	71
Anexo 3. Entrevista 3 .....	81
Anexo 4. Entrevista 4 .....	87
Anexo 5. Entrevista 5 .....	95
Anexo 6. Entrevista 6 .....	102
Anexo 7. Entrevista 7 .....	107
Anexo 8. Entrevista 8 .....	115
Anexo 9. Entrevista 9 .....	120
Anexo 10. Entrevista 10 .....	127
Anexo 11. Entrevista 11 .....	134

## **Introdução**

1.

Esta tese é sobre a forma como é feito actualmente o atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica na Polícia de Segurança Pública (PSP) e na Guarda Nacional Republicana (GNR), nas esquadras e postos locais e como este se articula com as questões de género. Apesar de estas duas forças de segurança se pautarem pela uniformização de procedimentos, sabemos que os policiais diferem, quer na percepção do meio que os rodeia, quer na resolução dos diversos problemas com que se deparam no dia-a-dia. Por isso procuramos entender a forma como os profissionais (homens e mulheres) dessas duas forças que lidam com mulheres vítimas de violência doméstica, vêem, interpretam e gerem situações relativas ao género. Especial atenção é dada aos elementos pertencentes às equipas de proximidade e de apoio à vítima da PSP (EPAV) e aos núcleos de investigação e de apoio a vítimas específicas da GNR (NIAVE).

A violência doméstica contra as mulheres ofende a dignidade da pessoa humana e configura uma grave violação dos direitos humanos, tal como é definida na Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW). Tal surge também, na Declaração e Plataforma de Acção de Pequim, da Organização das Nações Unidas (ONU), de 1995, na Organização Mundial da Saúde, nas resoluções da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 2006, no parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre violência doméstica contra mulheres, de 2006, na resolução do Parlamento Europeu, de 2009, no Conselho Europeu, de Dezembro de 2009 e na Estratégia Europeia de Combate à Violência contra as Mulheres, 2011-2015. Esta é uma realidade global, sistemática e permanente que está enraizada nas diferenças de poder e de desigualdade estrutural entre homens e mulheres e que está para além das especificidades históricas, sociais e religiosas. A violência doméstica afecta as mulheres de forma desproporcional só pelo facto de serem mulheres: desde o sofrimento físico e mental, até outras formas de coação ou inibição da liberdade, como a privação económica e o isolamento. Por estas razões, o combate a este tipo de violência contra as mulheres tem vindo a assumir-se como um dos objectivos nucleares ao alcance de uma sociedade mais justa e igualitária.

Grande parte da violência doméstica contra as mulheres - senão toda ela - é fruto de relações assentes nas diferenças e desigualdades de género. Este conceito, criado no seio da história das teorias sociais sobre a diferença sexual, levou vários estudiosos a problematizá-lo e a indagar acerca das causas dessas diferenças e desigualdades entre homens e mulheres. Das várias interpretações sociológicas nasceram posições normalmente contrastantes nas questões de género.

Paralelamente, - e como consequência da emancipação feminina ocorrida no século XIX com a ideia da igualdade entre os sexos - as discussões feministas passam a girar em torno desse mesmo conceito. A categoria “mulher” passa a ser analisada de forma diferente e o entusiasmo depositado nos estudos relativos a este tema culminaram numa massiva publicação feminista. Nasce assim as várias abordagens que tentam explicar a subordinação social das mulheres perante os homens.

Os binómios homem/mulher, masculinidade/feminilidade, são construções científicas mas também sociais. Assim, nos capítulos 1 e 2 analisamos a forma como a Sociologia e as outras ciências sociais entendem o género e como este é construído. Pretendemos compreender as várias abordagens sociológicas que explicam as diferenças entre homens e mulheres e, consequentemente, a formação das identidades do género e dos papéis sociais que se baseiam nestas mesmas identidades. No 1º capítulo, em primeiro lugar, faremos uma exposição dos argumentos dos estudiosos que defendem que as diferenças comportamentais entre homens e mulheres são consequência das diferenças biológicas. Seguidamente, voltaremos a nossa atenção para os defensores da ideia de socialização. Estes dão especial importância à aprendizagem dos papéis de género. No 2º capítulo, em complemento do 1º, tentaremos perceber de que forma são construídas/modificadas as categorias “homem” e “mulher”, com especial incidência na segunda. Para tal, focaremos as abordagens feministas - onde se inserem os feminismos, liberal, radical e negro.

Sabendo que a polícia é a instituição que, em geral, faz o primeiro atendimento a mulheres vítimas de violência, pensamos ser necessário alargar a abordagem problemática à actividade policial, mais propriamente àquela ligada à violência doméstica contra as mulheres. Por vezes a acção dos policiais é predominantemente moral - grande parte do trabalho policial é feita em conformidade com a sua interpretação do social, com as suas convicções, com os seus hábitos e costumes. É

importante saber se uma mulher vítima de violência doméstica prefere ser atendida por um policial feminino, masculino ou se lhe é indiferente o género, mas entendemos ser igualmente importante saber o que os elementos policiais entrevistados pensam do assunto. Por isso, pareceu-nos determinante conhecer o prisma pelo qual os agentes vêem o atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica e pelo qual se regem. Assim, no capítulo 3, faremos uma análise às entrevistas realizadas aos elementos policiais que lidam com situações de violência doméstica contra as mulheres. Foram escolhidos agentes das EPAV e dos NIAVE porque são os que, supostamente, mais lidam com situações do tipo. Mais do que os outros elementos dessas duas forças de segurança, conhecem melhor as vítimas e as suas necessidades.

## 2.

As entrevistas foram realizadas a 11 elementos policiais: 2 pertencentes à EPAV da esquadra do Calvário - Lisboa; 3 pertencentes à EPAV da esquadra de Vila Real - Trás-os-Montes; 3 pertencentes à 7ª esquadra de investigação criminal (EIC), responsável pela investigação dos crimes de violência doméstica, que funciona na dependência da divisão de investigação criminal (DIC) do comando metropolitano de Lisboa (COMETLIS); e 3 pertencentes ao núcleo de investigação e de apoio a vítimas específicas (NIAVE) da GNR de Vila Real - Trás-os-Montes. As entrevistas foram presenciais.

Foram seleccionadas as esquadras do Calvário e de Vila Real porque representam realidades diferentes dada à localização e ao tipo de público com quem lidam. A 7ª EIC foi escolhida pelo facto de desenvolver um trabalho de investigação de crimes de violência doméstica, normalmente diferente do desenvolvido nas esquadras, e que lhes dá uma perspectiva diferente de ver e trabalhar a problemática da violência doméstica contra mulheres. O NIAVE da GNR, foi seleccionado pelo facto de pertencer a outra força policial que entretanto desenvolveu, métodos próprios e diferentes técnicas para lidar e resolver o problema.

O guião de entrevista contempla 5 grupos de perguntas: O primeiro grupo tem como objectivo perceber a forma como é feito o atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica nas esquadras e postos policiais; o segundo explora a forma como se processa o atendimento fora das esquadras, nas situações em que a polícia é chamada

ao local da ocorrência; o terceiro grupo engloba questões acerca do policiamento de proximidade; o quarto grupo versa sobre questões que se prendem com a opinião dos entrevistados acerca da actuação policial em função do género; e, por último, o quinto contém questões relativas às carreiras femininas nas duas forças de segurança.

Assim, pretendemos fazer uma análise a partir da perspectiva que os policiais que lidam directamente com mulheres vítimas de violência doméstica têm: das condições das salas de apoio às vítimas; dos policiais que fazem o atendimento ou que têm o primeiro contacto com as mulheres vítimas; da forma como as próprias vítimas os encaram; e da maior, menor ou igual atenção que se deve dar à violência doméstica contra as mulheres em relação aos outros tipos de violência, nomeadamente contra idosos e menores. Pretendemos, ainda, estabelecer um termo de comparação entre a actividade desenvolvida pelas EPAV e os NIAVE a fim de perceber as semelhanças e os pontos de dissonância.

O nosso trabalho é, em termos metodológicos, descritivo, traduzindo-se numa reflexão de dados que fomos tirando de leis, da bibliografia de vários autores e da análise do conteúdo das várias entrevista efectuadas.

## **1. Capítulo 1 - A Violência de Género /Violência Doméstica Contra as Mulheres**

Os estudos que incorporam a mulher e a abordagem de género expandiram durante um período da História marcado por inquietações feministas, mas ancorado em perspectivas antropológicas. Hoje as categorias mulher e género são fundamentais no trabalho de muitos estudiosos, mas nem sempre foi assim. Durante muito tempo, esses estudos e os referenciais teóricos da Antropologia pouco se cruzaram. Tal sucedeu-se com as influências das perspectivas desconstrutivistas nos estudos feministas e na Antropologia. Essas mudanças na História marcaram o início da caminhada para a descoberta da mulher e do género.

Um conjunto de factores, associado ao período pós II guerra, começou a dar visibilidade às mulheres. Passa a haver uma maior presença feminina no mercado de trabalho, inclusive nas universidades, há uma expansão da luta das mulheres para a igualdade de direitos e pela liberdade levando as mulheres a conquistarem o espaço público à medida que os movimentos feministas iam se afirmando. Os escritos académicos feministas vêm crescendo desde então.

Conceitos como, violência sexual, contracepção, aborto, juntamente com as reivindicações que se prendiam ao trabalho e à cidadania das mulheres, reaparecem em 1975 a quando da instauração, pela ONU, do Ano Internacional da Mulher. As mulheres pertencentes aos movimentos feministas lutavam por melhores condições de vida: saúde, educação, saneamento básico e habitação. Estes movimentos foram igualmente marcados pelas lutas pela expressão política. Desta forma, na década de 1970, as mulheres passam a ser vistas na sociedade e no meio académico, onde até então, os estudos sobre a mulher encontravam-se marginalizados da maior parte da produção e da documentação oficial. Nasce, assim, um interesse pela reconstrução das experiências, vidas e expectativas das mulheres nas sociedades passadas, descobrindo-as como objecto de estudo.

Da crítica e das diversas transformações nas reivindicações dos movimentos feministas surge o género enquanto categoria de análise. Diversos pensadores centram a sua atenção no estudo da mulher que, aliado aos movimentos feministas, propiciaram a emergência das pesquisas em torno do género. Dada a insuficiência dos corpos teóricos

existentes para explicar a persistência da desigualdade entre mulheres e homens, a categoria gênero passa a ocupar um lugar específico.

Segundo Matos, “enquanto nova categoria, o gênero (...) vulgarmente ainda é usado como sinónimo de mulher, já que seu uso teve uma acolhida maior entre os estudiosos deste tema” (2006:288). As relações de gênero são constituintes das relações sociais baseadas nas diferenças hierárquicas que distinguem os sexos, e são portanto uma forma primária de relações de poder. A violência entre os gêneros, pelo facto de incidir com mais ênfase sobre as mulheres, fez com que o conceito de violência de gênero fosse e continue a ser utilizado como sinónimo de violência contra a mulher. No entanto, diz respeito a um leque maior de situações tais como: violência física, sexual e psicológica cometida por parceiros íntimos, violação, abuso de raparigas, assédio sexual no local de trabalho, violência contra a homossexualidade, tráfico de mulheres, turismo sexual, violência étnica e racial, violência cometida pelo Estado por acção ou omissão, mutilação genital feminina, violência e assassinatos ligados ao dote e violação em massa nas guerras e conflitos armados. Assim, violência de gênero inclui qualquer tipo de violência física, sexual ou psicológica que ocorra não só na família, mas também dentro da comunidade em geral. A violência sobre a mulher “compreende dinâmicas mais amplas. Por um lado, pode envolver o uso intencional da força ou intimidação (...) coagindo-a na sua acção ou causando-lhe dano físico e, por outro, um leque de agressões não físicas, mas igualmente violentas, designadamente a violência emocional ou psicológica que pode assumir consequências mais profundas do que a vítima ção física por si só” (Gelles, 1997 cit. in Matos *et al.* 2003:85).

A categoria gênero é utilizada pela Sociologia e outras ciências humanas para demonstrar e sistematizar as desigualdades socioculturais existentes entre mulheres e homens, que se reflectem na esfera da vida pública e privada dos dois sexos, impondo-lhes papéis sociais diferenciados que foram construídos historicamente, e criaram pólos de dominação (homem) e submissão (mulher). Violência de gênero refere-se, quer à violência “física: espancamentos, estupros etc. -, tão bem conhecida, quer àquelas outras formas subtis, engenhosas, compreendendo a chamada violência simbólica, que, na verdade, mascaram fortes desigualdades. Impossibilidade de acesso a todas as modalidades de trabalho, além da desvalorização do trabalho feminino, discriminação

quanto à educação, incapacidade política, civil, restrições ao exercício da sexualidade, todas são, igualmente, formas de violência” de género (Soihet, 2006:373).

Em 1993 a Declaração das Nações Unidas sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres deu a primeira definição oficial da violência de género; “qualquer acto de violência que dê ou possa dar origem a danos físicos, sexuais ou psicológicos ou que provoquem ou possam provocar sofrimento das mulheres, incluindo ameaças desses actos, a coacção ou privação arbitrária de liberdade, quer ocorram em público ou na vida privada”. Esta definição viria a ser alargada, passando a abranger a violência doméstica, os crimes cometidos em nome da honra, os crimes cometidos em nome do amor e da paixão (crimes passionais), o tráfico de mulheres e raparigas, as práticas tradicionais prejudiciais às mulheres, incluindo a mutilação genital feminina, os casamentos prematuros e as uniões forçadas, o infanticídio feminino, a violência e mortes relacionadas a dotes, os ataques com ácido e a violência relacionada à exploração sexual comercial assim como à exploração económica (ver por ex. Plataforma de Acção de Pequim, 1995).

O grupo de peritos do Concelho da Europa (cit. in Antunes cit. in Violência Contra as Mulheres: Tolerância Zero - Actas da Conferência Europeia, 200:101) entendeu a violência contra a mulher como sendo “qualquer acto, omissão ou conduta que serve para infligir sofrimentos físicos, sexuais ou mentais, directa ou indirectamente, por meio de enganos, ameaças, coacção ou qualquer outro meio, a qualquer mulher e tendo por objectivo e como efeito intimidá-la, puni-la ou humilhá-la ou mantê-la nos papéis estereotipados ligados ao sexo, ou recusar-lhe a dignidade humana, a autonomia sexual, a integridade física, mental e moral ou abalar a sua segurança pessoal, o seu amor-próprio ou a sua personalidade, ou diminuir as suas capacidades físicas ou intelectuais”.

### **1.1. O género nas ciências sociais**

O conceito de género vem-se disseminando desde os anos de 1980. O interesse pelo estudo deste conceito, em parte, prende-se com a necessidade de um novo olhar sobre uma realidade que entende as diferenças entre características consideradas femininas e características consideradas masculinas como fundamento das hierarquias



presentes na sociedade. Com a utilização deste conceito nasceu uma nova forma de ver e de pensar o assunto. Prova disso é a sua difusão notável na teoria social - essas marcas evidenciam-se na produção literária de reconhecidos estudiosos, autores e/ou sociólogos. Homens e mulheres são diferentes. Mas onde estão as origens dessas diferenças? Explicar a formação de identidades de género e os papéis sociais baseados nessas mesmas identidades tem sido tarefa de alguns estudiosos. Assim, apareceram várias abordagens - normalmente contraditórias entre si - para explicar as diferenças de género.

Contudo, antes de analisarmos estas abordagens - e para que melhor se perceba o assunto sobre o qual vamos nos debruçar - mostra-se necessário ter em atenção a distinção entre os conceitos, sexo e género. Para Giddens, os sociólogos utilizam o termo sexo quando se referem às diferenças anatómicas e fisiológicas que definem o corpo masculino e o corpo feminino enquanto por género deve entender-se as diferenças psicológicas, sociais e culturais entre indivíduos do sexo masculino e do sexo feminino. Acrescenta que o género está associado a noções socialmente construídas de masculinidade e feminilidade; não é necessariamente um produto directo do sexo biológico de um indivíduo (2004: 109). Nas palavras de Amâncio, o conceito de sexo passará a designar, exclusivamente, as características biológicas distintas de homens e mulheres enquanto o conceito de género designará, por seu turno, as expectativas sociais relativas aos comportamentos masculino e feminino, ou seja, os significados sociais atribuídos a cada categoria sexual (1998: 23-24). Na mesma linha de pensamento, Coser, Rhea, Steffan e Nock, esclarecem que sexo refere-se aos aspectos biológicos de macho (“maleness”) e fêmea (“femaleness”) enquanto género refere-se às características psicológicas associadas a masculinidade (masculinity) e feminilidade (femininity) (1983: 258). Debert, reforçando a mesma ideia, refere que género não é sinónimo de diferença sexual, nem de valores e comportamentos que se constituem numa base tida como biologicamente natural (2008, resenha do livro de Ilana Löwy, *L’emprise du genre - masculinité, feminité, inégalité*). Esta distinção torna-se importante na medida em que permitirá, mais adiante, compreender melhor as expectativas sociais que, historicamente, regeram os comportamentos de homens e mulheres

Existem, fundamentalmente, três grandes abordagens sociológicas quanto à interpretação das diferenças e desigualdades de género. De uma parte, os estudiosos defendem “a existência de uma base biológica nas diferenças de comportamento entre homens e mulheres”. De um outro prisma, encontramos “teorias que dão particular importância à socialização e à aprendizagem dos papéis de género”; e “às concepções dos estudiosos que pensam que nem o género nem o sexo têm uma base biológica, sendo construídos a nível social” (Giddens, 2004:109). Estas são as três abordagens que aprofundaremos nos capítulos seguintes.

### **1.1.1. Diferenças biológicas como causa das diferenças entre géneros**

Terão as diferenças no comportamento dos homens e das mulheres proveniência no sexo, em vez do género? Serão as diferenças de comportamento, resultado das diferenças biológicas? Alguns autores defendem que as diferenças congénitas no comportamento entre homens e mulheres são consequência dos aspectos da biologia humana. “A ideologia sexista afirma que as diferenças entre sexos baseiam-se em características inatas e que as mulheres são naturalmente inferiores aos homens na maioria dos aspectos” (Coser, Rhea, Steffan e Nock, 1983: 244). Os estudiosos que defendem esta linha de pensamento argumentam que as diferenças biológicas são transversais a todas as culturas e por isso são responsáveis pelas desigualdades entre géneros, características da maior parte das sociedades humanas. Investigadores desta linha de pensamento “concentram-se no facto de, por exemplo, em quase todas as culturas, os homens participarem na caça e na guerra, e não as mulheres. Afirmam que este facto é comprovativo de que os homens possuem tendências biológicas para a agressão que faltam às mulheres” (Giddens, 2004:109).

Contudo, este argumento não convence muitos investigadores. Simone de Beauvoir, na sua obra *O Segundo Sexo*, afirma que uma trajectória social não é, impreterivelmente, determinada pelas características biológicas. Ao afirmar “não nascemos mulheres, tornamo-nos mulher”, a autora, para além de salientar que as representações sociais acerca de homens e mulheres ser de carácter social e cultural, rejeita a ideia do determinismo biológico (1967:9). “Da mesma forma, outros investigadores contra-argumentam dizendo que o nível agressividade dos homens varia

bastante de cultura para cultura, e em algumas culturas espera-se que as mulheres sejam mais passivas ou dóceis que noutras culturas” (Elshtain, 1987 cit. in Giddens, 2004:109). As teorias da diferença natural foram fortemente criticadas por os estudos destas teorias, em vez de partirem dos indícios antropológicos e históricos sobre o comportamento humano, o qual varia ao longo do tempo e consoante o espaço geográfico, basearem-se, muitas vezes, em estudos sobre o comportamento animal. Os críticos acrescentam que “o facto de uma característica ser mais ou menos universal, não significa que seja de origem biológica; poderão existir factores culturais generalizados que originem estas características” (Giddens, 2004:109). Como afirma Núncio, o facto de “as actividades das mulheres” terem decorrido “sempre no domínio do espaço doméstico (...). Tradicionalmente, o domínio da acção feminina é do cuidado aos outros. A existência feminina decorria em função das necessidades dos outros, no grupo familiar” (2008: 27-28). Por conseguinte, as mulheres não estariam preparadas para desenvolver actividades no espaço exterior: procurar recursos para a subsistência da família, guerrear, entre outras.

Coser, Rhea, Steffan e Nock sustentam a sua crítica num estudo feito pela antropóloga Margaret Mead: “Nas suas pesquisas nas tribos da Nova Guiné, a antropóloga de renome Margaret Mead dá o exemplo clássico de como de como a cultura molda os traços frequentemente considerados femininos ou masculinos. Entre os Arapesh Mead descobriu que tanto os “machos” como as “fêmeas” exibiam traços supostamente femininos como a gentileza, passividade e calor emocional. Competição e agressão eram desencorajadas e homens e mulheres eram responsáveis por cuidar das crianças. Uma segunda tribo, os Mundugumor era caracterizada pelo suposto trato masculino. Machos e fêmeas eram violentos, pessoas agressivas com pouco tempo para as suas crianças. Uma terceira tribo, os Tchambuli, tinham regras sexuais exactamente opostas (...). As mulheres eram as responsáveis pelo sustento da família (breadwinners), e os homens cuidavam das crianças. Mead concluiu a partir do seu trabalho que as “regras sexuais” não têm nenhuma relação inerente com o sexo biológico” (1983: 246). Acrescentam que outros antropólogos fizeram descobertas semelhantes noutras culturas.

Segundo Giddens, embora não seja possível rejeitar liminarmente a hipótese dos factores biológicos determinarem padrões de comportamento no homens e nas

mulheres, a investigação de quase um século para identificar as origens fisiológicas de tal influência não teve sucesso (2004:110). Não há provas dos mecanismos que iriam associar tais forças biológicas aos comportamentos sociais complexos dos homens e das mulheres” (Connell, 1987 cit. in Giddens, 2004:109-110). “As teorias que vêem os indivíduos a agir de acordo com uma espécie de predisposição descaram o papel vital da interação social na formação do comportamento humano” (*idem*). A única certeza que se pode ter é que todas as culturas sempre tenderam a fazer uma divisão social do trabalho entre homens e mulheres. Tal não significa que as tarefas de uns e de outros sejam iguais em todas as culturas.

### **1.1.2. O gênero socializado**

Outra forma de perceber as origens das diferenças de gênero é estudando a forma como o gênero se socializa através da aprendizagem de papéis com base nos agentes sociais: família, escola, meios de comunicação social, entre outros. “Esta abordagem estabelece uma distinção entre sexo biológico e gênero social - uma criança nasce com o primeiro e desenvolve-se com o segundo. As crianças, através do contacto com diversos agentes de socialização, primários e secundários, interiorizam progressivamente as normas e expectativas sociais que correspondem ao seu sexo. As diferenças de gênero não são determinadas biologicamente, mas geradas culturalmente” (Giddens, 2004:110). Essa socialização feita com base em papéis diferentes origina, obviamente, desigualdades de gênero.

As teorias de socialização têm o apoio dos funcionalistas uma vez que estes vêem os rapazes e as raparigas como aprendizes dos papéis sexuais expectáveis pela sociedade. Masculinidade e feminilidade são a consequência das identidades masculina e feminina e baseiam-se na aprendizagem dos papéis sexuais. “Todas as sociedades atribuem diferentes regras a homens e mulheres de acordo com o seu sexo. Ser homem significa jogar com certas regras sociais; ser mulher significa jogar com outras. (...) É suposto os homens irem trabalhar e sustentar as suas famílias; o lugar das mulheres é em casa a cuidar da mesma e criar os filhos.” (Coser, Rhea, Steffan e Nock, 1983: 245-247).

Rapazes e raparigas são pressionados pela sociedade o que desemboca num processo de sanções positivas e negativas que recompensam ou reprimem determinados comportamentos. Um rapaz pode ser positivamente sancionado, por exemplo, quando demonstra bravura ou negativamente, por exemplo, quando pinta as unhas. Uma rapariga pode ser positivamente sancionado, por exemplo (“És uma boa dona de casa!”) ou ter uma sanção negativa (“Raparigas não jogam à bola.”). Confrontados com essas sanções (positivas ou negativas), rapazes e raparigas transformam-se naquilo que se espera que venham a ser em conformidade com o papel sexual. “Noções de masculinidade e feminilidade são atributos psicológicos associados às regras seguidas por homens e mulheres” (Coser, Rhea, Steffan e Nock, 1983: 245). A sociedade superintende, através dos agentes de socialização, um processo considerado natural pelos funcionalistas. Este processo repercutir-se-á e repetir-se-á de geração em geração.

Contudo, muitos estudiosos apontam críticas a esta interpretação rígida dos papéis sexuais e da socialização. A sociedade não é um grupo homogêneo; é constituída por outros subgrupos (família, escola, grupo de amigos, grupos de lazer, entre outros) e por conseguinte sujeitos a atritos. Logo, este processo não poderá ser totalmente harmonioso. Os críticos acrescentam que as teorias da socialização ignoram o livre arbítrio dos indivíduos, ou seja, a sua “capacidade para rejeitar, ou modificar, as expectativas sociais que envolvem os papéis sociais” (Giddens, 2004:110). “Os agentes da socialização não gerem efeitos mecânicos num ser em crescimento. Pede-se à criança para participar na prática social impondo-lhe determinadas condições. O pedido poderá ser, e é muitas vezes, coercivo - acompanhado por uma grande pressão para ser aceite e sem se pôr uma alternativa (...). Mesmo assim, as crianças declinam, ou começam mais precisamente a tomar a sua própria posição o domínio do gênero. Poderão rejeitar a heterossexualidade (...) poderão começar a misturar elementos masculinos e femininos, o que ocorre, por exemplo, quando as raparigas persistem em praticar desportos competitivos na escola. Poderão iniciar uma ruptura nas suas próprias vidas, por exemplo, quando os rapazes se vestem a sós com roupas femininas. Poderão construir uma vida de fantasia que entra em conflito com a sua prática actual, o que é talvez a prática mais comum” (Connell, 1987 cit. in Giddens 2004:110). Por outras palavras, apesar de as regras serem dítadas pela sociedade, alguns (homens e mulheres) tendem a criar e a seguir regras diferentes. Conforme Giddens lembra-nos, “os seres humanos não

são objectos passivos ou receptores inquestionáveis de uma programação do género, como alguns sociólogos sugeriram. As pessoas são agentes activos que criam e modificam papéis em si mesmas” (2004:110). O autor acrescenta que, “embora seja necessário algum cepticismo relativamente a qualquer adopção na globalidade da teoria dos papéis sexuais, muitos estudos revelaram que as identidades do género são, em certa mediada, fruto das influências sociais” (*idem*).

### **1.1.3. Género e sexo construídos socialmente**

Um número cada vez maior de sociólogos tem criticado, nos últimos anos, as teorias da socialização e do papel do género. Afirmam que deveria considerar-se tanto o sexo como o género enquanto aspectos construídos socialmente, em vez de considerarem o sexo como um facto determinado biologicamente e o género como um facto aprendido culturalmente. O género seria propriamente social; mas também o próprio corpo humano está sujeito às forças sociais que o moldam e o mudam de várias formas. Aos nossos corpos é possível atribuir significados que questionam o que é geralmente considerado como natural. “Os indivíduos poderão optar por construir ou reconstruir os seus corpos conforme a sua vontade - recorrendo desde a actividade física, à dieta, ao *piercing* e ao estilo pessoal, até à cirurgia plástica e as operações de mudança de sexo. A tecnologia estará a dissipar os limites dos nossos corpos” (Giddens, 2004:114). Assim, os sociólogos defensores desta linha de pensamento argumentam que nem o corpo humano, nem biologia são dados adquiridos, estando sujeitos à acção humana e à escolha pessoal em contextos sociais diferentes” (*idem*).

## **2. Capítulo 2 - Construção social da categoria mulher - perspectivas sobre a desigualdade de género**

De acordo com os autores referidos, o género é um conceito socialmente criado que atribui aos homens e às mulheres papéis sociais e identidades diferentes. Porém, as diferenças de género raramente são neutras. A estratificação social, em quase todas as sociedades, é feita em função do género. Os tipos de oportunidade e das hipóteses de vida que os indivíduos e os grupos enfrentam, estruturam-se, na maior parte das vezes, no factor género, influenciando fortemente os papéis que homens e mulheres desempenham nas instituições sociais, da família ao Estado. “Embora os papéis dos homens e das mulheres variem de cultura para cultura, não se conhece nenhuma sociedade ocidental em que as mulheres tenham mais poder que os homens” (Giddens, 2004:114). De um modo geral, os papéis dos homens são muito mais valorizados e recompensados do que os das mulheres: em quase todas as culturas, as mulheres assumem a responsabilidade primária de educar os filhos e ocupar-se das actividades domésticas, enquanto os homens assumem tradicionalmente a responsabilidade de sustentar a família. “A divisão de trabalho prevalecente entre sexos levou os homens e as mulheres a assumirem posições desiguais em termos de poder, prestígio e riqueza” (Giddens, 2004:114).

Apesar dos progressos das mulheres em países de todo o mundo, as diferenças de género continuam a servir de base para as desigualdades sociais. Investigar e explicar a desigualdade de género tornou-se uma preocupação central para os sociólogos. Surgiram muitas teorias para explicar o domínio duradouro dos homens sobre as mulheres - nas áreas da economia, da política, da família, entre outras. Assim, nesta parte do trabalho, rever-se-ão as principais abordagens teóricas para explicar a natureza da desigualdade de género a nível da sociedade. “Os sociólogos definem a desigualdade de género como a diferença de estatuto, poder e prestígio que as mulheres e os homens adquirem em grupo, colectividades e sociedades” (Giddens, 2004:115). Reflectir sobre a desigualdade de género entre homens e mulheres implica questionar se homens e mulheres são tratados de igual forma no que toca, ao acesso a recursos societários valorizados (alimentação, salário, poder e tempo), a opções de vida e à valorização de

papéis e actividades. Estas questões fundamentais sobre as desigualdades de género serão, também, levantadas nalguns pontos ao longo dos próximos capítulos.

Os estudiosos que têm discutido este assunto abordam-no com entusiasmo pois vêem nele uma nova forma de entender e analisar a categoria mulher. Uma nova ênfase é dada a esta categoria, marcando, desta forma, as discussões académicas feministas dos últimos anos. Considerando que este processo foi, e continua a ser, marcado por tensões que só podem ser compreendidas relacionando as discussões feministas e o desenvolvimento do conceito de género, entendemos, também, percorrer o pensamento feminista desenvolvido a partir da década de 1960.

## **2.1. Abordagens feministas**

Podemos sentir-nos tentados a pensar, e até mesmo a afirmar, que o movimento feminista acabou. No entender de Ana Costa, o feminismo como movimento social nunca esteve tão vivo, tão mobilizado, tão actuante como nesse início de século, de milénio. “Talvez tenha mudado de cara, já não queima sutiã, raramente faz passeata e panfletagem, o que não significa dizer que tenha perdido sua radicalidade, abandonado suas lutas, se acomodado com as conquistas obtidas ou mesmo se institucionalizado” (2006:51). Trata-se de um movimento que mobilizou militantes de vários países da Europa, dos Estados Unidos e, posteriormente, de alguns países da América Latina mas que, apesar de ter atingido o seu pico na luta sufragista - luta das mulheres pelo direito de voto (finais do séc. XIX) -, muda todos os dias conforme os problemas que enfrenta e conforme as suas conquistas.

Muitos estudiosos, ao longo dos tempos (séc. XIX, anos 60, 70, 80 e 90) e inspirados no movimento feminista, escreveram tentando explicar as desigualdades de género e como forma de tentar ultrapassar estas mesmas desigualdades. Apareceram, assim, várias teorias feministas relativas à desigualdade de género. As autoras feministas focam a sua atenção na posição desigual das mulheres na sociedade, não obstante, apresentam argumentos que divergem substancialmente entre si. “Correntes feministas concorrentes procuram explicar as desigualdades de género recorrendo a uma variedade de processos sociais profundamente enraizados, como o sexismo, o patriarcado, o capitalismo e o racismo” (Giddens, 2004:116). O feminismo liberal, o



radical e o negro são três das principais perspectivas feministas sobre as quais debruçaremos nos próximos subcapítulos.

### **2.1.1. Feminismo liberal**

Segundo Giddens, “o feminismo liberal procura explicações para as desigualdades de género nos comportamentos sociais e culturais” (2004:116). Esta versão do feminismo baseia-se em princípios da filosofia política liberal - proclamados por Immanuel Kant, John Locke, entre outros - aplicados às desigualdades políticas e económicas vividas pelas mulheres. As feministas liberais entendem a igualdade como sendo o tratamento sem distinção perante a lei e a equivalência de poder sócio-económico. Para além da legislação, defendem que o Estado deve intervir, através de outros meios democráticos, no sentido de se conseguir a paridade entre homens e mulheres. Entendem que a mulher não deve ocupar uma posição de subordinação na sociedade e por isso concentram-se nos vários factores que contribuem para as desigualdades entre homens e mulheres: o sexismo e a discriminação das mulheres no local de trabalho, nas instituições educativas e nos meios de comunicação. As feministas democráticas são apoiantes activas da igualdade de salários e da não discriminação sexual; afirmam que para eliminar a discriminação é preciso que a igualdade esteja consagrada na lei.

Algumas feministas liberais acusam, por exemplo, os Media de transmitirem uma imagem que não é totalmente verdadeira daquilo que se passa na sociedade: concedem às mulheres, principalmente nos trechos publicitários, papéis predominantemente relacionados com a actividade doméstica e que traduzem submissão perante os homens. Entendem que aos Media só interessa o lucro e por essa razão estes trabalham em função daquilo que o público gosta, daquilo que vende. As feministas liberais opõem-se por completo à censura como um todo - que poderia ser usada contra as mulheres - e procuram introduzir reformas graduais no sistema existente, o que faz com que os seus métodos e objectivos sejam diferentes dos das feministas radicais, que reivindicam o fim do sistema existente.

Não obstante a posição das feministas liberais face ao progresso das mulheres no último século, tem sido alvo de críticas. “Os seus críticos acusam-nas de não saberem

lidar com as causas da origem da desigualdade de género e de não reconhecerem a natureza sistemática da opressão sobre as mulheres na sociedade. Ao focarem a sua atenção nas privações independentes que as mulheres sofrem - sexismo, discriminação, um “tecto” salarial revelador de desigualdade de salários -, as feministas dão apenas uma imagem parcial da desigualdade de género. As feministas radicais acusam as feministas liberais de incentivarem as mulheres a aceitar uma sociedade desigual e o seu carácter competitivo” (Giddens, 2004:117).

### **2.1.2. Feminismo radical**

O feminismo radical defende em alternativa que as mulheres deveriam, num patamar de igualdade perante os homens, expressar os seus sentimentos e as suas experiências, os quais só assim seriam reconhecidos intelectual e culturalmente. “As feministas radiais argumentaram que a dominação masculina excluía as mulheres da história, da política, da teoria, e das explicações prevalecentes da realidade” (Piscitelli, 2001:6). Por isso, os inícios desta corrente foram marcados por uma luta promotora do conhecimento, da valorização e da libertação do corpo feminino. Esta corrente assenta na ideia de que o patriarcado - dominação do homem - é a causa de todas as desigualdades. “As mulheres são oprimidas pelo facto de serem mulheres” (Piscitelli, 2001:4). Os seus seguidores vêem o sistema actual como sendo uma tirania do discurso político e filosófico dos homens. Como Giddens explica: “o feminismo radical assenta na crença de que os homens são responsáveis pela exploração das mulheres e beneficiam desse facto. A análise do patriarcado - o domínio sistemático dos homens sobre as mulheres - é a questão principal para este ramo do feminismo. O patriarcado é considerado como um fenómeno universal que tem existido ao longo do tempo e em múltiplas culturas. As feministas radicais concentram-se, muitas vezes, na família como uma das fontes primárias de opressão das mulheres na sociedade. Afirmam que os homens exploram as mulheres pois contam com o trabalho doméstico gratuito realizado pelas mulheres em casa. Enquanto grupo, os homens negam igualmente a acesso das mulheres a cargos de poder e de influência na sociedade”. (Giddens, 2004:117)

Algumas feministas radicais defendem que são as interações sociais que ditam única e exclusivamente as diferenças sexuais no que respeita ao comportamento.

Conforme Elizabete da Silva, “para vencer a opressão feminina, as feministas desta corrente defendem que é fundamental, mas não basta apenas, concentrar os esforços na busca das explicações sobre as diferenças entre os sexos e a subordinação da mulher no sistema patriarcal, mas que as mulheres devem se unir na luta contra os homens (...), assim como, devem rejeitar o Estado e todas as instituições formais por ser produto do homem e, portanto, de carácter patriarcal” (2011:4).

As feministas radicais entendem que os homens tiram proveitos económicos, sexuais e psicológicos do sistema patriarcal. Por essa razão, o movimento feminista radical investiu na criação de grupos de auto consciência - o que foi uma das maiores contribuições deste movimento - e na criação de formas alternativas de vida para as mulheres. Algumas feministas radicais defendem que uma das formas de acabar com a subordinação das mulheres seria a abolição da família e das relações de poder nela existente. Isto porque o facto de as mulheres “serem biologicamente capazes de dar à luz, tornam-se materialmente dependentes dos homens nos fins de protecção e subsistência” (Giddens, 2004:117). “O corpo feminino é uma pré-condição necessária para a permanência da opressão patriarcal” (Piscitelli, 2001:5). Entendem, portanto, - embora haja divergências nas suas interpretações quanto ao que constitui a base do patriarcado - que “ele envolve algum tipo de apropriação do corpo e da sexualidade das mulheres” (Giddens, 2004:117).

“Outras feministas radicais apontam a importância da violência masculina sobre as mulheres como um facto central na supremacia masculina. Nesta perspectiva, a violência doméstica, a violação e o assédio sexual são parte de uma opressão sistemática das mulheres, e não são casos isolados com as suas próprias causas psicológicas e criminosas. Até as interações quotidianas - como a comunicação não-verbal, os padrões de audição e interrupção, e o bem-estar das mulheres em público - contribuem para a desigualdade de género. (...) As normas sociais e culturais que realçam um corpo elegante e uma atitude carinhosa e atenciosa para com os homens, por exemplo, ajudam a perpetuar a subordinação das mulheres” (Giddens, 2004:117).

As feministas radicais entendem que as mulheres foram e são alvo de injustiças, e ao contrário das liberais, não acreditam no fim da opressão das mulheres através de reorganizações sociais ou mudanças progressivas no sistema. Vão mais longe afirmando

que só com a eliminação da ordem patriarcal é que homens e mulheres estarão em pé de igualdade.

É importante referir que as contestações feministas nasceram numa altura em que vigoravam as concepções do pensamento de esquerda, baseados no Marxismo (finais do séc. XIX) que interpreta a vida social como um luta de classes. As feministas entenderam que este conceito do político não poderia abranger todas as mulheres visto que algumas poderiam estar na classe opressora e outras na classe oprimida. Partindo da premissa que todas as mulheres são oprimidas, a política passa a abranger todas as relações de poder mesmo não estando relacionados com a esfera pública. Assim, instituições patriarcais eram entendidas como aquelas em que havia dominação masculina.

O conceito de patriarcado foi bastante utilizado por muitas teóricas femininas. Declarar que “o pessoal é político” foi uma forma que as feministas radicais criaram de chamaram a atenção para as várias formas de opressão sobre as mulheres - que é o caso da violência masculina que é uma questão que foi trazida para o centro de debates sobre a subordinação das mulheres.

As opiniões das feministas radicais levantam dúvidas a alguns estudiosos da matéria. Há quem defenda que o conceito de patriarcado para explicar a opressão sobre as mulheres não é utilizado da forma mais adequada. “O conceito de patriarcado, útil do ponto de vista da mobilização política, colocou sérios problemas no que refere à apreensão da historicidade da condição feminina. O conceito foi importante na medida em que distinguia forças específicas na manutenção do sexismo e útil, em termos da tentativa feminista de mostrar que a subordinação feminina, longe de ser inevitável, era a naturalização de um fenómeno contingente e histórico, era que se o patriarcado teve um início poderia ter um fim. O pensamento feminista procurou no patriarcado a ideia de uma origem, de um tempo anterior, quando teria começado a história da opressão das mulheres - a organização social contemporânea actualizaria a ordem existente nas sociedades arcaicas, na qual a dominação era exercida por homens.” (Piscitelli, 2001:7). Na mesma linha de pensamento, Giddens acrescenta: “Os críticos afirmam, contudo, que o conceito de patriarcado não admite variações históricas ou culturais. Ignora igualmente a influência importante que a raça, a classe ou a etnicidade possam ter na natureza da subordinação das mulheres. Por outras palavras, não é possível considerar o

patriarcado como um fenómeno universal, pois ao fazê-lo, corre-se o risco do “reducionismo biológico” - reduzir todas as complexidades da desigualdade de género a uma mera distinção entre homens e mulheres” (2004:118). O conceito de patriarcado deve ser utilizado de forma adequada pois quando utilizada fora do seu contexto “obscurece a compreensão das relações sociais que organizam diversas formas de discriminação. Mas é importante compreender que o patriarcado, assim como outras explicações da origem e as causas da subordinação feminina, tinham o objectivo de demonstrar que a subordinação da mulher não é natural e que, portanto, é possível combatê-la” (Piscitelli, 2001:7).

### **2.1.3. Feminismo negro**

Uma questão chave para este “ramo” do feminismo é: será que os outros “ramos” do feminismo se aplicam de igual forma às mulheres brancas e não-brancas? Muitas feministas negras garantem que não. “Afirmam que as principais correntes de pensamento feministas não tomam em consideração as diferenças étnicas entre as mulheres, estando orientadas para os dilemas das mulheres brancas que pertencem predominantemente à classe média nas sociedades industrializadas” (Giddens, 2001).

Feministas negras defendem que as feministas dos outros “ramos” pecam por assumirem que homens e mulheres são diferentes mas brancos e negros, da mesma forma. Para as feministas negras, mulher é termo insuficiente para dar conta da realidade de todas as mulheres - referia-se a apenas algumas mulheres: as brancas, de camadas médias urbanas. Entendem que não é correcto generalizar teorias sobre a subordinação das mulheres a partir da experiência de um grupo específico de mulheres.

Os estudiosos, ao focarem a sua atenção no movimento feminista, descoraram a importância da raça nas suas pesquisas. Como consequência disso, são poucos os registos das formas históricas de organização do povo negro. Porque o movimento negro não foi estudado com merecida atenção, instala-se, então, a luta das mulheres negras - luta contra o “racismo e suas manifestações através do preconceito e da discriminação racial e contra as contradições presentes na relação entre os géneros que tem feito progressos notáveis no campo dos direitos sociais e humanos” (Raimundo, Gehlen e Almeida, 2000:3). As feministas negras mostraram-se insatisfeitas com as

outras versões de feminismo existentes. Por esta razão o feminismo negro é um movimento que teve na sua génese problemas específicos que as mulheres negras enfrentam. As reivindicações das mulheres negras prendem-se na maior parte das vezes com direitos sociais e, muitas vezes, por direitos “básicos de sobrevivência”. “A mulher negra sempre necessitou estar inserida na luta por melhores condições de existência e isto se dava através de diversas formas de organização, desde o período escravista, no pós-abolição e até os dias actuais, com organizações que nem sempre se acomodaram nos moldes formais, mas que sempre foram constantes” (*idem*).

As feministas negras dão ênfase ao seu passado pois entendem que ele está na origem dos problemas que enfrentam actualmente. “Os textos das feministas negras norte-americanas dão ênfase à influência do poderoso legado da escravatura, da segregação e do movimento dos direitos civis sobre a desigualdade de género na comunidade negra. Salientam que as primeiras sufragistas negras apoiaram a campanha a favor dos direitos das mulheres, mas perceberam que a questão da raça não podia ser ignorada: as mulheres negras eram discriminadas com base na raça e no género” (Giddens, 2004:120).

Alguns críticos (Bell Hooks, Clara Araújo, entre outros) chamam atenção para o facto de a ideia da família como base do patriarcado - ideia tão defendida pelo movimento feminista radical - poder não se aplicar às comunidades negras, onde a família representa um ponto fulcral de solidariedade contra o racismo. Quer isto dizer que as mulheres negras podem ser vítimas de opressão em contextos diferentes dos das mulheres brancas. “As feministas negras afirmam, por isso, que qualquer teoria sobre a igualdade de género que não tome em consideração o racismo, não poderá explicar a opressão das mulheres negras de forma adequada. As dimensões de classe são outro factor que não poderá ser ignorado no caso de muitas mulheres negras. Algumas feministas negras defendem que a força da teoria do feminismo negro reside no facto de focar a interacção entre os interesses da raça, da classe social e do género. As mulheres negras encontram-se consideravelmente em desvantagem, afirmam, pela sua cor, sexo e posição de classe” (Giddens, 2004:120).

### **3. Capítulo 3 - Legislação e actuação das Forças de Segurança (GNR e PSP) no âmbito da Violência Doméstica contra as Mulheres**

#### **3.1. O Género nas “leis da Violência Doméstica” em Portugal**

A violência doméstica contra as mulheres é um flagelo de longa data mas não deixa de ser, no entanto, uma temática actual. Lá vai o tempo em que o retábulo das Ordenações Filipinas assistia ao marido o direito de castigar e até mesmo de matar a mulher (Livro V, Título XXXVI). Este direito de correcção vigorou até ao século XX. Nos inícios de uma democracia que tentava firmar-se, a Constituição de 1976 veio consagrar a dignidade da pessoa humana que teve como consequência a consagração de outros princípios que viram a impor um novo modelo social - entre eles o de igualdade que fez com que as mulheres ascendessem à condição de cidadãs de pleno direito. A afirmação das mulheres é o resultado do desenvolvimento daqueles princípios em legislação que se seguiu, concedendo-lhes direitos e regulando o novo modelo social que se enraizava.

A legislação referente à violência doméstica contra as mulheres nem sempre foi como a conhecemos actualmente. Nem mesmo o conceito de violência doméstica tinha os mesmos contornos a nível de conceito como o entendemos nos dias de hoje. Houve um processo durante o qual foi criado - e vem sendo criado - um conjunto de diplomas legais especialmente vocacionadas para a protecção das mulheres vítimas de violência.

Nesta secção do trabalho faremos um levantamento da legislação produzida em Portugal que está directa ou indirectamente ligada à violência doméstica, bem como uma análise à forma como as questões de género têm sido abordadas e tratadas nestes mesmos diplomas.

##### **3.1.1. Análise “das leis da violência doméstica”**

No **Código Penal de 1982**, que veio substituir o código de 1886, foi inserido um novo tipo de ilícito, de natureza pública, então designado de “maus tratos” (art. 152º). Uma certa incompreensão da origem e justificação daquele ilícito foi determinante para uma deficiente interpretação jurisprudencial que considerava tratar-se de um crime

específico de ofensas corporais e, logo por isso, de natureza semi-pública, excepto nos casos em que se provasse que a conduta seria “devida a malvadez ou egoísmo” (elementos estes que tinham por referência os maus tratos a menores dependentes). Por estas razões, aquele novo crime não teve a relevância que dele se esperava.

Em 1991, e com o objectivo de reforçar os mecanismos que garantissem a protecção legal adequada às mulheres vítimas de violência doméstica, foi criada a **Lei nº 61/91, de 13 de Agosto**. Esta foi a primeira lei especificamente direccionada para as mulheres e pretendia com o seu objecto o seguinte: “o estabelecimento de um sistema de prevenção e de apoio às mulheres vítimas de crimes de violência”; “a instituição do gabinete SOS para atendimento telefónico às mulheres vítimas de crimes de violência”; “a criação junto dos órgãos de polícia criminal de secções de atendimento directo às mulheres vítimas de crimes de violência”; “um regime de incentivo à criação e funcionamento de associações de mulheres com fins de defesa e protecção das vítimas de crimes”; “um sistema de garantias adequadas à cessação da violência e à reparação dos danos ocorridos” (art. 1º, nº 1). O sistema de protecção previsto neste diploma aplica-se todas as situações em que a motivação do crime resulte de “atitude discriminatória relativamente à mulher”, abrangendo “os casos de crimes sexuais e de maus tratos a cônjuge, bem como de rapto, sequestro ou ofensas corporais” (nº 2).

O capítulo II, destinado à prevenção e ao apoio, prevê: que a Administração Pública desenvolva “campanhas de sensibilização da opinião pública através dos órgãos de comunicação social, tendo em vista a mudança de mentalidade, no que concerne ao papel da mulher na sociedade, com especial incidência nos comportamentos que se traduzam na prática de crimes em que a mulher seja vítima de violência” (art. 2º); “a elaboração e distribuição, a título gratuito (...), de um guia das mulheres vítimas de violência”, contendo (...) “informações práticas sobre os direitos das mulheres que se encontrem naquela situação e os meios processuais a que devem recorrer para fazer valer os seus direitos e interesses legalmente protegidos” (art. 4º); estímulo e apoio do Estado para a criação de “casas de apoio às mulheres vítimas de crimes de violência, para atendimento, abrigo e encaminhamento das mesmas” (art. 5º); criação junto do Ministério da Justiça de um “gabinete SOS para atendimento telefónico às mulheres vítimas de violência, com vista a prestar informação sumária sobre as providências adequadas às situações que lhe sejam expostas” (art. 6º); e instituição gradual, “junto



dos órgãos de polícia criminal competentes (...), de secções para atendimento directo às mulheres vítimas de crimes” (art. 7º), com as competências enumeradas no artigo 8º e que actua nos processos criminais na dependência funcional da autoridade judiciária competente (art. 10, nº1). Um aspecto curioso desta lei, e que não passa despercebido, é a preferência por policiais femininos a quando da constituição do quadro das secções referidas anteriormente. O número 2 do seu artigo 10º determina que os elementos policiais que fizessem parte do quadro de funcionários da secção fossem recrutados preferencialmente entre (...) o pessoal feminino da PSP.

Prosseguindo os objectivos deste diploma, o artigo 16º, dedicado às medidas de coacção determina, que “sempre que não seja imposta a medida de prisão preventiva, deverá ser aplicada ao arguido a medida de coacção de afastamento da residência, que pode ser cumulada com a obrigação de prestar caução, no caso de aquele ser pessoa com quem a vítima resida em economia comum, quando houver perigo de continuação da actividade criminosa” (nº 1). “Sempre que tal medida de coacção tenha sido imposta, a pena que vier a ser aplicada só poderá ser suspensa com a condição de o arguido não maltratar física ou psiquicamente a mulher” (nº 2). Esta lei prevê, ainda, a regulamentação, em lei especial, do adiantamento pelo Estado da indemnização devida às mulheres vítimas de crimes de violência, suas condições e pressupostos (art. 14º).

Muitas situações de violência doméstica contra as mulheres podem ser enquadradas na criminalidade violenta (CPP, art. 1º, al. j). À volta deste assunto, um (sub)conjunto de legislação foi produzido com vista à indemnização de vítimas deste tipo de crimes. Assim, no ano de 1991 é aprovado o **Decreto-Lei nº 423/91 de 30 de Outubro** relativo à indemnização, por parte do Estado, às vítimas de crimes de violentos. O seu artigo 18º veio a ser regulamentado pelo **Decreto Regulamentar n.º 4/93, de 22 de Fevereiro**. Regulamentou, então, a instalação e funcionamento da Comissão incumbida de instruir os pedidos de indemnização.

Três anos mais tarde, foi criada a **Lei nº 10/96 de 23 de Março** que altera o regime jurídico de protecção às vítimas de crimes violentos. Os seus três artigos vieram alargar o âmbito da aplicação, os prazos para requerer a indemnização e os pressupostos da concessão da indemnização, todos do Decreto-Lei nº 423/91 de 30 de Outubro. O **Decreto Regulamentar nº 1/99, de 15 de Fevereiro** veio, por sua vez, alterar o Decreto Regulamentar n.º 4/93, de 22 de Fevereiro. Em Agosto de 1999, a **Lei 136/99**,

**de 28 de Agosto** viria fazer a primeira alteração ao Decreto-Lei 423/99, de 30 de Outubro, que aprovou o regime jurídico de protecção às vítimas de crimes violentos. Contudo, a criação do Decreto-Lei nº 423/91 de 30 de Outubro, a sua regulamentação, a alteração da sua regulamentação, a sua posterior alteração e a criação da Lei nº 10/96 de 23 de Março nada de novo trouxeram em relação a questões de género.

No ano de 1997 através da **Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/97, de 24 de Março**, nasce o Plano Global para a Igualdade de Oportunidades. No seu preâmbulo admite-se que apesar de a igualdade entre mulheres e homens ser um “princípio fundamental no direito português (...), nem a igualdade constitucional nem a legalmente estabelecida (...) têm sido suficientes para a realização de uma efectiva igualdade entre homens e mulheres”. Admite-se também que, “apesar de se ter verificado mudanças significativas nas relações sociais de género nos últimos anos, (...), estas mudanças não se tinham traduzido, até àquela altura, numa melhoria global do estatuto social das mulheres nem no usufruto de uma cidadania plena”.

Como o próprio nome indica, este plano visa a igualdade entre mulheres e homens e por isso os seus sete objectivos e consequentes medidas convergem neste sentido. Um segundo propósito consiste em prevenir a violência e garantir a protecção adequada às mulheres vítimas de crimes de violência, dando assim, especial atenção às mulheres vítimas de violência doméstica. Definiu-se como medidas preventivas: o fomento de “campanhas de sensibilização da opinião pública, através dos órgãos de comunicação social, tendo em vista a mudança de mentalidades relativamente ao papel da mulher na sociedade” com base em publicidade feita pelo Estado português (nº 1 do objectivo 2); e, como complemento à primeira medida, a segunda, que visa a criação e difusão de um guia sobre os direitos das mulheres vítimas de violência doméstica (nº 2 do mesmo objectivo). Mais direccionada para a parte prática de actividades ligadas a mulheres vítimas de violência doméstica, este plano contemplou, também, as chamadas medidas de protecção. São elas: “a criação de centros de apoio às mulheres vítimas de violência doméstica, para atendimento, abrigo e encaminhamento” (nº 3); “efectivação do serviço de atendimento telefónico (Gabinete SOS) com vista à prestação de informação sumária sobre as providências adequadas às várias situações de violência contra mulheres” (nº4); “criação das secções de atendimento directo às mulheres vítimas de violência junto dos órgãos de polícia criminal competentes” (nº 5); “criação

de mecanismos que permitam a redução do período que decorre entre a apresentação da queixa (...) e a promoção (...) da medida de coação que se traduz no afastamento do agressor da residência comum (...) ” (nº 6); “promoção, reforço e alargamento de medidas tendentes à atribuição de indemnização adequada às vítimas de crimes de violência doméstica” (nº 7); “introdução nos curricula de formação profissional dos agentes policiais de matérias relativas aos efeitos psicológicos e sociais da violência doméstica sobre as vítimas (...) ” (nº 8); “o incentivo de medidas de repressão da prostituição e do tráfico de mulheres” (nº 9); e “a criação de centros de mediação familiar” (nº 10).

Em 1998 foi criada a **Lei n.º 59/98, de 25 de Agosto**, que altera o Código de Processo Penal para a inclusão da medida de afastamento do ofensor da casa de morada comum com a vítima, em casos de violência doméstica. Foi alterado o artigo 200º (proibição de permanência, de ausência e de contactos) do Código de Processo Penal e passou a prever a possibilidade de o arguido “não permanecer, ou não permanecer sem autorização, na residência onde o crime tenha sido cometido, onde habitem os ofendidos seus familiares ou eventualmente outras pessoas que possam ser objecto da prática de novos crimes”. Esta foi a única alteração relevante para o nosso estudo.

No ano de 1999 por intermédio da **Resolução da Assembleia da República n.º 31/99, de 14 de Abril** procedeu-se à regulamentação da legislação que garante a protecção às mulheres vítimas de violência. Esta resolução foi fruto da necessidade de regulamentação e execução urgentes e prioritárias de determinadas medidas previstas já em 1991 na Lei nº 61/91 de 13 de Agosto. Contempla, de entre outras medidas: “a criação de uma rede, a nível nacional, de casas de apoio às mulheres vítimas de crimes de maus tratos, para atendimento, abrigo e encaminhamento das mesmas” (nº 1, al. a); “a elaboração e distribuição (...) de um guia da violência doméstica, no qual serão incluídas informações práticas sobre os direitos das mulheres que se encontrem nessa situação, os meios processuais a que devem recorrer para fazer valer os seus direitos e os interesses legalmente protegidos, bem como os centros de apoio aos quais podem acudir” (al. b); “a elaboração de uma lei especial que regule o adiantamento, por parte do Estado, da indemnização devida às mulheres vítimas de crimes de maus tratos, suas condições e pressupostos” (al. c); “a criação, junto dos órgãos de polícia criminal competentes, de secções especializadas para atendimento directo às mulheres vítimas de

maus tratos, às quais compete, nomeadamente, ouvir as vítimas, encaminhá-las, prestar a colaboração necessária, providenciar o atendimento das vítimas por técnicos de saúde e pessoal especializado, acorrer aos estabelecimentos hospitalares onde as vítimas se encontrem para encaminhamento da queixa, bem como elaborar relatórios sobre as situações atendidas e encaminhar dados estatísticos” (al. d); e “a criação de um gabinete SOS para atendimento telefónico às mulheres vítimas de violência, que funcionaria ininterruptamente durante vinte e quatro horas por dia, incluindo sábados, domingos e feriados” (al. e). Esta resolução, vinculada à violência doméstica contra as mulheres, determinou no seu n.º 2 que o Governo deveria ponderar a necessidade de alterar a legislação penal e processual penal em duas vertentes: primeiro, na “garantia da criação de condições que se revelassem necessárias com vista a assegurar uma aplicação efectiva da medida de coacção de afastamento preventivo do agressor” (al. a); e segundo, na “previsão, como pena acessória, e atendendo à gravidade dos factos e ao perigo que o condenado representasse, na proibição de este se aproximar da vítima” (al. b).

No mesmo ano de 1999 (ano em que se comemorou o 50º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos), a **Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/99, de 15 de Junho** aprova o **I Plano Nacional Contra a Violência Doméstica (1999-2003)**. Este foi o primeiro de quatro planos aprovados até ao presente ano (2012) - com a vigência de três anos cada - e visou dotar Portugal de um programa que congregasse um conjunto de medidas a adoptar a vários níveis (Justiça, Administração Interna, Educação, Saúde, entre outros). Esta resolução reconhece, no seu preâmbulo, que as medidas legislativas e outras que tinham sido tomadas até aquela altura visavam, primeiramente, a protecção das vítimas mulheres. Reconhece também, que a maioria dos casos de violência doméstica contra as mulheres é originária de relações de dominação (de que falamos no capítulo anterior). No entanto, a sua nota introdutória reconhece a igualdade entre os seres humanos e, portanto, a igualdade entre mulheres e homens, dando ao diploma um carácter geral e não específico, orientado para as mulheres.

Não obstante, entende a violência contra a mulher como sendo “qualquer acto, omissão ou conduta que serve para infligir sofrimentos físicos, sexuais ou mentais, directa ou indirectamente, por meio de enganos, ameaças, coacção ou qualquer outro

meio, a qualquer mulher e tendo por objectivo e como efeito intimidá-la, puni-la ou humilhá-la ou mantê-la nos papéis estereotipados ligados ao seu sexo, ou recusar-lhe a dignidade humana, a autonomia sexual, a integridade física, mental e moral ou abalar a sua segurança pessoal, o seu amor-próprio ou a sua personalidade, ou diminuir as suas capacidades físicas ou intelectuais”. Por conseguinte encara a violência contra as mulheres como uma violação dos direitos fundamentais da pessoa humana. A parte final da nota introdutória recomenda que a problemática da violência contra as mulheres deverá ter uma dupla abordagem: “integral”, porque o fenómeno se articula, de entre outras, com questões de desigualdade; e “integrada”, no sentido de uma intervenção articulada dos mecanismos governamentais e não-governamentais.

As medidas 1.3 e 1.4 deste plano vêm complementar o nº 1 do objectivo 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/97, de 24 de Março, que estabelece o Plano Global para a Igualdade de Oportunidades quando estipulam a “sensibilização dos diversos agentes do sector de comunicação social e o seu encorajamento para contribuir para a promoção de uma cultura de respeito pelos direitos e deveres dos membros mais fragilizados da família entre os quais se encontram as mulheres, assente na sensibilização para uma efectiva partilha das responsabilidades domésticas e do cuidado com os filhos no sentido de evitar a transmissão de imagens e estereótipos que impliquem superioridade de um dos sexos, podendo, assim, fomentar a violência doméstica, neste caso no que se refere às mulheres”. A medida 1.5 complementa-as fomentando campanhas de sensibilização da opinião pública que visem contribuir para a promoção de uma cultura de não-violência baseada no respeito pelas mulheres. O objectivo II, embora contenha medidas muito importantes para as mulheres, comporta medidas de carácter geral, destinadas assim a ambos os géneros.

Em meados do ano de 1999, é criada a **Lei n.º 93/99, de 14 de Julho**. Trata-se de um diploma que regula a protecção de testemunhas em processo penal, à qual foram feitas algumas alterações nos últimos anos, através das Leis n.ºs 29/2008, de 04 de Julho e 42/2010, de 03 de Setembro. Esta lei “regula a aplicação de medidas para protecção de testemunhas em processo penal quando a sua vida, integridade física ou psíquica, liberdade ou bens patrimoniais de valor consideravelmente elevado sejam postos em perigo por causa do seu contributo para a prova dos factos que constituem objecto do processo”. Trata-se um diploma de carácter geral mas que contempla a possibilidade de

atribuição às mulheres vítimas de violência doméstica do estatuto de testemunhas especialmente vulneráveis, permitindo assim a possibilidade de usufruírem de determinadas medidas de carácter processual e não só, de forma a garantir a espontaneidade e sinceridade das respostas, procurando evitar uma maior vítima ção. Esta lei é alterada em 2008 pela **Lei n.º 29/2008, de 4 de Julho**, mas esta alteração mostra-se irrelevante para o nosso estudo

Nos inícios do segundo semestre do ano de 1999 é criada a **Lei n.º 107/99, de 03 de Agosto**, (revogado pela Lei 112/2009, de 16 de Setembro) que cria a rede pública de casas de apoio a mulheres vítimas de violência estabelece que é tarefa do Estado, por intermédio do Governo assegurar a criação, instalação, funcionamento e manutenção daquela rede pública que deveria contemplar pelo menos uma casa por distrito e em cada uma das Regiões Autónomas e nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, pelo menos duas (art. 2º). Estas casas seriam constituídas por uma casa de abrigo e um ou mais centros de atendimento que teriam como finalidade o abrigo, atendimento, tratamento e reencaminhamento de mulheres vítimas de violência (art. 3º, nº 1). A grande inovação desta lei é a gratuidade dos serviços prestados através da rede e dos núcleos de atendimento. O apoio jurídico, comprovada a carência de meios económicos, seria também, gratuito (art. 5º).

Pela mesma altura é criada a **Lei n.º 129/99, de 20 de Agosto**, que aprova o regime aplicável ao adiantamento pelo Estado de indemnização devida às vítimas de violência conjugal é bastante explícita quando engloba no seu objecto as situações previstas no artigo 14º da Lei nº 61/91, de 13 de Agosto, ou seja, as mulheres vítimas de crimes de violência. O regime previsto neste diploma aplica-se às mulheres vítimas de maus tratos físicos e psicológicos (segundo o Código Penal que vigorava na altura) infligidos pelo cônjuge ou por alguém com quem vivesse em condições análogas, mas que estivessem em situações de grave carência económica em consequência do crime referido.

A **Resolução da Assembleia da República n.º 7/2000, de 26 de Janeiro** que concretiza as medidas de protecção das vítimas de violência doméstica foi criada exclusivamente para determinar: que no prazo de 90 dias, a contar da data da sua entrada em vigor, fossem publicados os diplomas necessários à regulamentação da Lei n.º 107/99, de 03 de Agosto, de que falamos acima, de forma a assegurar a efectiva

criação da rede pública de casas de apoio a mulheres vítimas de violência; e que fosse assegurado de forma eficaz o serviço de atendimento telefónico permanente as vítimas de violência doméstica, visando o seu funcionamento vinte e quatro horas por dia, incluindo sábados, domingos e feriados.

Em meados do ano 2000 ocorreram importantes alterações ao Código Penal através da **Lei n.º 7/2000, de 27 de Maio**. Procedeu-se à autonomização do crime de maus-tratos a cônjuge ou equiparado (Agosto de 1998) e qualificação do mesmo como crime público, isto é, esta lei veio alterar o artigo 152º do Código Penal e artigos 281º e 282º do Código de Processo Penal, onde o crime de maus tratos passa a crime público, com a particularidade da possibilidade de se requerer a suspensão provisória do processo em determinados casos. Essas alterações, por imperativo da própria Constituição, destinam-se a ambos os sexos, e por isso não têm relevância para o nosso estudo

Ainda no mesmo ano foi crido o **Decreto-Lei n.º 323/2000, de 19 de Dezembro**, (revogado pela Lei 112/2009, de 16 de Setembro) que regulamenta a Lei 107/99, de 03 de Agosto, que estabelece o quadro geral da rede pública de casas de apoio a mulheres vítimas de às vítimas de violência. Uma das principais razões da criação desta lei foi a necessidade da criação de alternativas, designadamente através da criação da rede pública de casas de abrigo, que garantissem às mulheres vítimas de violência doméstica, condições de tranquilidade e paz para que daquela forma pudessem reorganizar as suas vidas e se reintegrassem socialmente. Esta razão está associada ao facto de um estudo sobre a violência contra as mulheres realizado pela Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres em 1997 apontar a “casa-família” como o espaço onde a violência foi mais denunciada e o marido ou companheiro da vítima como o principal agressor, o que deixa as mulheres vítimas de violência doméstica numa situação de insegurança devido à sua coabitação diária com o agressor. Foi dada especial atenção à linha verde para que funcionasse vinte e quatro horas por dia, incluindo sábados, domingos e feriados, para apoio telefónico a mulheres vítimas de violência doméstica.

Os dois grandes objectivos deste decreto-lei eram: “o acolhimento temporário de mulheres vítimas de violência doméstica, acompanhadas ou não de filhos menores”; e, nos casos em que tal se justificasse, “a promoção, (...), de aptidões pessoais,

profissionais e sociais das utentes, com a finalidade de se evitar eventuais situações de exclusão social e de uma efectiva (re)inserção social” (art. 4º).

Em Março de 2001 surge a **Decisão-Quadro do Conselho da União Europeia, de 15 de Março de 2001**, relativa ao estatuto da vítima em processo penal. Apesar de esta decisão-quadro ter sido criada com a finalidade de abranger todas as vítimas de crime (homens e mulheres), contém directivas muito importantes para as situações de mulheres vítimas de violência doméstica. Impôs aos Estados-Membros, por exemplo, um conjunto de obrigações relativamente à vítima mulher, tais como: “a possibilidade de tratamento específico às vítimas particularmente vulneráveis” - que é o caso das mulheres vítimas de violência doméstica (nº 2); “protecção em casos de ameaça de vingança e grave perturbação da privacidade” - típicas das situações de violência doméstica contra mulheres (art. 8º); e “formação profissional, especialmente para as polícias, de pessoas que intervêm no processo ou que contactem com a vítima principalmente para o grupos mais vulneráveis” - que é, ainda, o caso das mulheres vítimas de violência doméstica (art. 14º).

Em Maio de 2001 são criadas as **Leis n.ºs 6/2001, de 11 de Maio**, que adopta medidas de protecção das pessoas que vivem em economia comum e **7/2001, de 11 de Maio** que adopta medidas de protecção das uniões de facto (alterada pela Lei nº 23/2010, de 30 de Agosto). Estas duas leis não estão directamente relacionadas com a violência doméstica contra as mulheres mas trouxeram, contudo, algumas regalias às mulheres que viviam em economia comum ou em união de facto, nomeadamente, protecção da casa de morada de família, benefício de regime de férias, faltas e licenças e preferência na colocação de funcionários da Administração Pública equiparado ao dos cônjuges, aplicação do regime de imposto de rendimento diferente, e protecção na eventualidade de morte.

No ano de 2003, é aprovado o **II Plano Nacional Contra a Violência Doméstica** (2003-2006), através da Resolução do **Conselho de Ministros n.º 88/2003, de 07 de Julho**. Esta resolução, à semelhança da que aprovou o I PNCVD, admite que a violência doméstica (que tem na sua origem as desigualdades entre mulheres e homens) é maioritariamente exercida sobre as mulheres e que estes planos visam a eliminação de todas as formas de violência contra as mulheres e raparigas. Por isto, o objectivo



primordial deste plano é o combate à violência exercida sobre as mulheres no espaço doméstico, não deixando, no entanto, de ser dirigido aos dois sexos.

A área da Legislação foi o campo onde houve maiores inovações a nível de medidas de protecção a mulheres. Este plano entendeu que, apesar de a igualdade de direitos entre mulheres e homens já ter vindo a ser salvaguardado desde 1976, em determinadas circunstâncias, a lei deveria ser revista de forma a garantir a integridade física e moral das mulheres vítimas de violência doméstica. Foi imposto um conjunto de medidas tais como: “sensibilização dos magistrados no sentido da aplicação da medida de coacção de afastamento do agressor e da pena acessória de proibição de contacto com a vítima” (3.1); “determinação da inibição da licença de uso e porte de arma, sempre que fosse aplicada a medida de afastamento do agressor ou existam antecedentes reveladores de violência doméstica” - medida que deveria ser aplicada de forma imediata, desde a constituição do arguido (3.3); “identificação e estabelecimento de medidas legítimas de intervenção policial e sua respectiva tipificação quanto à sua natureza, pressupostos e objectivos, em conformidade com os interesses legítimos das vítimas de violência doméstica, no quadro de uma futura regulamentação da função policial” (3.4); e “avaliação das possibilidades de reforço da segurança de vítimas de violência doméstica que fossem beneficiadas da medida de afastamento do agressor - este reforço não dependeria exclusivamente das forças de segurança, mas encontrar-se-iam para cada caso formas de envolvimento da comunidade e prever-se-ia a possibilidade de uso de meios electrónicos para chamadas de urgência no caso de ameaças iminentes à vítima de violência doméstica” (3.5).

Nas medidas constantes da área da Protecção da Vítima e integração social foi dada especial importância a dois grandes momentos: “assistência em situações de emergência social que passaria por uma crescente implementação da rede de casas de apoio”; e “garantir um novo projecto de vida após a difícil ruptura, através de uma eficaz reintegração social das vítimas e seus descendentes”. Assim foram impostas, de entre outras, as seguintes medidas: “reestruturação do Serviço de Informação às Vítimas de Violência Doméstica (Linha Verde)” (4.1); “incremento da rede nacional de casas de apoio para mulheres vítimas de violência doméstica de acordo com o estabelecido na Lei nº 107/99, de 3 de Agosto, e no Decreto-Lei nº 323/2000, de 19 de Dezembro” (4.2); “elaboração de um regulamento interno das casas de abrigo de forma a melhorar

as condições de prestação daquele serviço como previsto no Decreto-Lei nº 323/2000, de 19 de Dezembro” (4.3); e “facilitação do acesso de mulheres vítimas de violência doméstica a programas de pré-formação e formação profissional, bem como a outras formas de apoio para inserção no mercado de trabalho” (4.7).

Este plano não descorou os problemas de violência doméstica que resultam da coexistência das várias comunidades em Portugal. Afirma que, até à data, o Governo português não consentia qualquer prática de mutilação genital feminina em Portugal. Por isso este plano determinou que na aplicação de todas as suas medidas, as mulheres imigrantes seriam consideradas em igualdade de circunstâncias com as de nacionalidade portuguesa. As medidas nesta área passariam por: “promover estudos que permitissem conhecer em profundidade os problemas específicos de violência doméstica a que estão sujeitas as comunidades imigrantes e desenvolver acções de sensibilização especificamente destinadas a essas comunidades” (6.1); “sensibilizar (...) as comunidades de imigrantes para a violação de direitos humanos que constituem todas as formas de mutilação genital feminina” (6.2); “criminalizar de forma expressa da mutilação genital feminina” (6.3); e “habilitar os centros de saúde e os hospitais a prestar o auxílio especial necessário em situações de mutilação genital feminina nas comunidades em que aquelas se inserem e em relação às mulheres e crianças que a eles recorrem” (6.4).

Em 2004 foi criada a **Lei 45/2004, de 19 de Agosto** com a finalidade e estabelecer o regime jurídico das perícias médico-legais e forenses. Este diploma, à semelhança de outros, não está exclusivamente direccionado para a violência doméstica e não trata, também, directamente de questões de género (que são o ponto central do nosso estudo).

O **Decreto Regulamentar n.º 1/2006, de 25 de Janeiro**, que regula as condições de organização, funcionamento e fiscalização das casas de abrigo, nasceu da necessidade de regulamentar alguns aspectos da organização e funcionamento dessas mesmas casas constantes na Lei nº 107/99, de 3 de Agosto, que cria a rede pública de casas de apoio e no Decreto-Lei nº 323/2000, de 19 de Dezembro que a regulamentou. Este diploma é também fruto do previsto no II PNCVD que, em sede do capítulo IV (Protecção da vítima e integração social), menciona a elaboração de um regulamento

interno das casas de abrigo, acautelando a qualidade dos serviços prestados, as condições de abertura, de funcionamento e de fiscalização.

Introduziu-se, neste decreto, um conjunto de normas técnicas, com o objectivo de conferir maior uniformidade à sua aplicação, acautelando, nomeadamente, as condições mínimas de abertura e de funcionamento das casas de abrigo, bem como a qualidade dos serviços prestados às mulheres vítimas de violência. Houve uma inovação que se traduziu na previsão de mecanismos de avaliação e fiscalização que atribuem aos serviços competentes um papel dinamizador e interventivo na defesa dos direitos das mulheres vítimas de violência acolhidas naquelas estruturas. No âmbito pessoal, um dos objectivos continua a ser o “restabelecimento do equilíbrio emocional e psicológico das mulheres vítimas de violência e dos seus filhos, bem como a sua inserção social” (art. 2º, nº 2).

Dando continuidade ao combate do problema da violência doméstica, aliado às preocupações da temática da igualdade de género como um referencial de cultura democrática, nasce a **Resolução do Conselho de Ministros n.º 83/2007, de 22 de Junho** que aprova o **III Plano Nacional Contra a Violência Doméstica (2007-2010)**. À semelhança das resoluções anteriores que aprovaram os respectivos planos, o Governo continua a assumir que as mulheres continuam a ser o grupo onde se verifica a maior parte das situações de violência doméstica, que “neste contexto se assume como uma questão de violência de género”. A violência doméstica continua a ser encarada como um “forte impedimento ao bem-estar físico, psíquico e social de todo o ser humano e um atentado aos seus direitos à vida, à liberdade, à dignidade e à integridade física e emocional”. Esta resolução entende que só aprofundando o intercâmbio técnico-científico, harmonizando e aperfeiçoando os ordenamentos jurídicos das autoridades públicas nacionais e das organizações não-governamentais, os cidadãos e as cidadãs portuguesas, tal como se pretende no espaço europeu, conseguirão manter vivo o almejado grau de “tolerância zero” à violência de género. Tem como objectivo um “salto qualitativo e eficaz nas políticas de combate a toda a violência de género, pretendendo-se dinamizar, com as diferentes estruturas, quer do Estado quer da sociedade civil, um trabalho conjunto na consolidação de uma política de prevenção, segundo as boas práticas de um Estado de direito democrático”.

A nota introdutória do III PNCVD começa por relembrar que a violência doméstica “não é um fenómeno novo nem um problema exclusivamente nacional”. O problema tem tido uma maior visibilidade, consequência da “redefinição dos papéis de género, e da construção de uma nova consciência social e de cidadania, bem como da afirmação dos direitos humanos”. Acrescenta, de acordo com Declaração sobre Direitos Humanos das Nações Unidas, que trata-se de um fenómeno que tem vindo a ser “praticado através dos tempos, com características semelhantes em países cultural e geograficamente distintos”. Constatou-se, neste plano, que em nenhum país do mundo as mulheres são tratadas de forma igual aos homens e que a violência surge, pois, como um exercício de poder arbitrário do mais forte sobre o mais fraco. De acordo com este plano, dados resultantes de um estudo feito em 2006 e elaborado entre os diversos Estados Membros do Conselho da Europa indicam que cerca de 12 % a 15 % das mulheres europeias com mais de 16 anos de idade vivem situações de violência doméstica numa relação conjugal, e muitas delas continuam a sofrer de violência física e sexual mesmo após a ruptura. Muitas morrem mesmo. Este plano alerta os Estados para condenar a violência contra as mulheres e não invocar costumes, tradições ou considerações religiosas para iludir a sua obrigação de combatê-la com todos os meios ao seu alcance.

Este plano aponta claramente para uma consolidação de uma política de prevenção e combate à violência doméstica, através da promoção de uma cultura para a cidadania e para a igualdade, do reforço de campanhas de informação e de formação, e do apoio e acolhimento das vítimas numa lógica de reinserção e autonomia. Reconhece os paradigmas feministas ancorados na luta e nas experiências das mulheres maltratadas, que apelam à necessidade de tratar de forma diferente o que é diferente. Segundo este plano, apesar de a realidade comprovar que as mulheres continuam a ser o grupo onde se verifica a maior parte das situações de violência doméstica, não significa que todas as vítimas de violência doméstica sejam do sexo feminino e que todos os autores de actos violentos neste contexto sejam homens. A pertinência de uma representação não neutral do género nesta criminalidade reside no facto do sexo da vítima e do agressor influenciarem o comportamento de ambos. Independentemente da forma que possa assumir, a violência contra as mulheres no contexto doméstico raramente se consubstancia em apenas uma situação ou incidente. Geralmente congrega

um conjunto de comportamentos que se traduzem num padrão comportamental de abuso e controlo, em que o agressor tem como objectivo último, o exercício de poder sobre a vítima.

Este plano aponta o conhecimento adquirido do fenómeno em Portugal desde os anos 90, altura em que se começaram a realizar os primeiros estudos promovidos pela CIDM, que revelaram uma realidade preocupante, onde uma em cada três mulheres tinha sido, em 1995 (ano de realização do estudo), vítima de dois ou mais actos de violência tendo a maior parte da violência contra as mulheres ocorrido no espaço doméstico (43 %). Estudos promovidos até à data por aquela mesma Comissão e pelo Ministério da Saúde, sobre custos económicos e sociais da violência doméstica, deram conta das situações de grande vulnerabilidade a que as mulheres vítimas de violência ficavam expostas. As mulheres vítimas de violência apresentavam uma probabilidade três a oito vezes superior, consoante os casos, de terem filhos doentes, de não conseguirem emprego e, se empregadas, em não obterem promoção profissional, de recorrerem aos serviços dos hospitais, a consultas de psiquiatria por perturbações emocionais, bem como risco de suicídio. Por todas essas razões, o III PNCVD tem como objecto primordial de intervenção “o combate à violência exercida directamente sobre as mulheres, no contexto das relações de intimidade, sejam elas conjugais ou equiparadas, presentes ou passadas”.

O III PNCVD foi estruturado segundo um modelo que define cinco Áreas Estratégicas de Intervenção a partir das quais surgem as respectivas medidas para a sua operacionalização: 1) Informar, Sensibilizar e Educar; 2) Proteger as Vítimas e Prevenir a Revitimização; 3) Capacitar e Reinserir as Vítimas de Violência Doméstica; 4) Qualificar os Profissionais; e 5) Aprofundar o conhecimento sobre o fenómeno da Violência Doméstica.

A primeira Área Estratégica de Intervenção traduz-se em medidas que contemplam essencialmente uma intervenção concertada ao nível de campanhas e acções de sensibilização dirigidas à população em geral e às escolas. Pretende-se nesta área a prevenção da violência doméstica através da promoção de valores de igualdade e de cidadania que diminuam a tolerância social e a aceitação de uma cultura de violência. Outro desafio consiste na eliminação de estereótipos e mitos, alterar as representações

de género e os valores que têm perpetuado a existência de relações desiguais no meio familiar, escolar e social.

A segunda Área Estratégica de Intervenção encontra-se estruturada de acordo com várias respostas nas vertentes jurídico-penais e sociais, dirigidas à protecção integral da vítima. Nesta área privilegia-se a adequação das respostas sociais às especificidades das vítimas, de forma que a segurança seja uma prioridade. É o caso do alargamento da rede social de protecção, bem como de outras respostas integradas de base comunitária dirigidas à redução dos efeitos negativos da vítima.

Na terceira Área Estratégica de Intervenção enfatiza-se a promoção das competências pessoais e sociais das vítimas de violência doméstica, mediante o incremento do seu empoderamento, da sua auto-determinação e da sua reinserção social. De igual forma dá-se particular relevância à aplicação de medidas de discriminação positiva às vítimas de violência doméstica no acesso e mobilidade no emprego e formação.

A quarta Área Estratégica de Intervenção tem como objectivo essencial a qualificação e especialização profissional nas vertentes policial, judiciária, da saúde, da educação e formação. Uma outra vertente abordada prende-se com a integração destas temáticas nos curricula de cursos dirigidos à intervenção em contextos de violência doméstica.

Por fim, na quinta Área Estratégica de Intervenção dá-se seguimento às recomendações, nomeadamente do Conselho da Europa, que exortam os Estados-Membros a adoptar indicadores e metodologias que possibilitem uma análise de género associada a este fenómeno. Pretende-se, com as medidas constantes desta área, a participação e a troca de saberes entre a comunidade científica, as Organizações Não-Governamentais e os vários organismos competentes em áreas transversais a este fenómeno. O objectivo central desta Área era desenvolver mecanismos que permitam a motorização do fenómeno e estabelecer comparações a nível nacional, comunitário e internacional, de forma a tornar cada vez mais qualificada a intervenção.

Com a alteração do Código Penal operada pela **Lei n.º 59/2007, de 04 de Setembro**, foram introduzidas significativas modificações na área da violência doméstica, passando o crime do art. 152º a denominar-se violência doméstica, e, todas as outras condutas que o integravam (como é o caso dos maus tratos institucionais a

crianças, idosos e deficientes) passam a ser autónomos (art.<sup>os</sup> 152º-A e 152º-B). É considerada violência doméstica toda as ofensas corporais, psíquicas morais, tratamentos cruéis, excessivos ou desumanos a uma vítima que tem especial relação de proximidade com o agressor sobre o qual, por essa razão, recai um especial dever de respeito e consideração. Não se exige, agora, que os actos sejam praticados de forma reiterada, ou seja, bastará maus tratos físicos ou psíquicos, incluindo castigos corporais, privações da liberdade e ofensas sexuais para se considerar crime de violência doméstica; basta que uma única acção do agressor seja repetida num curto espaço de tempo (por ex: uma sova) (art. 152º, nº 1). Pressupõe-se a existência de uma relação de afectividade entre agressor e vítima, seja esta conjugal ou para-conjugal, independentemente do sexo dos intervenientes, seja aquela que resulte da existência de um filho em comum, podendo ser uma relação actual ou anterior (nº 1, al.<sup>as</sup> a, b, c). Estão, também, incluídas as relações familiares próximas com vítimas especialmente vulneráveis (por força da idade, gravidez, doença, deficiência ou dependência económica), exigindo-se neste caso coabitação com o agressor (al. d). O número 2 do mesmo artigo prevê uma agravação da pena no seu limite mínimo (2 anos) nos casos em que o agente pratica o facto contra menor, na presença de menor, no domicílio comum ou no domicílio da vítima. Desta reforma penal de 2007 ressaltam como notas positivas a tipificação da violência doméstica, a previsão da punição da exposição de menores à violência inter-parental e a previsão da aplicação de penas acessórias com o objectivo de, em determinados casos, prevenirem a reincidência. Contudo, não deixam de ser dirigidas a ambos os sexos, e por isso sem interesse para o nosso estudo.

Em 2009 é criada a **Lei nº. 112/2009, de 16 de Setembro** que estabelece o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à protecção e à assistência das suas vítimas e que revoga a Lei n.º 107/99, de 3 de Agosto, e o Decreto - Lei n.º 323/2000, de 19 de Dezembro. As medidas constantes nesta lei (capítulos: I - Disposições gerais; II - Finalidades; III - Princípios; IV - Estatuto de vítima; V - Rede Institucional; e VI - Educação para a cidadania) têm um carácter geral no que refere ao tratamento do género, exceptuando o art. 60º (Casas de abrigo) cujo nº 2 incumbe ao Estado a concessão de apoio, com carácter prioritário, às casas de abrigo de mulheres vítimas de violência doméstica e assegurar o anonimato das mesmas. Esta ideia de igualdade é reforçada no capítulo III quando estipulada no seu art. 5º que “toda a vítima,

independentemente (...) do sexo, (...), da orientação sexual, goza dos direitos fundamentais inerentes à dignidade da pessoa humana, sendo-lhe assegurada a igualdade de oportunidades para viver sem violência e preservar a sua saúde física e mental”.

Conforme o número 5 do artigo 83º, os requisitos e qualificações necessários à habilitação dos “técnicos de apoio à vítima” são definidos por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da cidadania e da igualdade de gênero, da justiça e da formação profissional. Assim é criado o **Despacho conjunto nº 6810-A/2010, de 15 de Abril**, da Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Justiça e do Trabalho e da Solidariedade Social que define os requisitos obrigatórios para aqueles técnicos. Este despacho teve em consideração a “vertente de qualificação e formação permanente de todos os profissionais que lidam diariamente com a violência doméstica, nas suas mais diversas áreas de actuação” e entendeu-se que a “habilitação dos profissionais que intervêm no âmbito desta realidade é essencial para uma intervenção concertada, coerente e eficaz, na defesa dos direitos das vítimas e na prevenção da vitimização ou revitimização destas”. Para a habilitação como técnico de apoio à vítima, este despacho define como requisitos obrigatórios, as habilitações académicas constantes da alínea a) do ponto 1 e a frequência com aproveitamento de 90 horas de formação para esta finalidade (al. b). Porém nunca faz referência e nem mostrou preferências no que se refere ao gênero dos técnicos.

A Lei n.º 112/2009, de 16 de Setembro prevê, no nº 4 do artigo 20º, poder ser assegurada à vítima protecção por teleassistência quando tal se mostre imprescindível à sua segurança. Por imperativo desta lei, é criada a **Portaria nº. 220-A/2010, de 16 de Abril** que estabelece as condições de utilização inicial dos meios técnicos de teleassistência e de controlo à distância previstos nos n.os 4 e 5 do artigo 20º, e dos meios técnicos de controlo à distância, previstos no artigo 5º, ambos da mesma lei. Esta portaria, à semelhança de outros regulamentos, destina-se a ambos os sexos e por isso não está vinculada às mulheres.

O número 1 do artigo 14º da Lei n.º 112/2009, de 16 de Setembro determina que, “apresentada a denúncia da prática do crime de violência doméstica, não existindo fortes indícios de que a mesma é infundada, as autoridades judiciais ou os órgãos de polícia criminal competentes atribuam à vítima o estatuto de vítima”. Sendo necessária



a emissão de um documento comprovativo do referido estatuto, é criada a **Portaria nº 229-A/2010, de 23 de Abril** que aprova os “modelos de documentos comprovativos da atribuição do estatuto de vítima” (art. 1º). À semelhança de outros diplomas que temos vindo a analisar, este não faz uma distinção ou diferenciação, não dá preferência nem especial atenção a nenhum dos géneros. O estatuto de vítima é um documento único e por conseguinte garante os mesmos direitos e impõe os mesmos deveres à vítima, independentemente do seu género.

Em 2010, através da **Resolução do Conselho de Ministros n.º 100/2010, de 17 de Dezembro** é aprovada o **IV Plano Nacional Contra a Violência Doméstica** (2011 - 2013). Em conformidade com a Declaração e Plataforma de Acção de Pequim, da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1995, onde se considera que a violência contra as mulheres é um obstáculo à concretização dos objectivos de igualdade, desenvolvimento e paz, e viola, dificulta ou anula o gozo dos direitos humanos e liberdades fundamentais, esta resolução encara a violência doméstica como uma grave violação dos direitos humanos. Admite que uma sociedade mais justa e igualitária só será alcançada quando o combate à violência doméstica for encarado como um objectivo nuclear. O IV PNCVD surge, estruturado com base nas políticas nacionais (que recomendam o combate à violência doméstica na vertente jurídico-penal, na protecção integrada das vítimas e na prevenção da violência doméstica e de género) e em articulação com orientações internacionais às quais Portugal se encontra vinculado. Este plano, no seu sumário executivo, é apresentado como “o instrumento das políticas públicas de combate à violência doméstica e de género”. Assenta-se, de entre outras, nas principais orientações estratégicas: “reforçar a adopção de uma perspectiva integrada e de compreensão do fenómeno como um todo, que essencialmente decorre da assimetria estrutural de poderes entre homens e mulheres”; “prevenir o crime de violência doméstica (...), disseminando uma cultura de não violência e de cidadania, através da assunção de novas masculinidades e novas feminilidades promotoras da igualdade de género nos processos de socialização”; “reforçar a aplicação das medidas de protecção e de coacção urgentes”; e “intervir junto da pessoa agressora de forma a prevenir a revitimação”. Este plano - e último diploma que analisamos - comporta medidas de carácter geral, destinadas a homens e a mulheres.

### 3.1.2. Síntese

Da análise de todos estes diplomas podemos sintetizar duas ideias:

A primeira prende-se ao facto de haver uma maior incidência na protecção da família e da violência em domínios privados e no seio da vida doméstica do que da mulher em si. Pese embora que a maior parte dos diplomas admita que as mulheres sejam a classe mais afectada pela violência doméstica. Homens e mulheres dispõem dos mesmos instrumentos quando são vítimas de violência doméstica. Isto deve-se, em parte, à forma como está estruturada a legislação portuguesa referente à violência doméstica, que difere de outros países, como a Espanha ou o Brasil, para apenas referir estes (ver Martín, 2003 e Lei nº 11.340/06). A igualdade entre homens e mulheres como direito fundamental consagrado na Constituição portuguesa (art. 13º) impõe que toda a legislação nacional assente numa participação equitativa de homens e mulheres, enquanto instrumento fundamental de um sistema democrático. Este direito universalista é reafirmado, por exemplo, pelo XVII Governo Constitucional. Através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 82/2005, de 15 de Abril, que aprovou o Regimento do Conselho de Ministros, explorou-se esta ideia do direito universalista na avaliação prévia do impacte das normas jurídicas. Incluiu-se, entre os elementos obrigatórios da nota justificativa que acompanha os diplomas agendados em Conselho de Ministros, uma referência à ponderação do impacte dos actos normativos em função da igualdade de género (art. 22, nº 1, al. l). Exige-se, desta forma, que o legislador analise as consequências das suas medidas na promoção da igualdade de género, concretizando esta preocupação em todos os domínios das políticas públicas. É, ainda, exemplo dessa reafirmação, a adopção por parte do mesmo Governo Constitucional, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 161/2008, de 22 de Outubro, de medidas de promoção da transversalidade da perspectiva de género na administração central do Estado e aprovação do estatuto das conselheiras e dos conselheiros para a igualdade, bem como dos membros das equipas interdepartamentais para a igualdade, introduzindo, nomeadamente, a obrigação de utilização da linguagem não discriminatória em todos os actos normativos do Estado. Na mesma linha, em 2007, a Comissão para a Igualdade e Direitos das Mulheres viu mudar o seu nome para

Comissão para a cidadania e Igualdade de Género (ver Decreto-Lei nº 164/2007 de 3 de Maio)

A segunda ideia tem a ver com o facto de as medidas dos diversos diplomas assentarem sobretudo na protecção da vítima e menos, por consequência, na concretização da penalização ou reenquadramento do agressor nesse mesmo contexto de violência. Sendo as leis portuguesas de carácter universalista, perguntámo-nos se tal não interferirá precisamente na escolha desta filosofia geral da lei. Como já antes dissemos, esta orientação passa por centrar todas as atenções na vítima e menos no ambiente e situações de violência doméstica que engloba os agressores e que em tese requeriria soluções mais definidas para os mesmos.

A filosofia das leis portuguesas é diferente, por exemplo da espanhola e da brasileira. Em Espanha - onde o género da vítima não é indiferente - tem sido levado à prática um programa mais proactivo de prevenção da violência doméstica, o qual integra medidas administrativas e medidas judiciais. As primeiras centram-se na sensibilização e prevenção das pessoas em geral e das vítimas (das mulheres) em particular. No âmbito das medidas judiciais foi criada uma decisão judicial específica, denominada “ordem de protecção”, para os casos em que há indícios sérios de risco para a vítima, constituindo uma intervenção rápida e completa dirigida à protecção da vítima, integrando medidas penais (relativas ao agressor: privativas da liberdade, ordem de afastamento, proibição de comunicação, proibição de voltar à residência da vítima, apreensão de armas ou outros objectos perigosos) e cíveis (atribuição do uso da casa, regime de guarda, de visitas e de comunicação com os filhos, prestação de alimentos, medida de protecção aos menores), activando ao mesmo tempo os meios de assistência e protecção social necessários. Com o mesmo objectivo especializaram-se serviços do Ministério Público que intervêm nestes casos e foram criados órgãos judiciais próprios para estas situações (ver Martín, 2003). Todavia, diriam os críticos, ao ganhar no foco do sexo feminino, pode perder-se a noção mais universalista da lei de violência doméstica. Deste modo, pode estar a incorre-se no risco de deixar de fora uma série variada de tipologias de violência familiar que incluem idosos, menores, violência entre pessoas do mesmo sexo, etc.. Como referido no primeiro ponto, este foi o enfoque dado na lei portuguesa: a questão das violências em domínio privado e entre conhecidos.

No Brasil, em Setembro de 2006, entrou em vigor a Lei nº 11.340/06, denominada Lei Maria da Penha que se traduziu na resposta às incessantes lutas dos movimentos em defesa das mulheres. Com a vigência desta lei, a mulher vítima passa a ser beneficiada por mecanismos de protecção e punição contra o agressor pois foi reconhecida a situação de vulnerabilidade em que se encontram as mulheres vítimas de violência doméstica - embora tenha sido objecto de crítica no que se refere à sua constitucionalidade uma vez que os críticos entendem que esta lei fere o princípio da isonomia na medida em que estabelece uma desigualdade entre os sexos (ver Campos e Santin, 2006).

Como já foi referido, grande parte dos diplomas que analisamos dão muita atenção à vítima e pouca ao agressor. Na medida em que estamos perante um crime público, não é alheio ao processo que se crie nas vítimas, que recorrem ao sistema de justiça criminal, uma certa expectativa de eficácia (no que se refere ao atendimento, acolhimento, encaminhamento e tratamento). O que acontece é que geralmente essa expectativa não é correspondida, por falta de condições das várias instâncias dos sistemas judicial, policial e penal. Apesar da crescente atenção pública e política que se tem dado à problemática e do facto de a violência doméstica atingir toda a estrutura familiar, prejudicando não só (maioritariamente) as mulheres como os filhos, é necessário um tratamento e enquadramento diferente do agressor, que possa de facto romper o ciclo de violência.

Só para se ter uma ideia, no que diz respeito às sentenças em processo-crime por violência doméstica comunicadas à DGAI até ao primeiro semestre do corrente ano, 64% dos 116 casos resultaram em condenação e 36% em absolvição. Grande parte destas condenações traduz-se na fixação como condição de suspensão de execução da pena de prisão, com tratamento de dependências (álcool e/ou estupefacientes) e na promessa do agressor à mulher de corrigir a sua conduta para com ela, abstendo-se de a agredir e ameaçar. Tal leva-nos a questionar se existe, por um lado, suficiente coragem e consequência penal para agressores muitas vezes muito perigosos e com uma ascendência ímpar no seio da família. Por outro lado, se considerarmos a violência doméstica como um problema que afecta famílias em geral, a lei perde ao reduzir-se à dicotomia vítima/agressor. É desejável que se desenvolvam futuras configurações legais, organizacionais e o encontro de soluções na área da saúde mais holísticas.

### **3.2. Atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica**

São várias as formas pelas quais a vítima mulher pode entrar em contacto com a polícia (esquadra/posto, patrulheiros, carro-patrolha, telefone). Segundo dados apresentados pela DGAI, em mais de metade das participações de violência doméstica o meio de comunicação utilizado foi o presencial (no posto ou na esquadra) (54%). Contudo, o primeiro contacto dos elementos policiais com as mulheres vítimas de violência doméstica nem sempre ocorre na esquadra/posto de atendimento. O atendimento, muitas vezes é feito na rua; e são os patrulheiros quem, em grande parte, faz o primeiro contacto com a vítima (mulher). Conforme os mesmos dados, cerca de 26% das situações de violência doméstica foram comunicadas no âmbito das acções de policiamento de proximidade (ver Relatório das Ocorrências Participadas às Forças de Segurança - 1º semestre 2011). Quando as mulheres vítimas contactam a PSP ou a GNR (por intermédio dos policiais), muitas vezes fazem-no em momentos de desespero e aflição. Não obstante, essas duas forças revelam uma série de deficiências humanas e materiais que condicionam a sua actuação. Assim, nesta parte do trabalho, baseada principalmente no testemunho obtido através das entrevistas efectuadas, abordaremos alguns desses problemas.

O Despacho nº 15/98 de 9 de Março do Ministro da Administração Interna determinou que o atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica fosse feito preferencialmente por agentes do sexo feminino e que seriam asseguradas as melhores condições de privacidade possíveis que a instalação da força de segurança permitisse. Ora, este atendimento nem sempre pode ser feito por elementos femininos. Quando há situações em que é necessário um elemento feminino, por vezes a situação torna-se num impasse. Um dos entrevistados, recordando algumas situações diz: “o carro para ali (no local da ocorrência), fica ocupado ou vem para a esquadra recolher uma mulher. É complicado quando não há meios humanos” (ver entrevista 7 em anexo).

Como já foi referido o atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica é feito, grande parte das vezes pelos patrulheiros. Assim, a mulher vítima esta sujeita a ser atendida tanto por um elemento feminino como por um elemento masculino. Podemos mesmo dizer que há maiores probabilidades de ela ser atendida por um policial do que

por uma policial. Isto porque o MAI, que constitui a terceira maior estrutura orgânica do Estado em termos de recursos humanos, é na actualidade o departamento governamental que apresenta a taxa de feminização mais baixa (9,3%) -sabendo que, mais de 95% dos recursos humanos do MAI pertencem às Forças e Serviços de Segurança (GNR, PSP, e SEF), sendo as taxas de feminização apresentadas por estas forças e serviços muito reduzidas, mesmo em comparação com as suas congéneres europeias (cf. Plano para a Igualdade de Género 2011-2013).

O atendimento deficiente prende-se, muitas vezes à falta de efectivo e de condições físicas das instalações policiais. De acordo com o Relatório Anual de Segurança Interna de 2011, no seu conjunto, as Forças de Segurança dispõem de quase 949 efectivos com responsabilidades específicas no âmbito da violência doméstica e mais de 55% dos postos e esquadras dispõem de salas específicas de atendimento à vítima. Ainda de acordo com o mesmo relatório, o atendimento às vítimas de violência doméstica, nos postos da GNR e nas esquadras da PSP realiza-se em espaços próprios para o efeito, de modo a garantir a privacidade e o conforto da vítima. Acrescenta, todas as esquadras e postos criados de novo possuem salas de atendimento à vítima e nas instalações mais antigas foram feitas as adaptações possíveis. Conforme o Relatório de Violência Doméstica das Ocorrências Participadas às Forças de Segurança no 1º semestre de 2011, 57% dos postos e esquadras possuem uma sala específica para atendimento à vítima (52% dos 466 postos da GNR com competência territorial e 65% das 217 esquadras da PSP com competência territorial); nos restantes este atendimento realiza-se geralmente numa outra sala que reúna as condições necessárias durante o atendimento (ex: sala do comandante), nomeadamente em termos de conforto e privacidade. Na realidade, - e conforme o relatório diz - o que aconteceu foi a adaptação possível e não a desejada ou necessária das estruturas já existentes. A maior parte dos entrevistados pensa que essas salas não têm condições para se fazer o atendimento - mesmo as que não estão em tão más condições “se calhar deveriam ter um pouco mais de conforto” (ver entrevista 11 em anexo). O atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica é feito nas salas de apoio à vítima em praticamente três situações: primeiro, quando elas existem - e existindo tenham ou estejam em condições para se fazer o atendimento ou não estejam a ser utilizadas para outro fim naquela altura; segundo, quando o graduado de serviço tenha alguma sensibilidade para com a situação

e encaminhe a vítima para a referida sala - “muitos não o fazem - alguns deixam a porta aberta etc” (ver entrevista 7 em anexo); e por último em inquirições realizadas por elementos dos NIAVE os das EPAV. Os elementos da PSP, responsáveis pela investigação de crimes de violência doméstica - que é o caso dos da 7ª EIC de Lisboa - dispõem de “gabinetes de atendimento ao público em geral” onde “são inquiridas vítimas bem como arguidos”. São gabinetes de inquirição de pessoas e portanto diferentes das salas de apoio à vítima. No caso desta EIC existe, no entanto, uma sala de apoio à vítima utilizada em determinadas situações, nomeadamente as que envolvem crianças, e que no entender da actual comandante, possivelmente “terá as condições necessárias”. O mesmo já não acontece com os gabinetes de atendimento que não têm condições no que refere ao conforto, segurança e privacidade - “muitas vezes ouve-se a conversa de um lado para o outro” (ver entrevista 1 em anexo). Tudo isto pode ser o motivo pelo qual as vítimas não mostraram total satisfação com as condições existentes no espaço onde decorreu o atendimento (7.5, numa escala de 0 a 10) (RASI 2011).

Outro problema que afecta directamente o atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica resulta da escolha pouco assertiva dos elementos constituintes das equipas que lidam com as mulheres vítimas de violência doméstica e da uma formação precária. Não existe um critério rígido na escolha dos elementos policiais pertencentes à PSP para constituição das EPAV. O critério utilizado muitas vezes passa pela escolha dos elementos que já estão há mais tempo na instituição, conforme refere um dos entrevistados: “o chefe, em conversa comigo, foi mesmo por eu ser mais velho, quer de idade quer de anos de patrulha na instituição” (ver entrevista 7 em anexo). “Neste sentido perpetua-se a ideia tradicional de que a antiguidade é um posto” (Durão, 2006:304). Quando não é utilizada a antiguidade, o critério passa pela escolha dos “elementos mais sensíveis” a problemática da violência doméstica (ver entrevista 1 em anexo). Assim, a constituição das equipas fica à mercê da percepção que a pessoa encarregue de constituir os grupos tiver da noção de sensibilidade.

Aos elementos que incorporam as equipas, normalmente é dada uma formação básica no atendimento a vítimas de violência doméstica - esta formação é ministrada nas instalações do comando ao qual o elemento policial presta serviço. Existem, no entanto, policiais que, por razões várias, não tiveram nenhuma formação na área. Conforme refere um dos entrevistados: “sou o único da equipa que não fez a formação para este

tipo de policiamento” (ver entrevista 7 em anexo). Complementa outro entrevistado: “quanto à formação estamos muito secos; tem a minha colega mas de resto é o dia-a-dia, mais nada” (ver entrevista 9 em anexo). Contam com a sua experiência, com a sua aptidão natural para lidar com situações do tipo e com a participando em acções de informação e sensibilização, reuniões, seminários, entre outras actividades relativas à problemática da violência doméstica, a fim de se actualizarem e se manterem em permanente contacto com a matéria.

Os NIAVE, diferentemente das EPAV, têm um passado por detrás do que são hoje. Anteriormente designados Núcleos Mulher e Menor (NMUME), cuja implementação teve início em 2004, as equipas incidem a sua actuação na prevenção, investigação e acompanhamento das situações de violência exercida sobre mulheres, crianças e outros grupos de vítimas específicas - problemáticas sociais e criminais que anteriormente não eram sujeitas a um tratamento específico e diferenciado. São equipas especializadas no tratamento desta matéria que focalizam a sua acção, não só nas vítimas, mas também nos agressores e nas causas da violência. A nível processual penal elaboram processos de inquérito, propondo as medidas que entenderem adequadas à protecção da vítima e à recuperação dos agressores. Segundo os últimos dados disponíveis, existem 22 NIAVE, geralmente nos comandos ou destacamentos territoriais da GNR. Ao nível dos postos territoriais, mais próximos do cidadão, existem Equipas de Investigação e Inquérito (EII), cujos elementos possuem formação específica. São 269 os pontos na GNR no âmbito do Projecto IAVE (Investigação e de Apoio a Vítimas Específicas) (22 NIAVE e 247 EII), com um total de 339 efectivos afectos (cf. Relatório de Violência Doméstica das Ocorrências Participadas às Forças de Segurança no 1º semestre de 2011).

Em todos os postos da GNR há elementos detentores do curso de investigação e apoio a vítimas específicas (denominado curso/formação específico(a) - com a duração de uma semana e ministrado na escola da GNR em Queluz, Lisboa). Os elementos que fazem parte dos NIAVE, para além deste curso, tem que obrigatoriamente frequentar e concluir o curso de investigação criminal - investigadores (com a duração de 6 semanas, igualmente ministrado na citada escola). Estes elementos, sempre que podem, acompanham e participam em acções de informação e sensibilização, reuniões,



seminários, entre outras actividades que dizem respeito à problemática da violência doméstica. (ver entrevistas em anexo aos elementos do NIAVE de Vila Real).

Uma das grandes diferenças entre os NIAVE e as EPAV prende-se com o facto de os elementos pertencentes àqueles núcleos serem seleccionados mediante abertura de concurso interno. (ver entrevista 3 em anexo) Perante um mesmo assunto, nota-se portanto um tratamento diferenciado por parte das duas forças de segurança. Outra diferença tem a ver com o facto dos elementos pertencentes àqueles núcleos não se deslocarem aos locais de ocorrência para se inteirar das situações de violência doméstica contra mulheres (ver entrevista 2 em anexo). Em situações do tipo quem faz o primeiro atendimento são os patrulheiros, os elementos do carro patrulha ou o graduado de serviço, conforme as circunstâncias - excepto situações de violação em que as vítimas são logo inquiridas por elementos pertencentes aos núcleos. De resto, só procedem à investigação dos casos delegados pelo Ministério Público (MP) ou pelos tribunais e a sua acção passa assenta maioritariamente nas inquirições das mulheres vítimas de violência doméstica.

As EPAV por sua vez desempenham uma tarefa que se revela, por vezes, confusa para os próprios policiais. A falta de efetivo, aliada a outras circunstâncias leva a que os elementos constituintes dessas equipas sejam utilizados em todo o tipo de serviço. É hábito nalgumas esquadras, por exemplo, ir buscar elementos das EPAV para completar as patrulhas apeadas ou as equipas do carro-patrulha quando estas estão desfalcadas. É comum ouvir expressões como: “somos o remédio para todas as doenças; fazemos quase tudo” (ver entrevista 9 em anexo). Outros dos entrevistados comentou: “há uma relação directa entre a EPAV e a violência doméstica mas no fundo é mais um dos nossos trabalhos. Policiamento de proximidade que é o que fazemos - a parte do comércio, a parte dos idosos etc. Para além de termos o nosso serviço, e se não houver mais nenhuma situação de violência doméstica a gente faz outras diligências” (ver entrevista 10).

### **3.3. O género pensado pelos policiais**

Foi ouvindo as mulheres e os homens da PSP e da GNR que tentamos entender a forma como esses profissionais lidam com mulheres vítimas de violência doméstica,

vêm, interpretam e gerem situações relativas ao género. Tentamos, em todas as equipas, entrevistar elementos masculinos e femininos. Só não foi possível com a EPAV da esquadra do Calvário porque está só tem homens na sua constituição. As entrevistas decorreram em ambiente privado - que foi o gabinete do comandante, o gabinete de inquirição ou uma sala de apoio à vítima, conforme fosse caso e/ou as disponibilidades físicas do local - onde só se encontravam o entrevistado e o entrevistador.

Nos últimos anos (principalmente desde 2007 com a autonomização do crime de violência doméstica), foi dada grande atenção à problemática da violência doméstica contra as mulheres. Apesar de as mulheres serem o grupo sobre o qual recai a maior parte dos casos de violência doméstica - 85% até 1º semestre de 2011 conforme. Relatório de Monitorização de Violência Doméstica de 2011; e 82% só no ano de 2011 conforme RASI 2011 - continua-se a dar a mesma importância em relação aos outros grupos vítimas de violência. A maior parte dos entrevistados, por exemplo, pensa que não é pelo facto de a violência doméstica contra a mulher ser contra as mulheres que se lhe deva dar maior importância ou tratamento especial em relação aos outros “tipos” de violência doméstica. Se quisermos estabelecer uma hierarquia, os policiais entendem que as violências domésticas contra as crianças e idosos deveriam estar em primeiro e sendo planos respectivamente. Alguns argumentam: “as crianças, ainda mais que os idosos, não se conseguem defender como uma pessoa adulta” (ver, por ex. entrevista 10 em anexo).

Uma das causas deste tipo de percepção tem correlação com a forma como está estruturada a legislação portuguesa nesta matéria (como já referimos anteriormente). Estas leis representam um dos principais mecanismos de regulação da vida sociedade portuguesa. Assim, essas leis por um lado afectam a actuação policial que, na maior parte das vezes, rege-se por estas mesmas leis. Por outro lado, e dado muitas vezes à mecanização do modo de actuação dos policiais, o teor das leis refletem-se na “cultura policial” que por sua vez influencia o modo de pensar dos profissionais das duas forças policiais. Aliada a esta situação está o facto de o trabalho policial ter-se tornado cada vez mais “burocrático”. A acção dos *operacionais* traduz-se em registar e não em perceber a situação em si e desenvolver mecanismos para encontrar a melhor forma de resolvê-la, descrevê-la e/ou encaminhá-la. (ver por ex. Durão, 2006).

Pudemos constatar que a ideia de igualdade implícita em toda a “legislação da violência doméstica” está presente na ideologia dos policiais. Quase a totalidade dos entrevistados (conforme pertencerem à GNR ou à PSP) entende que os NIAVE ou as EPAV deveriam ser equipas mistas, tendo na sua constituição mulheres e homens. Como consequência desta forma de pensar, de agir e de estar, os policiais ligados aos atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica entendem que polícias homens e mulheres estão em pé de igualdade para fazer esse atendimento e que se encontram igualmente sensibilizados para a problemática (ver entrevistas em anexo). Denota-se no entanto a ideia de que os homens são úteis para situações em que seja necessário utilizar a força física e as mulheres para situações em que se tenha que conversar - não querendo dizer que os policiais masculinos não dominem bem a parte do diálogo, ou que não haja policiais femininos no mesmo “patamar físico” ou num patamar superior ao de muitos homens. Esta ideia assenta no facto de violência doméstica contra as mulheres comportar um leque de situações, desde agressões físicas até meras discussões e que leva os policiais a adaptarem-se conforme o efectivo de que dispuserem naquele local e naquela altura. A gestão normalmente é feita pelos próprios elementos policiais. Conhecem-se mutuamente, o que lhes permite determinar *quem faz o quê*.

As mulheres são “bem-vindas” na GNR e na PSP - já não há discriminação no sentido puro da expressão. Com a entrada de mulheres para a PSP (anos 80) e para a GNR (anos 90), houve uma tomada de “consciência de que elas trazem uma sensibilidade às necessidades e solicitações da população, complementar à dos homens”. Não obstante, continuam a ser, até certo ponto, alvos de discriminação na PSP e na GNR. As baixas taxas de feminização são flagrantes neste aspecto (9,3% para o MAI que é o ministério ao qual pertencem a PSP e a GNR) - e tendem a diminuir ainda mais se considerarmos apenas os efectivos que possuem funções operacionais/policiais. (cf. PIG 2011-2013). Outros exemplos são a deficiente adequação das instalações policiais ao efectivo feminino (ex. balneário e vestiários) e a falta de disponibilização de equipamentos adequados ao exercício de funções por parte das policiais (ex. coletes anti-bala com formato específico).

Contudo, e apesar da existência de factores históricos, socio-culturais, organizacionais entre outros, têm-se verificado alguns avanços, nomeadamente “a adaptação dos requisitos de superação, tendo em conta as diferenças entre a fisiologia

masculina e feminina, em algumas provas físicas no âmbito dos processos de selecção de novos elementos; a adopção de medidas facilitadoras da conciliação da vida profissional e familiar; o crescente reconhecimento de que as mulheres estão presentes, e a desempenhar adequadamente as suas funções, em quase todos os domínios da segurança interna, e em diversos níveis hierárquicos; e o reconhecimento de que a presença de mulheres contribui para a renovação da imagem e modernização dos serviços”. (cf. PIG 2011-2013).

Apesar dessas mudanças, a existência de mais mulheres na patrulha não é encarada como uma melhoria directa na resolução das situações de violência doméstica - não deixa, contudo de ser vista como uma melhoria a nível geral. “Acima de tudo competência, informação, formação e ser sensível a este tipo de fenómeno” (ver entrevista 11 em anexo). Alguns entrevistados não deixaram, no entanto, de demonstrar a preocupação em ter elementos femininos, pelo menos, em todos os turnos de serviço para aquelas situações incontornáveis (por ex. revistas a mulheres). Esta preocupação justifica-se quando comparamos o número de mulheres existentes quer na PSP quer na GNR com o número de mulheres existentes em Portugal. A percentagem tão ínfima de mulheres nestas duas forças revela-se desproporcional em relação às mulheres que constituem aos 52,2% da população portuguesa residente - cerca de 5,5 milhões, tendo aumentado 2,9% na última década (dados dos censos de 2011 do INE). Estes dados aumentam drasticamente as probabilidades de os elementos policiais masculinos terem de intervir, durante o seu período de serviço, em situações que envolvam mulheres.

## Conclusão

A violência doméstica contra a mulher, apesar dos progressos efectuados na matéria, continua a ser um grave problema para a sociedade portuguesa e um grande obstáculo para a tão almejada sociedade justa e igualitária - as estatísticas falam por si. Apesar de toda a legislação produzida com vista ao combate a este flagelo nota-se que há demasiada preocupação para com o privado, com a família, com a mulher, com a vítima, deixando de lado quem necessita de maior atenção: o agressor.

Portugal é um país fortemente marcado pelo patriarcado (ver capítulo 1). As famílias - que são o meio onde qualquer indivíduo começa a interiorizar as normas de funcionamento da sociedade -, fieis à ideia de cada membro desempenha uma função conforme o seu sexo, permitiram que a dominação masculina se perpetuasse durante muito tempo. Por conseguinte, toda a estrutura social é fruto desta forma de pensar que culminou nas desigualdades socioculturais existentes entre mulheres e homens. Durante a história dos portugueses foram impostos a ambos os sexos papéis sociais e que hoje repercutem na esfera das suas vidas pública e privada. Podemos afirmar que existem, na sociedade portuguesa, polos de dominação e submissão, típicos das sociedades assentes em sistemas patriarcais.

As leis de um país, normalmente refletem a forma de pensar do seu povo. No entanto não nos parece que a sociedade portuguesa tenha tido tanta influência na feitura das leis. A legislação acaba por ser uma extensão da legislação resultante de acordos e uniões com outros países - como resultado as leis portuguesas são de carácter progressista. A legislação tem, ainda, um cunho universalista - as leis são para todos e por conseguinte há um tratamento indiferenciado no que toca a questões de género. Mulheres de violência doméstica são tratadas de mesma forma que os outros grupos vítima s de violência doméstica. Aristóteles já chamava atenção que, para se conseguir a igualdade é necessário tratar de igual forma o que é igual mas diferente o que é diferente. Não se pode contudo, cair no extremismo - de que são alvo de críticas as leis espanhola e brasileira - de se concentrar esforços apenas no género feminino e esquecer o outro.

Outra conclusão a que podemos chegar é que há um treino insuficiente dos policiais que lidam com situações de violência doméstica contra mulheres. Prova disto é a opinião unânime dos elementos entrevistados, pertencentes à PSP, de que os recém-formados na Escola Prática de Polícia não estão em condições para fazer o atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica. O problema agrava-se ainda mais quando alguns dos próprios elementos pertencentes às EPAV não têm qualquer tipo de formação, aspecto unânime em todas as entrevistas (ver em anexo). A situação muda um pouco de figura quando se trata da GNR. Os recém-formados frequentam, nos postos ou comandos da força, um estágio de dois meses onde são acompanhados por elementos mais antigos, antes de iniciarem propriamente as suas funções. Se comparados com os recém-formados na EPP, estão minimamente preparados (ver entrevistas). No que toca aos elementos dos NIAVE, estes ingressam nas equipas mediante concurso e frequência dos cursos de investigação e apoio a vítimas específicas (com a duração de uma semana) e investigação criminal - investigadores (com a duração de 6 semanas). O problema dos NIAVE é a falta de meios humanos. Na GNR, durante o ano de 2011, um total de 263 elementos integraram as secções de programas especiais enquanto na PSP, um total de 990 elementos foram afetos, em exclusividade, às EPES e às EPAV (ver RASI 2011). O problema das EPAV é a separação rígida entre fase da patrulha e da investigação criminal, sendo a comunicação feita apenas através do processo, do auto.

Nas esquadras e postos, é flagrante a falta de condições das salas de apoio à vítima. Nelas, o trabalho de polícia e o atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica são feitos com precariedade. As condições das instalações são muito pobres. Uma polícia que trabalha sem condições ou com falta delas revela-se uma polícia ineficaz e ineficiente. Uma polícia que não investiga verdadeiramente, que não tem efectivo suficiente ou que não tem condições de trabalho, não interessa a ninguém. É preciso uma polícia que tenha liberdade para trabalhar, que tenha recursos materiais

Associada à deficiente preparação dos policiais e à falta de meios materiais, está a “burocracia institucional” que leva estes profissionais, por vezes, a fazer apenas um registo rápido das ocorrências. Ora, se a investigação começa com a atribuição de um NUIPC, então a investigação propriamente dita começa no patrulheiro. Este tem que estar preparado para, nomeadamente, escrever um auto em condições, narrar

convenientemente os factos e as circunstâncias em que tais se sucederam, preservar o local do crime se for o caso, saber encaminhar as pessoas entre outras tarefas. Outra vertente desta “burocracia institucional” traduz-se no retirar gradual de “poder de acção” aos policiais - o que leva alguns policiais a pensar que o domínio público é da sua competência mas que o privado é das famílias, dos indivíduos (ver Durão, 2006).

Salienta-se ainda, que na maior parte das vezes, não são as EPAV que lidam directamente com as mulheres vítimas de violência doméstica. Quando fazem primeiro o contacto com a vítima ela, por vezes, já *tem dado muitas voltas*, nomeadamente pelo patrulheiro ou graduado de serviço. Nalguns casos, a própria acção das EPAV limita-se a um registo rápido da ocorrência. Aquando da deslocação a uma esquadra ou posto, ou numa ocorrência urgente, as vítimas desejam ser bem atendidas, compreendidas, apoiadas e informadas, não apenas que o seu processo seja registado administrativamente e encaminhado.

A problemática do género relacionada com a violência doméstica não se esgota nas conclusões tiradas deste trabalho. Pensamos que os estudos desta matéria poderiam estender-se a outras temáticas como, por exemplo, o *stalking* (padrão de comportamentos de assédio persistente, podendo ser consumado através de formas diversas de comunicação, contacto, vigilância e monitorização da pessoa-alvo). Segundo um estudo realizado pela Universidade do Minho em 2010, há uma prevalência de vítima ção por *stalking* (ao longo da vida) em 20% dos portugueses. Dados deste mesmo estudo já apontam para uma maior prevalência de vítima ção nas mulheres (25%), quase o dobro da prevalência nos homens (13%). (ver Estudo de vítima ção por *stalking* na população portuguesa, realizado pelo Grupo de Investigação sobre *Stalking* em Portugal). Julgamos ser interessante, por exemplo, tentar perceber por que razão a legislação portuguesa ainda não contempla esta problemática.

Grande parte da deficiência do trabalho da PSP e da GNR passa pela falta de meios humanos e materiais. Dizer que se deveria formar mais agentes/guardas, arranjar mais viaturas ou melhorar as condições das salas de atendimento à vítima seria estar a cair num discurso vicioso e redundante. No nosso entender, apesar das carências, há que aprender - não a trabalhar com o que não se tem, sob pena dos elementos policiais terem que “tirar do seu bolso” para poder fazer o serviço - mas a gerir melhor os meios existentes. Se as EPAV foram criadas para, nomeadamente, fazer o atendimento a

mulheres vítimas de violência doméstica, então há que reestruturar os mecanismos com e através dos quais essas equipas desenvolvem a sua actividade. Só assim se conseguirá que os seus elementos possam, entre outras melhorias, ser os primeiros a ter contacto com as vítimas e uma articulação entre estas equipas, a patrulha e a investigação criminal.

Pensamos que - assim como as legislação portuguesa deveria ser a resposta aos problemas sociais -, todas as determinações que recaíssem sobre a PSP e a GNR deveriam ter em conta as condições e as capacidades materiais e humanas dessas duas forças de segurança. É o caso por exemplo das salas de apoio à vítima que, actualmente, estão ultrapassadas - leva-nos a pensar que a sua criação não passou de uma mera publicidade. Estas foram impostas àquelas duas forças que por conseguinte forçaram os seus espaços físicos e, por simpatia as suas mulheres e os seus homens.



## Bibliografia

- **Barbosa**, Andresa Wanderley de Gusmão, **Cavalcanti**, Stela Valéria Soares de Farias, “A constitucionalidade da Lei Maria da Penha”. *Jus navigandi*, Teresina, nº 1497, 2007. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/10249>>. Acesso em: 7 nov. 2011.
- **Beauvoir**, Simone, *O Segundo Sexo: A Experiência Vivida*, Librairie Gallimard, Paris, 1967 (2ª edição).
- **Birou**, Alain, *Dicionário da Ciências Sociais*, Publicações Don Quixote, Lisboa, 1976 (2ª edição).
- **Caldwell**, Kia Lilly. “Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil”, 2000. Disponível em: <[www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/.../16112009-035108caldwell](http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/.../16112009-035108caldwell)>. Acesso em 22 abr. 2012
- **Campos**, Roberta Toledo, (2006), “Aspectos constitucionais e penais significativos da Lei Maria da Penha”. *De jure: revista jurídica do Ministério Público de Minas Gerais*, Belo Horizonte, nº 7, 271-286, 2006. Disponível em: <<http://bdjur.stj.jus.br/dspace/handle/2011/29185>>. Acesso em: 21 abr. 2012.
- **Canço**, Dina, **Da Silva**, Regina Tavares, **Borges**, Ana, **Romão**, Isabel, **Pinto**, Teresa, **Alvarez**, Teresa, **São Pedro**, Helena, **Lopes**, Conceição Brito, **De Souza**, Maria Reynolds, **De Castro**, Isabel, *Plataforma de Acção de Pequim 1995: Iniciativas e Acções Futuras, Igualdade de Género, Desenvolvimento e Paz para o século XXI*, Sociedade Industrial Gráfica, Lda., Lisboa, 2001
- **Costa**, Ana Alice Alcântara: *O Movimento Feminista no Brasil* in Adriana Piscitelli et al. (org.), *Olhares Feministas*, Brasília, 2006.
- **Da Silva**, Elizabete Rodrigues, (2011), “Feminismo Radical - Pensamento e Movimento”. *Tavessia*, nº 4, 1-15, 2006. Disponível em <[www.revistatravessias@gmail.com](http://www.revistatravessias@gmail.com)>. Acesso em: 19 dez. 2011.
- **Durão**, Susana (2006), “Patrulha e Proximidade: Uma Etnografia da Polícia em Lisboa”, Tese de doutoramento em Antropologia. Lisboa: ISCTE. Disponível em: <<https://repositorio.iscte.pt/handle/10071/274>>. Acesso em: 7 nov. 2011.
- **Giddens**, Anthony, *Sociologia*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2004 (4ª edição).

- **Machado**, Carla, **Gonçalves**, Rui Abrunhosa, **Antunes**, Manuel António Ferreira, **Matos**, Marlene, **Da Costa**, Diogo Pinto, **Figueiredo**, Bárbara, **Fernandes**, Eugénia, **Matos**, Raquel, **Maia**, Ângela, **Oliveira**, Alexandra, **Manita**, Celina, **Sani**, Ana Isabel, **Neves**, Ana Sofia, **Gonçalves**, Lúcia, **Silva**, Maria Manuel, **Capela**, Bruno, **Mota**, Susana, **Vieira**, Duarte Nuno, **Moreira**, Raquel, **Martins**, Jorge, *Violência e Vítimas de Crime*, Quarteto Editora, Coimbra, 2003 (2ª edição).
- **Martín**, Joaquín Delgado, “La orden de protección de las víctimas de violencia”. *Revista Xurídica Galega*, 2003, 79-105. Disponível em: <<https://www.rexurga.es/pdf/COL109.pdf>>. Acesso em: 9 jan. 2012.
- **Núncio**, Maria José da Silveira, *Mulheres em Dupla Jornada: A conciliação entre o trabalho e a família*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, 2008.
- **Raimundo**, Valdenice José, **Gehlen**, Vitória, **Almeida**, Daniely, “Mulher negra: inserção nos movimentos sociais feminista e negro”, Disponível em: <[www.fundaj.gov.br/geral/observanordeste/valdenice](http://www.fundaj.gov.br/geral/observanordeste/valdenice)>. Acesso em: 9 jan. 2012.
- **Santin**, Valter Foletto, (2006), “Igualdade constitucional na violência doméstica”. *Boletim Jurídico*. Disponível em [www.apmp.com.br/juridico/santin](http://www.apmp.com.br/juridico/santin). Acesso em: 7 nov. 2011.

#### **Legislação:**

- Ordenações Filipinas, Livro V, Título XXXVI; *Do que dorme com mulher casada de feito, e não de direito, ou que está em fama de casada*.
- Constituição de 1976.
- Código Penal de 1886.
- Código Penal de 1982.
- Lei nº 61/91, de 13 de Agosto.
- Decreto-Lei nº 423/91, de 30 Outubro - Indemnização, por parte do Estado, às vítimas de crimes violento.
- Decreto Regulamentar nº 4/93, de 22 de Janeiro - Regulamenta o Decreto-Lei nº423/91, de 30 de Outubro.
- Lei nº10/96, de 23 de Março - Protecção às vítimas de crimes violentos.
- Decreto Regulamentar nº1/99, de 15 de Fevereiro - Altera o Decreto Regulamentar nº4/93, de 22 de Fevereiro.
- Lei nº136/99, de 28 de Agosto Alteração ao Decreto-Lei nº423/91, de 30 de Outubro.

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/97, de 24 de Março, que estabelece o Plano Global para a Igualdade de Oportunidades.
- Despacho n.º 15/98 de 9 de Março
- Despacho n.º 16/98 de 9 de Março
- Lei n.º 59/98, de 25 de Agosto - Altera o Código de Processo Penal para a inclusão da medida de afastamento do ofensor da casa de morada comum com a vítima, em casos de violência doméstica.
- Resolução da Assembleia da República n.º 31/99, de 14 de Abril - Regulamentação da legislação que garante a protecção às mulheres vítimas de violência.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/99, de 15 de Junho - Aprova o I Plano Nacional Contra a Violência Doméstica.
- Lei n.º 93/99, de 14 de Julho - Regula a aplicação de medidas para protecção de testemunhas em processo penal
- Lei n.º 107/99, de 03 de Agosto - Criação da rede pública de casas de apoio a mulheres vítimas de violência.
- Lei n.º 129/99, de 20 de Agosto - Aprova o regime aplicável ao adiantamento pelo Estado de indemnização devida às vítimas de violência conjugal.
- Resolução da Assembleia da República n.º 7/2000, de 26 de Janeiro - Concretização de medidas de protecção das vítimas de violência doméstica.
- Lei n.º 7/2000, de 27 de Maio - Alterações ao Código Penal
- Decreto-Lei n.º 323/2000, de 19 de Dezembro - Regulamenta a Lei que cria a rede pública de casas de apoio às mulheres vítimas de Violência Doméstica.
- Decisão-Quadro do Conselho da União Europeia, de 15 de Março de 2001 - Relativa ao estatuto da vítima em processo penal.
- Lei n.º 6/2001, de 11 de Maio, DR n.º 109, I Série - Adota medidas de protecção das pessoas que vivam em economia comum.
- Lei 7/2001, de 11 de Maio, DR n.º 109, I Série - Adota medidas de protecção da união de facto.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 88/2003, de 07 de Julho - Aprova o II Plano Nacional Contra a Violência Doméstica.
- Decreto-Lei n.º 190/2003, de 22 de Agosto - Regulamenta a Lei n.º 93/99 que regula a aplicação de medidas para protecção de testemunhas em processo penal.

- Lei 45/2004, de 19 de Agosto - Estabelece o regime jurídico das perícias médico-legais e forenses.
- Decreto Regulamentar n.º 1/2006, de 25 de Janeiro - Regula as condições de organização, funcionamento e fiscalização das casas de abrigo previstas na Lei n.º 107/99, de 3 de Agosto e no Decreto-lei n.º 323/2000, de 19 de Dezembro, e que integram a rede pública de casas de apoio a mulheres vítimas de violência.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 83/2007, de 22 de Junho - Aprova o III Plano Nacional Contra a Violência Doméstica
- Lei n.º 59/2007, de 04 de Setembro - Alterações ao Código Penal
- Lei n.º 112/2009, de 16 de Setembro - Estabelece o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à protecção e à assistência das suas vítimas
- Despacho conjunto n.º 6810-A/2010, de 15 de Abril, da Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Justiça e do Trabalho e da Solidariedade Social - Define os requisitos obrigatórios para os técnicos de apoio à vítima
- Portaria n.º 220-A/2010, de 16 de Abril - Estabelece as condições de utilização inicial dos meios técnicos de teleassistência e de controlo à distância
- Portaria n.º 229-A/2010, de 23 de Abril - Aprova o documento comprovativo da atribuição do estatuto de vítima.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 100/2010, de 17 de Dezembro - Aprova o IV Plano Nacional contra a Violência Doméstica (2011 -2013).
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 82/2005, de 15 de Abril - Aprova o Regimento do Conselho de Ministros e aprova as regras de legística aplicáveis na elaboração de actos normativos do Governo.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 161/2008, de 22 de Outubro - Adopta medidas de promoção da transversalidade da perspectiva de género na administração central do Estado, aprova o estatuto das conselheiras e dos conselheiros para a igualdade e determina em quê assentam as medidas operativas da transversalidade da perspectiva de género, na administração central do Estado.
- Lei n.º 11.340, de 7 de Agosto de 2006 - Lei Maria da Penha

**Relatórios:**

- Relatório de Violência Doméstica das Ocorrências Participadas às Forças de Segurança em 2010 - de 2 de Maio de 2011.
- Relatório de Violência Doméstica das Ocorrências Participadas às Forças de Segurança no 1º semestre de 2011 - de 18 de Agosto de 2011.
- Legislação do documento “Bibliografia” que está no ambiente de trabalho.
- Relatório Anual de Segurança Interna 2011
- Estudo de vítima ção por *stalking* na população portuguesa, realizado pelo Grupo de Investigação sobre *Stalking* em Portugal. Disponível em <<http://www.stalking-gisp.com/index.php/stalking-em-portugal>>. Acesso em: 9 jan. 2012.

**Sites:**

- [www.dre.pt](http://www.dre.pt)
- [www.dgai.pt](http://www.dgai.pt)
- [www1.ci.uc.pt](http://www1.ci.uc.pt)
- [www.un.org](http://www.un.org)

## Anexos

### Anexo 1. Entrevista 1

**Posto:** Posto de Vila Real

**Dados pessoais:**

- Nome- João Miguel dos Santos Morgado
- Sexo- Masculino
- Idade- 46 anos
- Posto (patente) - Major
- Função que desempenha actualmente- Chefe da Secção de Investigação

Criminal

#### 1. Violência Doméstica contra as mulheres - atendimento na esquadra/posto

- 1.1. - Onde é feito mais frequentemente o atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica? Na banca de atendimento do graduado, na sala de atendimento às vítimas, na rua, na sala do comandante, na sala do adjunto, na sala de aulas/formação?

*- Nós por limitações dos recursos humanos e da logística, por ordem do comando, a norte do distrito temos alguns postos onde temos equipas de investigação e inquérito. Elas ficam responsáveis pelas vítimas nesses postos mais longínquos - poupa-se um pouco nas deslocações do pessoal e no gasto dos combustíveis, também. Por isso só temos 2 de momento aqui em Vila Real. A situação tem resultado talvez com algum prejuízo para, as vítimas. No entanto, os militares que lá estão, têm uma formação mínima específica para esse tipo de crimes. O pessoal aqui do NIAVE tem feito aqui os processos mais graves de Vila Real. Possivelmente se tivéssemos aqui mais 2 elementos e com capacidade logística, poderíamos tomar conta de todos estes processos - isso se fossemos reforçados e com esses meios. Actualmente são estas as limitações que temos mas, até a data, não temos tido queixa das pessoas. Os procuradores que talvez pudessem no início pensar que esses militares não estariam bem preparados têm uma opinião diferente hoje em dia.. No ano passado tivemos, no total, mais de 300 casos no nosso distrito.*

1.2. - No seu entender, as salas de atendimento às vítimas têm condições para tal, no que se refere à privacidade, à segura, ao conforto e a locais onde as crianças possam ficar (caso houver)?

- Isso, posso dizer que a maioria não tem. Podemos ter 1 ou 2 casos em que, há algumas condições de privacidade, de mobiliário apropriado, mas a grande maioria não tem - fruto do condicionalismo da estrutura dos próprios postos; não foram dimensionados para esta questão e depois as salas que se arranjam são de recurso, digamos assim. Por vezes outros militares acabam por ouvir essa conversa porque não há essa privacidade.

1.3. - As pessoas que fazem este atendimento são homens ou mulheres?

- Há postos onde não temos elementos femininos logo, à partida, a maioria são homens. Aqui no Comando há poucos elementos femininos e na maior parte dos postos não há. Acaba por ser os militares de sexo masculino a receber a queixa. No entanto, o que posso adiantar é que não tem sido objecto de alguma importância por causa das vítimas em ir a apresentar; vêm ali uma farda, a partida não colocam essa situação. Poderá ser colocada talvez nas grandes cidades onde terão mais essa possibilidade. Aqui as pessoas já partem do pressuposto que têm que apresentar uma queixa destas; se só há elementos masculinos aceitam perfeitamente.

1.3.1. - Existe algum critério na sua selecção?

- Ora bem, eu vim para cá há pouco tempo; não participei na selecção. Mas eles são propostos entre os militares que, à partida têm algumas competências: relacionamento pessoal, saber ouvir. Há uma série de critérios mas eu nunca fiz nem nunca participei nessa selecção.

1.3.2. - Têm algum tipo de formação?

- Sim, este pessoal que está no NIAVE, tem os cursos específicos da Guarda e outras formações adicionais que têm tirado.

1.3.3. - Onde é ministrada a formação?

- Na escola da Guarda

1.4. - Quem, no seu entender, deveria fazer o atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica:

1.4.1. - homens, mulheres ou é indiferente o gênero? Porquê?

- *Para mim, desde que haja competências é indiferente - que saiba analisar a situação, encaminha-la, conduzir a vítima conforme as regras. Porque não basta ser mulher para que as coisas corram como devem correr. Se eu tiver um membro masculino que me dê mais garantias, que ele tem mais competências, sabe sensibilizar mais estas questões do que uma mulher, eu aí vou optar por o elemento mais competente independentemente do gênero.*

1.4.2. - sargentos, cabos, guardas ou elementos dos NIAVE? Porquê?

- *Sim, nós aqui, não estamos a colocar sargentos; estamos a colocar ou guardas ou cabos. Portanto é indiferente ser sargento, cabo ou guarda.*

## **2. Violência Doméstica contra as mulheres - ocorrências fora da esquadra/posto**

2.1. - Em situações de violência doméstica, quem, no seu entender, deveria se deslocar ao local da ocorrência:

2.1.1. - homens, mulheres ou é indiferente o gênero? Porquê?

- *Mantenho a minha de que é indiferente o gênero porque trata-se acima de tudo da competência da pessoa. Como eu disse há pouco, se formos a pensar no gênero idêntico para tomar conta de uma situação em que a vítima é feminina, se pensarmos nisso, posso estar a colocar um elemento feminino que não tenha a vocação. Eu acho que há situações mais complicadas como questões de violação - não quer dizer que o militar masculino não possa tomar conta dessa situação. Aí posso ter que ponderar porque são questões de certa forma mais íntima para uma mulher. Penso que talvez, elas aí possam abrir-se mais com um elemento feminino por a vítima ser mulher.*

2.1.2. - sargentos, guardas, cabos ou elementos dos NIAVE? Porquê?

- *Mantenho a mesma opinião de há bocado.*



- 2.2. - Os NIAVE, quando intervêm em situações de violência doméstica contra as mulheres, devem ser constituídas por elementos femininos, masculinos ou é indiferente o gênero?

*-Eu, aposto nas equipas mistas porque, eu já tenho falado com outras pessoas fora da organização que, têm manifestado isto, também de experiencia própria. Estando equipas mistas há uma maior polivalência, se for só do mesmo gênero poderá haver uma radicalização, não digo que haja, é mas uma forma de estar mais relacionada com aquele gênero. E assim com equipas mistas penso que conseguimos melhores resultados, mesmo em termos de relacionamento da própria equipa.*

### **3. Violência Doméstica contra as mulheres - policiamento de proximidade**

- 3.1. - Os elementos dos NIAVE estão melhor preparados para fazer o atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica?

*- Sim, sem dúvida, aqui o pessoal do NIAVE está mais à vontade porque, trabalham exclusivamente estas questões de violência doméstica, enquanto as outras equipas que temos no terreno, além de fazerem este atendimento, também fazem o atendimento de outras situações; maus tratos, outras situações que possam ocorrer nos postos; fazem inquéritos, tudo o que tenha a ver com inquéritos, e apesar de terem uma abrangência maior acabam por não se especializar nesta área, só nesta área.*

- 3.2. No Brasil, por exemplo, foram criadas as Delegacias de Polícia Especializadas no Atendimento a Mulheres Vítimas de Violência Doméstica (DEAMs). Existem, também, as unidades policiais especializadas.

- 3.2.1. - As/os EPAV/NIAVE têm alguma semelhança?

*-Ao fim ao cabo é uma coisa parecida. Os NIAVE foram criados com objetivos específicos de só trabalharem nas vítimas, não só mulheres, vítimas de violência doméstica, há casos em que as vítimas são homens ou crianças. Foram criados com esse propósito é uma situação específica, penso que podemos fazer uma analogia nesse caso brasileiro, embora, para aqui nós estamos a trabalhar, estamos concentrados aqui em Vila Real e depois tentamos criar equipas que não são NIAVE mas, que têm uma formação não tão aprimorada mas, de alguma forma podem dar resposta a essas vítimas na impossibilidade de estarem em todo o distrito.*

3.2.2. - Como caracteriza as equipas e o seu trabalho?

*- Aqui, do NIAVE concretamente as vítimas de violência doméstica tem falado de um trabalho bastante positivo. Digo isto, também pelo feedback, principalmente por procuradores do Ministério Público e de conversas informais com outras pessoas que, estão de algum modo bastante satisfeitas com o trabalho deles. Como eu disse, eles tem a formação adequada, eles estão exclusivamente nesta função, tem os meios e conseguem atingir os objetivos, é no fundo investigar o crime, fazer todos os possíveis para proteger a vítima e encaminhar o agressor para a justiça, para que, a justiça consiga aplicar o respectivo sancionamento. No cômputo geral, estou bastante satisfeito com o trabalho do NIAVE.*

3.2.3. - Há alguma relação directa entre as/os EPAV/NIAVE e a violência doméstica?

*-Estão somente vocacionados para esta questão da violência doméstica.*

3.3. Na PSP, no âmbito do Programa Integrado de Policiamento de Proximidade (PIPP) foram criados as Equipas de Proximidade e de Apoio à Vítima (EPAV) actuação incide na prevenção, investigação e acompanhamento das situações de violência doméstica sobre as mulheres.

3.3.1. - O que pensa do projecto?

*- Não sei, eu desconheço.*

3.3.2. - Há alguma vantagem ou desvantagem em relação à forma como a PSP trata os casos de violência doméstica contra as mulheres?

*- Não sei, também desconheço.*

3.4. Os guardas que saem da escola prática, normalmente, passado pouco tempo já patrulham sozinhos.

3.4.1. - Eles estão preparados para responder a casos de violência doméstica contra as mulheres?

*- Na minha opinião, eles estão preparados. Só que é como todo o militar da Guarda; se perguntarem quando eles acabarem se, estão preparados para ser guarda, nós vamos*

*ter que dizer que sim, se não, não lhes deixávamos exercer essa profissão; no entanto, eles vão adquirindo a sua experiência com os casos que vão surgindo. Talvez no início eles não estariam a vontade com as matérias mas, agora como já viveram essas experiências, vão ganhando até outras competências, com mais formação que vão adquirindo depois desse estágio. Podemos dizer, que pelo menos minimamente estão preparados.*

#### **4. Violência Doméstica contra as mulheres - opinião acerca da actuação em função do género**

4.1. - O que pensa do facto de o Despacho nº 15/98, de 9 de Março, do Ministro da Administração Interna (relativo à actividade das políticas de segurança) determinar que o atendimento a mulheres vítimas de violência física e/ou psicológica fosse feito preferencialmente por agentes do sexo feminino?

*- Como eu lhe disse no início, nós não temos a quantidade de elementos femininos para empenhar nesta área. A maior parte dos postos não têm elementos femininos. Apesar desse despacho, não conseguimos dar-lhe comprimento precisamente pela falta de elementos. Depois há aquela questão se, eu tenho um elemento mais competente masculino e um elemento competente feminino, eu, vou ter de escolher qual vou colocar que, o objetivo é tirar o maior proveito da equipa para que as coisas corram bem.*

4.2. - A violência doméstica contra a mulher, pelo facto de ser contra a mulher, deve ser dada maior importância em relação às outras situações de violência doméstica? Porquê?

*- Não, a gente sabe, os idosos, as crianças e mulheres acabam por ser pessoas mais vulneráveis digamos assim. Na maior parte dos casos, o homem só por ter mais capacidade, mais força física, agride as mulheres. São franjas da população que são mais vulneráveis. Damos uma atenção especial aos idosos; não vamos dizer que só por serem mulheres, vamos dar maior atenção.*

4.3. - O facto de ser mulher (ou homem) deixa-a (o) mais sensível a situações de violência doméstica contra mulheres? Porquê?

- *Acabo por ser sensível não por ser homem mas pelas funções que desempenho. A maior parte dos casos que temos tido são mulheres, há uma maior preocupação com elas, não é, não sei se estarei mal a pensar neste pormenor mas, pronto.*

4.4. - As mulheres-polícia, pelo facto de serem mulheres, têm mais sensibilidade para atender mulheres vítimas de violência doméstica?

- *Penso que não, na Guarda, todos os militares têm a mesma linha de pensamento como força de autoridade; não penso que é pelo facto de serem homens ou mulheres; terão a mesma autoridade com as vítimas independentemente de serem homens ou mulheres.*

4.5. - Ter mais mulheres na patrulha traria alguma vantagem na resolução dos casos de violência doméstica contra as mulheres?

- *Na patrulha talvez não, talvez mais na parte de investigação.*

4.5.1. - Haveria algum inconveniente?

- *Não é que haja inconveniente mas a patrulha policial também tem que ter algum poder de reação. Como nós sabemos o homem tem mais força física. Nós na Guarda mesmo que haja essa capacidade - não quer dizer que o vamos evitar - mas por tendência não vamos por 2 mulheres na mesma patrulha. Não quer dizer que não possa acontecer. Há situações em que tem que se imobilizar o indivíduo, tem que se utilizar aquela parte mais física e se tem 2 mulheres, penso que acaba por haver menos capacidades - não quer dizer que elas não possam; mas no imediato se for 2 homens talvez realizem mais fácil. Isto que eu estou a dizer, não é nada contra as mulheres; estou a constatar factos pelas capacidades físicas. Mas para já penso, que não devemos colocar logo 2 mulheres numa patrulha.*

4.5.2. - As políticas de recrutamento deveriam ser alteradas com vista a aumentar o número de elementos femininos?

- *Aí, eu sou da opinião que possa haver mais mulheres porque, não digo logo para engrossarem portanto o patrulhamento. Mas também para outros serviços que*

*precisem. É uma questão a ser aplicada a curto prazo. Tentar meter mais mulheres na Função Publica também deixa transparecer maior igualdade do gênero no acesso. Isso depende das capacidades e da necessidade de estarem a meter mais mulheres nos cursos.*

## **5. Carreiras femininas na GNR**

5.1. - Em que áreas de trabalho da Polícia entende que as mulheres têm maiores dificuldade?

*- Maiores dificuldades, eu penso, que é na parte da investigação criminal e operacional, porque há uma certa fase da vida das mulheres em que são mães, têm filhos menores e têm algumas dificuldades, compreensíveis, em relação aos homens. O homem por sua vez não tem aquele período que a mulher tem e que depende da gravidez. Se a mulher estiver na investigação criminal já não tem horário, depois precisam de buscar o filho. Se não tiver a quem recorrer já é mais complicado e penso que o homem tem mais essa liberdade e mais facilidades.*

5.2. - Pensa que os homens se sentem ameaçados por existirem mulheres na carreira policial?

*- Não, não, até a data não senti da parte de nenhum militar do sexo masculino. Nunca senti esse receio. As mulheres podem estar a colocar em risco os homens neste sentido mas, eu nunca senti isso.*

5.3. - Quais são as maiores dificuldades das mulheres na Polícia?

*- É, mais pela questão que eu lhe falei. Na questão dos filhos, por norma as mulheres tomam mais responsabilidade. Não digo que não haja homens que talvez o façam mas, por norma é mais a mulher que tem que optar de dar de mamar ao filho, quando o filho vai a escola etc. O homem se puder também, lida um pouco com essas responsabilidades.*

5.4. - Pensa que as mulheres na Polícia são discriminadas só pelo facto de serem mulheres?

- Não. Talvez no início aquando da primeira incorporação tenha havido alguns comentários isolados. Mas atualmente, elas estão bem integradas; não sentem qualquer motivo de discriminação a isso.

5.5. - Como é que explica que a percentagem das mulheres na patrulha seja consideravelmente inferior à dos homens?

- Para já, se elas puderem - e há uma tendência - ficam num sítio como, transmissões, secretária ou outras seções que tenham horários compatível para conciliar a sua vida familiar. Penso que optaram por isso, em vez de estarem a procurar logo ser colocadas num posto, embora. Por vezes elas não podem escolher; há situações em que no início vêm logo para um posto, só depois aí é que poderão meter o papel para ir para um Comando ou uma secção.

5.6. - Pensa que as mulheres desempenham menos trabalho de rua por terem menos capacidades físicas que os homens?

- Talvez pelas razões que já aponte.

5.7. - Quais são as maiores dificuldades com as quais as mulheres se deparam:

5.7.1. - nas provas de admissão?

- Quando eu concorri não havia mulheres. Por aquilo que eu ouço, é mais nas provas físicas.

5.7.2. - durante a formação?

- Há uma certa dificuldade na parte escolar, psicológica talvez; não são pressionadas por serem mulheres; há uma certa pressão no curso inicial porque há um certo ritmo que é imprimido e possivelmente poderá haver alguma dificuldade no conjunto de não atingir os objetivos.

5.7.3. - quando começam a exercer funções?

- *Elas, quando iniciam as funções, tirando as que vão para transmissões, administração, a maior dificuldade é mesmo na parte prática. Elas vêm de uma formação teórica - têm estágio onde fazem serviço no exterior, elas acompanham as patrulhas - mas quando vão para o primeiro serviço operacional, penso que é aí que elas têm dificuldades, no contacto com situações novas e que poderá vir algum receio por parte delas.*

5.8. - Pensa que o desempenho profissional das mulheres poderá ser perturbado por serem demasiado sentimentais?

- *Não, não. Penso que não é afectado porque já vi situações de mulheres que se desenrascaram melhores do que alguns homens, em que não houve nenhum sentimentalismo. Algumas até se surpreenderiam com aquilo. Não vejo qualquer preocupação que por serem mulheres possam ser mais sentimentalistas.*

## Anexo 2. Entrevista 2

**Posto:** Posto de Vila Real

**Dados de identificação:**

- Nome- Cátia Maria da Silva Pinto Costa
- Sexo- Feminino
- Idade- 29 anos
- Posto (patente) - Cabo
- Função que desempenha actualmente- Chefe da Secção do NIAVE

### 1. Violência Doméstica contra as mulheres - atendimento na esquadra/posto

- 1.1. - Onde é feito mais frequentemente o atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica? Na banca de atendimento do graduado, na sala de atendimento às vítimas, na rua, na sala do comandante, na sala do adjunto, na sala de aulas/formação?

*- Só na investigação é que vamos ao terreno. Se as pessoas chamam, a patrulha vai lá; se for preciso encaminhar as pessoas para à APAV ou alguma instituição, faz-se. Se elas vierem ao posto são atendidas numa sala específica - aquelas salas que eu lhe mostrei. São duas salas e as pessoas estão resguardadas; falam com o militar que lhes recebeu a denúncia e que tem um curso específico de NIAVE. O atendimento no geral é na rua, ou seja, elas é que chamam a patrulha; os militares fardados vão lá e fazer o auto de notícia. A maior parte das situações são autos de notícia ou de denúncia, quando elas vêm ao posto. Mas a maior parte são as pessoas ou os vizinhos que chamam a GNR.*

- 1.2. - No seu entender, as salas de atendimento às vítimas têm condições para tal, no que se refere à privacidade, à segurança, ao conforto e a locais onde as crianças possam ficar (caso houver)?

*- A nossa sala que será de um apoio à vítima não tem espaço - como lhe ei de dizer - espaço físico no quartel para adaptar estas situações. Fazemos o melhor que conseguimos mas, os quarteis da Guarda muitos deles já têm alguns anos. Os que foram criados, os que já são mais recentes já têm condições excelentes; condições mesmo boas. Condições como livros, o sofázinho etc. Agora com os outros tentamos sempre adapta-los. Não que as salas tenham as condições ideais - como você pode observar - mas tentamos adaptar; mas para as crianças, isso não. Os mais antigos, na altura em que foram construídos, ainda não havia esta preocupação da violência doméstica; os filhos, onde colocá-los aqui para brincarem; pô-los a fazer um desenho; tentar às vezes inquirir alguns miúdos com 8 ou 10 anos; tentar observar-lhos através do desenho; Nos quarteis velhos não há isso - nos novos sim - que não é o caso do nosso. O nosso é um quartel antigo e as capacidades não serão muito mais do que estas; temos dificuldades com uma vítima que ande numa cadeira de rodas; ela não consegue chegar aqui. Mas estão lá em baixo aquelas 2 salas, a gente desce e ouve ali as pessoas: Para lhe responder mais concretamente não há condições, não há.*



1.3. - As pessoas que fazem este atendimento são homens ou mulheres?

- *Se elas quiserem ser atendidas por uma mulher, há militares mulheres no posto. Quando não estão lá, se elas preferirem - mas acontece poucas vezes - eles ligam para mim. Sou eu que vou ouvir essas pessoas vítimas de violação e sou eu por vezes que vou inquiri-las. Normalmente as de violação a gente nem diz para elas escolherem - claro que uma mulher vítima de violação está mais à vontade a falar com um militar mulher. Então aí vou logo eu. Quando não é o caso mas trata-se de violência doméstica e elas dizem que preferem ser atendidas por uma senhora e que estão mais a vontade, então aí vou. Mas, normalmente são os colegas que estão lá em baixo os inquéritos que os vão ouvir.*

1.3.1. - Existe algum critério na sua selecção?

- *Eu, não vim no início; só vim no fim de 2007 - novembro. No início o critério era haver sempre homens e mulheres. Na reunião estava uma colega feminina - uma cabo que também era chefe dessa secção - e depois, para um militar do sexo masculino, veio então o Esteves. Quando essa outra colega em 2007 decidiu sair da estrutura investigação criminal, então abriram uma outra vaga. Ou seja, não abriram para um homem, abriram para mulher - que foi a vaga que abriu para mim. Isto porque pode chegar aqui uma vítima e o processo estar entregue ao colega Esteves e ela, dizer: olha, eu preferia ser inquirida por uma senhora; Daí todos os núcleos do país terem homens e mulheres por causa desta situação. Já tive casos de senhores que tinham sido vítimas e eu perguntei-lhes se estavam mais a vontade de falar comigo ou com o Esteves. Mas eles por acaso não quiseram ser ouvidos por um homem - mas poderiam. Como era uma vítima do sexo masculino poderia ter optado por ser o Esteves ou o Fines, embora a investigadora fosse eu.*

1.3.2. - Têm algum tipo de formação?

- *Sim, temos o curso de investigação criminal. Eu já lhe dei os diplomas onde vem tudo discriminado: as disciplinas, tudo. A seguir temos o curso do IAVE. Quando eu tirei, isto tinha outro nome (NMUME). Eu já lhe tinha explicado mas apesar da mudança dos nomes, tudo continua de igual forma. Quando não há disponibilidade logística da escola da Guarda para dar logo o Curso de Investigação Criminal - que é o curso que forma o investigador - o militar tira logo o curso do NIAVE e só depois vai para o outro. Comigo aconteceu assim; o Esteves já não - tirou o principal que é o de investigador criminal e depois tirou o do NIAVE. Eu não. Como na escola já havia outros cursos, eles não tinham capacidade. Por isso, primeiro tirei o mais pequeno que é o NIAVE e depois tirei o de investigação criminal. Se você for ver nos diplomas, as datas são de anos diferentes. Sempre que há uma lei nova - por exemplo, surgiu lá lei 112 de Setembro de 2009 que veio dar aqui uma ajuda nos casos da violência doméstica; veio elucidar um bocadinho como é que nós havemos de agir em determinados campos com a vítima; daí valorizar muito as vítimas mas foi muito bom para o nosso núcleo; não digo o nosso núcleo mas para a violência doméstica em geral - tivemos logo assim uma formação para explicar qual era o objectivo daquela lei e o que significava; do que se tratava; como é que deveriam agir os militares no terreno; e como é que devíamos nós agir enquanto investigadores. Ou seja, a nossa formação é contínua. Há, por exemplo, outra formação sobre Tráfico de Seres Humanos - eu e nosso Major fomos logo ter essa formação. Temos essa formação, é capaz de perguntar assim, mas o tráfico de seres humanos tem a ver com o NIAVE? Eu vou-lhe responder:*

*nós temos essa formação porque a nossa vítima de violência doméstica - falemos por exemplo de uma cidadã ucraniana - pode ter sido vítima de tráfico de seres humanos e está muito bem aqui em Portugal e ser vítima de violência doméstica ou de maus tratos; isso pode acontecer. Então nós recebemos essas formações para estar sempre alerta nestas situações porque ser militar do NIAVE não quer dizer que só se lide com a violência doméstica e os maus tratos - é todo o tipo de vítimas. Tivemos uma outra formação no Instituto Médico Legal de Vila Real, para estarmos alerta para os casos de violação. Eles falam muito na preservação dos vestígios e a gente aprende - aprende não; reavive um bocadinho o que se aprendeu no curso de investigação da Guarda. A gente tem que estar sempre alerta porque há algumas situações de mulheres vítimas de violência doméstica que são vítimas de violência sexual. Dai também estes conhecimentos nos serem muito uteis para também darmos indicações às vítimas. Na nossa investigação, podemos dizer: passou-se isto, isto, e isto. Podemos dizer que as provas que estão ali são suficientes ou não. Mas quem decidem são os tribunais. Mas a gente também sabe se realmente foi violada. Quando chego lá em baixo e a vítima diz: fui violada, dizemos logo: não coma, não vá a casa de banho, não se lave. Aquilo a que a gente chama conhecimento de base mas, que há outros. É importante termos conhecimentos destas matérias para poder encaminhar as vítimas e poder dizer, não faça isto ou aquilo, porque se não vai destruir as nossas provas - as provas que depois vão ser uteis para o Ministério Público, no julgamento.*

1.3.3. - Onde é ministrada a formação?

*-As formações base são sempre na escola da Guarda; as outras como você vai poder ver nos diplomas, são certificados de participação. Há, por exemplo, palestras na Universidade de Direito do Porto, em Bragança, no Instituto de Médico Legal, ou seja, são locais distintos. Dado ao nosso volume de trabalho não podemos assistir a todas. Por isso optamos por umas ou outras.*

1.4. - Quem, no seu entender, deveria fazer o atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica:

1.4.1. - homens, mulheres ou é indiferente o género? Porquê?

*-Eu penso que é indiferente. Quando elas pedem, são aqueles crimes de violação, ou são vítimas de violência doméstica ou abuso sexual. Há aqueles pormenores que acham que os homens não entendem - até tem vergonha de falar com um homem porque é uma coisa de muita intimidade. No entanto há mulheres que eu noto que se sentem também à vontade com o guarda do sexo masculino. As pessoas vêm no guarda um abrigo, um porto seguro. Só que, embora eu e o colega Esteves não andemos fardados, por aquilo que já lhe expliquei - a farda, em algumas situações, é inibidora. Agora, de uma forma geral, tanto entende com um homem ou com uma mulher, acho que é indiferente. Quando são inquiridas, os processos de violência doméstica somos nós que os investigamos.*

1.4.2. - sargentos, cabos, guardas ou elementos dos NIAVE? Porquê?

*-Eu, penso que é indiferente. Porque, quando as senhoras vêm ao posto das 9 às 17h30, nesse horário há sempre um militar no posto que também tem o curso de investigação. Ou seja, quando as senhoras vêm ao posto naquele horário de expediente vão falar com esses militares que, estão também habilitados para esse tipo de situações. Actualmente os nossos cursos já são administrados tendo em conta essa preocupação: em formar*

*homens e mulheres mais humanos, mais para a vertente humana. Às vezes pensamos que nós policiais é só punir. Também, é ajudar, encaminhar e ter essa sensibilidade - que já nasce às vezes conosco e, que em determinados casos é mais apurado. Nestes cursos apela-se sempre à sensibilidade do militar. Ser militar é um saber, é uma arte que se vai aprendendo aos poucos. Eu penso que todos os militares - apesar de uns mais que os outros porque somos todos diferentes - têm capacidade para saber recebê-las e saber encaminhá-las. Em caso de dúvida há sempre um telefone e ligam para nós e o serviço fica sempre bem feito.*

## **2. Violência Doméstica contra as mulheres - ocorrências fora da esquadra/posto**

2.1. - Em situações de violência doméstica, quem, no seu entender, deveria se deslocar ao local da ocorrência:

2.1.1. - homens, mulheres ou é indiferente o gênero? Porquê?

*- Para mim é indiferente. Foi o que eu disse na pergunta anterior. As pessoas quando vão aos locais, homens ou mulheres é indiferente. Quando vão eles já sabem o que perguntar, como vão fazer, como vão reagir, e tem corrido tudo muito bem. É indiferente lá ir um homem ou uma mulher porque os militares estão sensibilizados de tal forma para estas situações.*

2.1.2. - sargentos, cabos, guardas ou elementos dos NIAVE? Porquê?  
*-É indiferente.*

2.2. - Os NIAVE, quando intervêm em situações de violência doméstica contra as mulheres, devem ser constituídos por elementos femininos, masculinos ou é indiferente o gênero?

*-Sempre equipas mistas, por aquele motivo que eu lhe disse há umas perguntas atrás.*

## **3. Violência Doméstica contra as mulheres - policiamento de proximidade**

3.1. - Os elementos dos NIAVE estão melhor preparados para fazer o atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica?

*-Sim, sem dúvida. Porque nós temos os tais cursos, as constantes atualizações. E foi por isso é que se criaram os NIAVE. Todos têm conhecimentos mas o nosso trabalho é específico naquela área. Por isso, temos obrigações de ser melhores. Só trabalhamos com aquilo; temos a obrigação de o nosso inquérito ser perfeito; não pode haver falha nenhuma. Ou seja saber tudo detalhado até ao momento da última agressão. Temos essa obrigação porque temos mais formação que os outros militares.*

3.2. No Brasil, por exemplo, foram criadas as Delegacias de Polícia Especializadas no Atendimento a Mulheres Vítimas de Violência Doméstica (DEAMs). Existem, também, as unidades policiais especializadas.

3.2.1. - As/os EPAV/NIAVE têm alguma semelhança?

*- Eu penso que não. O Brasil é outro país e há outra problemática que não há na nossa sociedade. Embora, esta problemática da violência doméstica não tem povo. A violência doméstica sempre houve; só que até uns anos atrás evoluiu mais porque, na nossa sociedade era vista como normal, entre aspas. Normal porque o homem tinha*

*posse da mulher e era quem mandava nela e fazia em casa o que bem lhe apetecia e, normalmente nas situações em que as mulheres eram casadas com agressores, os filhos também eram vítimas. Quando houve esta grande visibilidade as instituições tentaram adaptar-se à problemática. A Guarda também evolui criando esta equipa para dar resposta a esta situação especial. Na PSP, penso que também há sempre um agente ou polícia que lida com estas situações. Ou seja, o NIAVE, podemos dizer assim, é uma resposta ao evoluir da nossa sociedade. Nós não nós queremos equiparar ao Brasil. Em Espanha, parece-me, há um núcleo como o nosso mas tem outro nome - violência de género acho eu. A nossa problemática pode ser equiparada ao nosso país vizinho.*

3.2.2. - Como caracteriza as equipas e o seu trabalho?

*-O nosso trabalho é um trabalho de muita responsabilidade essencialmente isso, temos a nossa frente pessoas que foram por vezes vítimas uma vida inteira que, precisam de ser ajudadas, encaminhadas para instituições que as possam ajudar, ajudar a recomeçar uma vida nova, por vezes ajudar financeiramente e os filhos também. Fala-se das vítimas, mas há os filhos por arrasto também são vítimas por isso, o nosso trabalho é de grande responsabilidade que estamos a lidar com seres humanos que, têm uma vida, uma história e, essencialmente pessoas sofredoras e é um trabalho arduo, arduo de grande responsabilidade eu, penso que será por esses motivos todos que lhe estou a dizer que, esses dois adjetivos, poderia dizer muitos, outros, mas acho que esses dois resumem tudo.*

3.2.3. - Há alguma relação directa entre os NIAVE e a violência doméstica?

*- O NIAVE é vocacionado para a violência doméstica e os maus tratos; nós somos especializados para isso; não fazemos mais nada além disso. Por vezes, pela inerência da investigação criminal nós podemos - como acho que é em todas as polícias - ajudar-nos o do lado numa investigação. O nosso trabalho é só esse somos vocacionados só para isso e mais nada.*

3.3. Na PSP, no âmbito do Programa Integrado de Policiamento de Proximidade (PIPP) foram criados as Equipas de Proximidade e de Apoio à Vítima (EPAV) actuação incide na prevenção, investigação e acompanhamento das situações de violência doméstica sobre as mulheres.

3.3.1. - O que pensa do projecto?

*- Sei que também lidam. Sei, que há uma senhora porque de vez em quando telefonamos por causa de uma situação ou outra mas não tenho conhecimento. Realmente também, sei que eles fazem autos de violência doméstica e são vulgados mas acho que eles, não tem uma equipa especializada como nós. Os nossos núcleos existem por todo o país e nalguns distritos há mais que um núcleo.*

3.3.2. - Há alguma vantagem ou desvantagem em relação à forma como a PSP trata os casos de violência doméstica contra as mulheres?

*- Pelo conhecimento que eu tenho, eles não têm uma equipa especializada. Se tivessem seria mais vantajosa para essas situações.*

3.4. Os agentes que saem da escola prática, normalmente, passado pouco tempo já patrulham sozinhos.

3.4.1. - Eles estão preparados para responder a casos de violência doméstica contra as mulheres?

- *É. Depois do estágio é natural que façam logo. Os militares quando saem da Escola da Guarda, têm 1 mês ou 2 de estágio, onde eles vão por na prática o que eles aprenderam na teórica. Ou seja, o estágio é no terreno e não nos postos e, eles vão estar com alguém mais velho - um guarda. Porque eles não são guardas efectivamente; são estagiários depois é que fazem o compromisso de honra, para serem guardas. Durante esses 2 meses, eles vão por em pratica o que aprenderam na teoria; vão sobre supervisão de outros guardas. Vão atender pessoas, elaboram autos, vão a assaltos e, durante esse tempo vão aprender a lidar com problemas de violência doméstica e como lidar com vítimas em geral. Eu penso que, quando eles saem do estágio têm um longo caminho a percorrer. Mas isso vai-se aprendendo no dia-a-dia. Eu penso, que eles no inicio já têm capacidade para atenderem as vítimas - têm obrigação disso. Há um módulo do curso que é, como atender uma vítima; eles têm investigação criminal já no curso. A minha resposta é sim.*

#### **4. Violência Doméstica contra as mulheres - opinião acerca da actuação em função do género**

4.1. - O que pensa do facto de o Despacho nº 15/98, de 9 de Março, do Ministro da Administração Interna (relativo à actividade das políticas de segurança) determinar que o atendimento a mulheres vítimas de violência física e/ou psicológica fosse feito preferencialmente por agentes do sexo feminino?

- *Desde 98 já muita coisa mudou. Tinham em mente a vítima do sexo feminino e daí terem posto que preferencialmente por mulheres. Pensamos nós que as mulheres têm mais intimidade com uma mulher. Mas, como eu já lhe falei há bocado no nosso dia-a-dia, verifica que não. As pessoas só vêm ter connosco na última; as pessoas só vêm à Guarda, só vêm ter connosco, quando já encheram, quando já levaram e levaram. Vêm ter connosco mesmo quando já não têm outra saída. Quem fez isto teve em mente a fatia do bolo que continua a ser as vítimas mulheres. Eu acho que não concordo porque - e como já referi atrás - as vítimas estão à vontade tanto comigo como com o colega Esteves.*

4.2. - A violência doméstica contra a mulher, pelo facto de ser contra a mulher, deve ser dada maior importância em relação às outras situações de violência doméstica? Porquê?

- *Eu penso que não. Há a situação dos idosos em casa ou nos lares. Tanto a violência doméstica como os maus tratos para qualquer tipo de vítima, temos que os tratar de uma forma igualitária. A mulher por ser mulher é uma vítima como é um idoso, como um cidadão com deficiência, ou uma criança. A mulher não pode ser privilegiada em relação as outras vítimas porque, as outras vítimas existem e nós sabemos disso.*

4.3. - O facto de ser mulher (ou homem) deixa-a (o) mais sensível a situações de violência doméstica contra mulheres? Porquê?

- *Eu, já era uma pessoa sensível tanto fosse contra mulheres, como contra crianças. Quando se é mãe mexe um pouco connosco. Estes crimes são horrendos para toda a gente, pensa eu. Depois de eu ter vindo para este núcleo - mais nas formações porque lá a gente visualiza vídeos - entramos mesmo na realidade. Eu penso que fiquei duplamente sensível. Quando são crianças - não querendo dizer que seja mais horrendo ou não - mas mexem connosco; quando vamos para casa, queremos tirá-las da cabeça e não conseguimos; acontece com o idoso também. Quando uma vítima mulher vai-se embora perguntámo-nos: será que vai mata-la, vai bater mais no filho?*

4.4. - As mulheres-polícia, pelo facto de serem mulheres, têm mais sensibilidade para atender mulheres vítimas de violência doméstica?  
- *Na Guarda, tanto os homens como as mulheres estão igualmente sensibilizados.*

4.5. - Ter mais mulheres na patrulha traria alguma vantagem na resolução dos casos de violência doméstica contra as mulheres?  
- *Não, porque combater a violência doméstica é muito difícil. Por mais policiamento que se faça, teríamos que entrar num ambiente familiar. E o ambiente familiar é um casulo; não entra lá qualquer um. Das ações de sensibilização que a Guarda e outras forças de segurança fazem, a publicidade de veria passar em horário normal e com imagens chocantes. Isto porque os meios de comunicação social entram na casa de toda a gente - nós não. Não conseguimos entrar no casulo por mais policiamento de proximidade que se faça. Temos grandes dificuldades no momento mas, eu acho que uma maior intervenção deve ser com o agressor. Refiro-me a quando tenho aqui um inquérito e eu deteto ou a vítima diz-nos, ou o filho, ou as testemunhas que por exemplo o agressor tem problemas de álcool, ou problemas de droga. Acho que aí há um ponto que deveria mudar. Havia de ser obrigado a só sair de um hospital quando estivesse recuperado. São precisos programas de recuperação que não podiam ser abandonados pela vontade do agressor. Se o fizessem então teriam que acatar com as consequências - rir para a cadeia. Acho que a prevenção deve partir de uma mudança de mentalidade. Temos que apostar no tratamento do agressores e no tal casulo através dos meios de comunicação social, já que as polícias não conseguem entrar naquele meio*

4.5.1. - Haveria algum inconveniente?  
- *Não, não tem inconvenientes nem têm vantagem que é a tal situação que eu lhe disse.*

4.5.2. - As políticas de recrutamento deveriam ser alteradas com vista a aumentar o número de elementos femininos?  
- *Não. Nós já temos uma grande fatia em cada curso. No meu curso eramos 1100, e, eramos talvez cento e tal de mulheres - é um numero considerável. E nos cursos têm sido assim. Estou a falar do meu curso que foi em 2001.*

## **5. Carreiras femininas na GNR**

5.1. - Em que áreas de trabalho da Polícia entende que as mulheres têm maiores dificuldade?  
- *Há uma equipa em que não há mulheres, o Corpo de Operações Especiais. É óbvio porque é que não há mulheres. Eles são uma força especial, vivem aquilo de dia e de*

*noite; vão para lá pessoas especiais que têm e são dotadas de capacidades física e mental, que têm dotes, como atirador etc.. Mas há mulheres em todas as áreas: nos Serviços de Proteção da Natureza nas equipas de fiscalização da Natureza (fazer caça, pesca, resíduos), na Unidade de Intervenção em Lisboa a fazer portas de armas, há mulheres na parte logística. Há mulheres em todo lado menos nessa equipa.*

5.2. - Pensa que os homens se sentem ameaçados por existirem mulheres na carreira policial?

*- Não, eu nunca senti isso, desde que estou na Guarda. Sempre me trataram como um deles, sempre me acarinharam. Por exemplo, eu trabalho com o Guarda Esteves, eu sou a chefe da secção dele e nunca houve isso entre nós. Trabalhámos para o mesmo - a causa pública. As mulheres lá terão as suas dificuldades ou limitações e, os homens terão outras e estamos aqui todos para nos colmatarmos e levar o país para a frente.*

5.3. - Quais são as maiores dificuldades das mulheres na Polícia?

*- No serviço de patrulha há grande dificuldade em conciliar os horários com a vida particular. Conciliar a vida particular, mais os filhos não é fácil. Para responder a sua pergunta, é difícil mas não é impossível. Nós, quando candidatamos, já sabemos que isto não é um mar de rosas. Não podemos andar a pensar que por termos filhos que nós põem na secretaria e que entraríamos das 9h às 17h; não pode ser. Somos formados para andar na rua; é difícil mas paciência - é essa a minha opinião.*

5.4. - Pensa que as mulheres na Polícia são discriminadas só pelo facto de serem mulheres?

*- Não, não, de maneira nenhuma já lhe tinha respondido. Não, não somos de maneira nenhuma.*

5.5. - Como é que explica que a percentagem das mulheres na patrulha seja consideravelmente inferior à dos homens?

*- Eu compreendo isso de uma forma óbvia - e é aquilo em que o cidadão pensa. Somos uma força de segurança na Guarda; não vamos fazer um alistamento de 1000 mulheres porque realmente os homens - e é de um senso comum - têm mais força. Têm outras capacidades que não têm as mulheres - embora nós temos outras que não têm os homens. Acho que isso é incompreensível; é impossível haver por exemplo, um 50- 50. Nós somos forças de segurança e temos de compreender que nós as mulheres, embora iguais perante a lei, não temos as capacidades que têm os homens; e as pessoas têm de reconhecer isso. Quando estamos na força de segurança, cada vez mais as pessoas, os cidadãos, indeterminados tipos de crime, vêm-nos como uma saída, uma ajuda. Mas há outras situações, por exemplo de manutenção de ordem pública, se fosse um pelotão de mulheres, seria uma risota para os manifestantes.*

5.6. - Pensa que as mulheres desempenham menos trabalho de rua por terem menos capacidades físicas que os homens?

*- Quando saímos do curso somos todos colocados em serviços operacionais. Ser mulher não significa que vamos para um serviço de secretaria - isso não existe. Depois de alguns anos é que aparecem as saídas; Foi o que aconteceu comigo (2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007) eu já tinha quase 6 anos de serviço policial operacional quando vim para aqui para a investigação criminal. Andei esse tempo todo atrás, a conciliar a filha*

*com marido longe de casa que também é militar e o serviço de patrulha que, era um horário 7h-13h, ao outro dia era 13h-19h, ao outro era 9h-17h. Ou seja, as mulheres não vão directamente para as secretarias - isto não existe. Nós vimos para ser polícias, não para serem administrativos.*

5.7. - Quais são as maiores dificuldades com as quais as mulheres se deparam:

5.7.1. - nas provas de admissão?

*- A nível físico. Embora eu tenha passado tudo há primeira, a maior parte das mulheres não conseguia.*

5.7.2. - durante a formação?

*- Deixe-me recordar. Durante a formação, eu tive dificuldade na Fiscalização e na Aduaneira que é a parte fiscal dos veículos, entrada e saída de mercadorias de alfândega - era um calo que ali estava. Não fui militar eu quando fui para o curso foi uma outra adaptação; nunca tinha feito queda na marcha, nunca tinha pegado numa arma, nunca tinha visto uma espingarda, uma G3 etc.*

5.7.3. - quando começam a exercer funções?

*- Fui estagiar em Julho de 2002, fui para o Posto Cinfães do Douro. As minhas maiores dificuldades e que todos sentimos, tinha a ver com o facto de estamos perdidos no início; temos que nós adaptar - é uma coisa nova. A primeira vez que saímos e vamos buscar uma arma, as pernas tremem um bocadinho. Não conhecemos as pessoas com quem vamos trabalhar; parece que não sabemos nada - e na realidade não sabemos mesmo, só sabemos a parte teórica. Recordo-me de uma situação, que mexeu comigo: um acidente grave e que havia muito sangue; aquilo mexeu comigo. Depois apanhei logo em seguida um enforcado. As primeiras situações são terríveis e não nos saem da cabeça. A primeira dificuldade é mesmo a nossa adaptação. O essencial é termos sensibilidade que já nasce connosco e ter a humildade suficiente para perceber que não somos ninguém e que o trazemos do curso serve mas não é tudo.*

5.8. - Pensa que o desempenho profissional das mulheres poderá ser perturbado por serem demasiado sentimentais?

*- Não. Eu falo por mim também - nós sabemos distinguir as águas. Não há nenhum botão para quando a gente veste a farda militar ou policial e o outro botão para quando a gente se veste à civil. Penso que já é automático; aprendemos a ter sentimentos mas saber o que a gente realmente deve fazer ou como agir. Não somos máquinas mas também não podemos deixar que os nossos sentimentos interfiram no nosso trabalho. Por exemplo, aqui no trabalho do NIAVE, eu não posso deixar que os meus sentimentos me arrasem quando vejo uma senhora a chorar ou com um filho nos braços ou que está todo negro porque o pai o agrediu e à mãe. Não podemos deixar que pelo choro das outras pessoas, a nossa sensibilidade e a pena da pessoa venham ao de cima. Não podemos deixar que os nossos sentimentos interfiram no dia-a-dia ou no nosso trabalho. Não falo só de tristeza mas também de raiva por exemplo. Numa manifestação que nos chamem filho desta, filho daquela, vai trabalhar, és um ladrão, não podemos fazer nada. No fundo essas pessoas não sabem como é o nosso trabalho; não há fins-de-semana por exemplo. Mas gostamos daquilo que fazemos e isso é o que nos interessa.*





### **Anexo 3. Entrevista 3**

**Posto:** Posto da GNR de Vila Real

#### **Dados pessoais:**

- Nome - Válder Miguel Alves Garcia Tão Esteves
- Sexo- Masculino
- Idade- 36 anos
- Posto (patente)- Guarda
- Função que desempenha actualmente- Sou militar da NIAV, presto serviço no NIAV.

#### **1. Violência Doméstica contra as mulheres - atendimento na esquadra/posto**

1.1. - Onde é feito mais frequentemente o atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica? Na banca de atendimento do graduado, na sala de atendimento às vítimas, na rua, na sala do comandante, na sala do adjunto, na sala de aulas/formação?

*- Aqui no Comando é feito por nós na fase inicial e depois em face de inquérito é feita pelo NIAVE. Nos outros postos é feito na área dos factos e por nós se for delegado dentro da competência do Ministério Público. Dependendo da distância vêm aqui ou deslocamo-nos aos postos para receber os inquéritos.*

1.2. - No seu entender, as salas de atendimento às vítimas têm condições para tal, no que se refere à privacidade, à segura, ao conforto e a locais onde as crianças possam ficar (caso houver)?

*- Nas zonas em que existem têm as condições ideais e que estão estipuladas no regulamento. Na maior parte dos postos não há salas de atendimento, é feito as vezes num gabinete dos inquéritos dos postos.*

1.3. - As pessoas que fazem este atendimento são homens ou mulheres?

*- Depende. Pela informação que tenho, conforme a escala que está naquele dia; tanto pode ser homem como pode ser por mulher.*

1.3.1. - Existe algum critério na sua selecção?

*- Na altura ouve. Na selecção fomos submetidos a testes psicotécnicos e depois, se aprovados, passaríamos depois o curso de instigação criminal. Foi aberto um concurso com certos requisitos (idade, carta de condução, escolaridade, sexo masculino ou feminino mediante as necessidades) e depois fomos escolhidos na altura pelo chefe de investigação criminal. Mediante o que ele escolheu propôs-nos para fazer os testes psicotécnicos para ingressar no curso de investigação criminal.*

1.3.2. - Têm algum tipo de formação?

*- Sim, a nível de curso investigação criminal e depois o curso de vítimas de violência doméstica.*

1.3.3. - Onde é ministrada a formação?

*- Na Escola da Guarda em Queluz.*

1.4. - Quem, no seu entender, deveria fazer o atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica:

1.4.1. - homens, mulheres ou é indiferente o gênero? Porquê?

- *Numa primeira fase, é indiferente quer seja homem ou mulher militares. No nosso caso têm é que ter uma certa sensibilidade e um outro cuidado em abordar a situação porque as pessoas chegam por vezes muito fragilizadas. Não pode ser um atendimento ao de leve; tem de ser ter um certo cuidado. Agora, se o atendimento é melhor executado por mulheres ou homens, acho que aí não há diferença. Cada um é que tem que ter noção e avaliar a situação para depois tomar uma atitude perante a situação.*

1.4.2. - sargentos, cabos, guardas ou elementos dos NIAVE? Porquê?

- *A experiência profissional ajuda muito mas por vezes quem é mais novo tem outra maneira de pensar - embora, os procedimentos de atendimentos estejam padronizados. Os mais velhos têm experiência de vida e os mais novos podem ter, digamos, outra maneira de pensar por isso, têm outra atitude e talvez um outro cuidado. É um bocado complicado dizer quem está mais habilitado ou mais adequado a essa situação.*

## **2. Violência Doméstica contra as mulheres - ocorrências fora da esquadra/posto**

2.1. - Em situações de violência doméstica, quem, no seu entender, deveria se deslocar ao local da ocorrência:

2.1.1. - homens, mulheres ou é indiferente o gênero? Porquê?

- *O ideal seria a patrulha nessas situações serem compostas por um homem e uma mulher porque geralmente a vítima de violência doméstica é uma mulher; pode não ser o caso, mas a maior parte do tempo é entre marido e mulher. Assim, poderia a abordagem ser um pouco diferente. Agora as patrulhas normalmente são compostas por 2 homens; aí tem que entrar o bom senso e outro cuidado por parte dos elementos masculinos.*

2.1.2. - sargentos, guardas, cabos ou elementos dos NIAVE? Porquê?

- *É indiferente. Temos consciência que já há muita gente nova na Guarda. Mas as pessoas novas já se estão a formar e já há outro gênero de formação, outro gênero de conhecimentos; as pessoas estão muito mais bem informadas e podem talvez abordar a situação de outra maneira.*

2.2. - Os NIAVE, quando intervêm em situações de violência doméstica contra as mulheres, devem ser constituídos por elementos femininos, masculinos ou é indiferente o gênero?

- *Equipas mistas.*

## **3. Violência Doméstica contra as mulheres - policiamento de proximidade**

3.1. - Os elementos dos NIAVE estão melhor preparados para fazer o atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica?

- *Sim. Por isso mesmo nós temos formação específica e a nossa experiência é só nisto. O nosso trabalho é só neste gênero de violência e vamos evoluindo um bocadito. Os*

*colegas da patrulha têm de saber um pouco de tudo, enquanto nós não temos. O nosso trabalho é só Violência Doméstica quer seja contra crianças, idosos ou outro género.*

3.2. No Brasil, por exemplo, foram criadas as Delegacias de Polícia Especializadas no Atendimento a Mulheres Vítimas de Violência Doméstica (DEAMs). Existem, também, as unidades policiais especializadas.

3.2.1. - As/os EPAV/NIAVE têm alguma semelhança?

*- O nome que lhe atribuem não sei, não tenho conhecimento. Mas tenho conhecimento que é muito mais gravosa para o arguido. Pela informação que eu tenho, o NIAVE nasceu um bocadinho do que já exististe em Espanha.*

3.2.2. - Como caracteriza as equipas e o seu trabalho?

*- O trabalho não falta, infelizmente. O número de crimes têm vindo a aumentar cada vez mais bem como as denúncias. Fazia falta fazer uma formação específica para lidar com casos mais melindrosos que requerem outro cuidado. Antes nem havia o crime de violência doméstica dentro do âmbito familiar mas, era um crime de abuso, ofensas de integridade ao público não grave. O crime de violência doméstica especifica bem no crime da violência doméstica.*

3.2.3. - Há alguma relação directa entre os NIAVE e a violência doméstica?

*- Só fazemos Violência Doméstica. Não fazemos patrulhas, não fazemos aquele serviço dito da Guarda. Patrulhamento de proximidade, fiscalização, transito, não fazemos.*

3.3. Na PSP, no âmbito do Programa Integrado de Policiamento de Proximidade (PIPP) foram criados as Equipas de Proximidade e de Apoio à Vítima (EPAV) actuação incide na prevenção, investigação e acompanhamento das situações de violência doméstica sobre as mulheres.

3.3.1. - O que pensa do projecto?

*- Não tenho ideia e nem tenho conhecimento da existência dessas equipas, por isso não tenho opinião.*

3.3.2. - Há alguma vantagem ou desvantagem em relação à forma como a PSP trata os casos de violência doméstica contra as mulheres?

*- Como lhe disse não tenho conhecimento. Mas aqui em Vila Real, pela experiencia que vamos tendo dentro da área da violência doméstica, o Ministério Publico remete para nós casos da área da PSP. Não sei quais são as razões; se é pelo nosso serviço ou pela forma como o fazemos, ou se é por a PSP daqui de Vila Real não ter esse núcleo. Eu desconheço.*

3.4. Os guardas quando saem da escola prática, normalmente, passado pouco tempo já patrulham sozinhos.

3.4.1. - Eles estão preparados para responder a casos de violência doméstica contra as mulheres?

*- Minimamente eu acho que sim. Mesmo que seja para fazer o atendimento há sempre alguém com mais experiencia um colega mais antigo que está presente. Um estagiário, ou depois do estágio uma pessoa esta habilitado para isso. Só falta-lhe experiencia profissional; uma pessoa tem que se adaptar as situações e ganhar algum conhecimento.*

#### 4. Violência Doméstica contra as mulheres - opinião acerca da actuação em função do género

4.1. - O que pensa do facto de o Despacho nº 15/98, de 9 de Março, do Ministro da Administração Interna (relativo à actividade das políticas de segurança) determinar que o atendimento a mulheres vítimas de violência física e/ou psicológica fosse feito preferencialmente por agentes do sexo feminino?

*- Isso está legislado pelo despacho mas pode não ser. Porque por vezes perguntamos as pessoas - no caso de as vítimas serem mulheres - se preferem falar com um elemento masculino ou feminino - e pela experiencia - por vezes preferem falar com elemento homem. Não sei se é por acharem que possa haver ali um tipo de rivalidade por serem ambas mulheres - embora uma esteja no papel de vítima e outra no papel de guarda. Questionamos as pessoas mas criamos aqui um ambiente menos distante para que elas depois nos possam falar do que aconteceu. Muitas as vezes sentem-se um pouco retraídas em dizer palavras ou em falar-nos de alguns pormenores mais íntimos mas tentamos falar e por as pessoas à vontade e depois acabam por dizer.*

4.2. - A violência doméstica contra a mulher, pelo facto de ser contra a mulher, deve ser dada maior importância em relação às outras situações de violência doméstica? Porquê?

*- Na minha opinião pessoal acho que deveríamos dar mais atenção as crianças e aos idosos. Porque são pessoas deficientes ainda ou mais desfavorecidas. Uma criança não tem como se defender como um adulto; um idoso devido há problemas de saúde ou devido à idade também não tem tanta maneira de se defender; se for um deficiente ou devido ao seu grau de deficiência ainda tem menos.*

4.3. - O facto de ser mulher (homem) deixa-a (o) mais sensível a situações de violência doméstica contra mulheres? Porquê?

*- Acho que isso já vai da pessoa porque como tudo na vida há mulheres fortes e há homens mais fracos perante a mesma situação, uns têm uma reacção e outros têm outra, não é por ser homem ou mulher. Tenho alguma sensibilidade que, a profissão me obriga um bocado na pessoal.*

4.4. - As mulheres-polícia, pelo facto de serem mulheres, têm mais sensibilidade para atender mulheres vítimas de violência doméstica?

*- Acho que estamos em pé de igualdade, temos uma formação idêntica por isso, perante uma situação há abordagem parte da forma pessoal, da maneira de ser da pessoa.*

4.5. - Ter mais mulheres na patrulha traria alguma vantagem na resolução dos casos de violência doméstica contra as mulheres?

*- Depende. Porque se a patrulha for composta por 2 mulheres, numa situação de violência doméstica em que as pessoas que estão exaltadas, e se aparecerem guardas mulheres, o agressor pensa: guardas mulheres; ele tente crescer mais um bocadinho. Mas se chegar lá um homem ele sente que está em pé de igualdade física.*

4.5.1. - Haveria algum inconveniente?

- *Não, não vejo qualquer inconveniente.*

4.5.2. - As políticas de recrutamento deveriam ser alteradas com vista a aumentar o número de elementos femininos?

- *Não sei porque não sei se é mediante as pessoas que se candidatam ou se passa pelos partidos políticos; não sei, não tenho informação.*

## **5. Carreiras femininas na GNR**

5.1. - Em que áreas de trabalho da Polícia entende que as mulheres têm maiores dificuldade?

- *No batalhão operacional que tem a ver com a manutenção de ordem pública.*

5.2. - Pensa que os homens se sentem ameaçados por existirem mulheres na carreira policial?

- *Eu, pessoalmente não acho. Cada um no seu serviço, cada um com a sua ambição.*

5.3. - Quais são as maiores dificuldades das mulheres na Polícia?

- *São os horários principalmente para quem tem filhos - embora, o homem também tenha família - mas é mais complicado para a mulher nesse aspecto.*

5.4. - Pensa que as mulheres na Polícia são discriminadas só pelo facto de serem mulheres?

- *Não, acho que não. Podem é as vezes ter talvez algum benefício, mas para mim julgo que isso seja insignificante.*

5.5. - Como é que explica que a percentagem das mulheres na patrulha seja consideravelmente inferior à dos homens?

- *Não sei se é falta por candidatas ou se é por existir uma tal percentagem de admissão de elementos femininos.*

5.6. - Pensa que as mulheres desempenham menos trabalho de rua por terem menos capacidades físicas que os homens?

- *Isso depende. Cada ser humano é como cada qual e tem a sua estatura física. Mas há mais mulheres que têm mais altura ou tem a mesma compleição física do que homem. Talvez um homem fardado impõe outro respeito; uma mulher talvez nem tanto.*

5.7. - Quais são as maiores dificuldades com as quais as mulheres se deparam:

5.7.1. - nas provas de admissão?

- *Talvez a maior dificuldade era nas provas físicas.*

5.7.2. - durante a formação?

- *Acho que estávamos todos em pé de igualdade, tirando certos exercícios físicos. Na formação de estudo estávamos em pé de igualdade.*

5.7.3. - quando começam a exercer funções?

*- Isso vai depois vai com a aptidão de cada um. Uns têm mais aptidão para o trânsito, outros manuseiam bem com armas, outros têm aptidão para a secretária, outros gostam mais da patrulha, outros não gostam de estar fechados.*

5.8. - Pensa que o desempenho profissional das mulheres poderá ser perturbado por serem demasiado sentimentais?

*- Não. Porque nós na função em que desempenhamos, quer sejamos masculinos ou femininos, temos que criar uma capa. Acho que vai de cada um.*

## Anexo 4. Entrevista 4

### Esquadra - 7ª Esquadra de Investigação Criminal

#### Dados de identificação:

- Nome – Justina de Jesus dos Santos
- Sexo - Feminino
- Idade – 43 anos
- Posto (patente) - Subcomissário
- Função que desempenha actualmente- Comandante da 7ª EIC

#### 1. Violência Doméstica contra as mulheres - atendimento na esquadra/posto

- 1.1. - Onde é feito mais frequentemente o atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica? Na banca de atendimento do graduado, na sala de atendimento às vítimas, na rua, na sala do comandante, na sala do adjunto, na sala de aulas/formação?

*-As vítimas são nos gabinetes de atendimento ao público em geral, portanto são inquiridas vítimas como são os arguidos. Sim são permanentes de inquirição de pessoas, no entanto, temos um gabinete de apoio a vítima quando há situações de criança de isso tudo, temos um gabinete próprio para as crianças.*

- 1.2. - No seu entender, as salas de atendimento às vítimas têm condições para tal, no que se refere à privacidade, à segura, ao conforto e a locais onde as crianças possam ficar (caso houver)?

*-Na minha opinião pessoal é que não, o conforto não tem nenhum, segurança também não e por vezes ouvem-se de um lado para o outro. Não são as condições ideais, possivelmente aquela sala onde a nós as vezes temos lá crianças isso tudo, isso sim, uma sala privada mesmo.*

- 1.3. - As pessoas que fazem este atendimento são homens ou mulheres?

*- São homens e são mulheres. São equipas mistas.*

- 1.3.1. - Existe algum critério na sua seleção?

*-Geralmente, os elementos que estão agora nas equipas de violência doméstica não fui eu que selecionei, estás a perceber, mas a partida devem ser seleccionadas por pessoas um pouco mais sensíveis. No outro é feito uma seleção a nível de esquadras no âmbito de outros inquéritos.*

- 1.3.2. - Têm algum tipo de formação?

*- De violência doméstica, sim tiveram, dadas pela APAV, pela Direcção Nacional também.*

- 1.3.3. - Onde é ministrada a formação?

*-Não só nas instalações da APAVE como também nas instalações da Polícia.*



1.4. - Quem, no seu entender, deveria fazer o atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica:

1.4.1. - homens, mulheres ou é indiferente o gênero? Porquê?

- *É assim, sendo nós profissionais eu penso que tanto homens como mulheres. Porque é assim tudo depende da sensibilidade de cada um. Podes ter mulheres a atender e são ríspidas não têm sensibilidade nenhuma e tens homens que têm alguma sensibilidade. Daí, eu discordo de ser homem ou de ser mulher. Devem é ter um perfil adequado para exercer essa função.*

1.4.2. - chefes, agentes ou elementos das EPAV? Porquê?

- *É indiferente, o que interessa são as competências - ser-se competente ou não. Tenho agentes que neste momento são eles que estão a fazer as inquirições, mas os chefes por vezes também ouvem as pessoas.*

## **2. Violência Doméstica contra as mulheres - ocorrências fora da esquadra/posto**

2.1. - Em situações de violência doméstica, quem, no seu entender, deveria se deslocar ao local da ocorrência:

2.1.1. - homens, mulheres ou é indiferente o gênero? Porquê?

- *Lá está, por isso é que eu estou a dizer, tudo tem a ver com as competências das pessoas. Tanto podem ser homens como podem ser mulheres. Se houvesse equipas mistas também era óptimo.*

2.1.2. - chefes, agentes ou elementos das EPAV? Porquê?

- *Qualquer um, porque se a uma situação mais complicada podem chamar o supervisor para lhes dar apoio.*

2.2. - As(os) EPAV/NIAVE, quando intervêm em situações de violência doméstica contra as mulheres, devem ser constituídas por elementos femininos, masculinos ou é indiferente o gênero?

- *A minha resposta é sempre a mesma, têm a ver com as competências das pessoas. Eu neste momento eu, penso que eles selecionam as equipas da EPAV mais sensíveis a situação estás a perceber que, consigam falar com as pessoas, a acalmar as pessoas, por isso lá está, por mim tanto podem ser homem como mulher desde que, eles saibam contactar com as pessoas, encaminhar as pessoas. Homens ou mulheres tudo tem a haver com as capacidades deles.*

## **3. Violência Doméstica contra as mulheres - policiamento de proximidade**

3.1. - Os elementos das(os) EPAV/NIAVE estão melhor preparados para fazer o atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica?

- *Não é questão de estarem melhores preparados, estão é mais sensibilizados para a situação. Enquanto os outros elementos vão a todas as situações não é, aqueles são posteriormente encaminhados, têm um objetivo específico, dentro do serviço já têm um objetivo específico. Não pensem é que estão mais preparados, se calhar têm mais formação no âmbito do apoio as vítimas.*

3.2. No Brasil, por exemplo, foram criadas as Delegacias de Polícia Especializadas no Atendimento a Mulheres Vítimas de Violência Doméstica (DEAMs). Existem, também, as unidades policiais especializadas.

3.2.1. - As/os EPAV/NIAVE têm alguma semelhança?

- *Não, não são esquadras, as EPAV são equipas. Estamos a estre pular a situação quer dizer, criar uma esquadra específica para atender violência doméstica não tem muita logica, eu não acho muita logica. Porque as pessoas, repara são mais ou menos que empregam ali, essa esquadra atende as violências domésticas, já não atende o resto! Uma pessoa quando vai a uma esquadra vais por um problema, qualquer problema e, aí atende só as vítimas de violência domestica, não vejo muita logica nisso. Ter equipas por especializadas e para acompanhamento como no caso das EPAV e como o caso da investigação criminal, temos os elementos específicos para a violência domestica isso eu estou de acordo mas para elas propriás não.*

3.2.2. - Como caracteriza as equipas e o seu trabalho?

- *Não contactei muito a realidade das EPAV mas, quando eu trabalhei já não havia EPAV, mas é assim se eles fizerem o trabalho para o qual eles estão designados, nomeadamente o acompanhamento após vitimização, ajuda e isso tudo, eu acho que foi uma boa criação.*

3.2.3. - Há alguma relação directa entre as/os EPAV/NIAVE e a violência doméstica?

- *Eu penso que a violência doméstica é mais um daqueles trabalhos em que a EPAV tem que acompanhar porque eles não só a violência doméstica, também as crianças, pessoas em risco, idosos carenciados, não só para a violência doméstica.*

3.3. Na GNR foi implementado o projecto Investigação e Apoio a Vítimas Específicas (IAVE). Foram criados os Núcleos de Investigação e Apoio a Vítimas Específicas (NIAVE) cuja actuação incide na prevenção, investigação e acompanhamento das situações de violência doméstica sobre as mulheres.

3.3.1. - O que pensa do projecto?

- *Os NIAVE, são praticamente o mesmo que nós temos só que, eles fazem tudo, o acompanhamento as vitimização e investigação criminal, é praticamente o que nós fazemos.*

3.3.2. - Há alguma vantagem ou desvantagem em relação à forma como a PSP trata os casos de violência doméstica contra as mulheres?

- *Eu não sei, não sei a realidade daquilo. Eu sei que neste momento nós estamos a trabalhar muito bem pelo menos aqui em Lisboa, a nível de violência doméstica estamos muito bem coordenados e estamos a trabalhar muito bem. Agora sobre a GNR não sei dizer muito. Lá está tudo depende da competência e da personalidade de cada um agente, nem todos os agentes dão para ir e receber violência doméstica, não tem sensibilidade também depende do agente e talvez estão menos sensibilizados mas, é como tudo, e talvez por causa do cariz militar deles ou coisa assim. É como tudo - se calhar as vítimas de violência doméstica gostavam de ser atendidas numa esquadra de*

*polícia. Talvez o elemento que lá estava não era o mais adequado para receber a vítima de violência doméstica.*

3.4. Os agentes que saem da Escola Prática de Polícia (EPP), normalmente, passado 1 mês já patrulham sozinhos.

3.4.1. - Eles estão preparados para responder a casos de violência doméstica contra as mulheres?

*- É assim, eu acho que quando eles saem da escola estão minimamente preparados agora, só com a experiencia é que eles vão adquirir mais conhecimentos, mais calo, mas a partida eles deveriam vir minimamente preparados e não só um mês de reciclagem ajuda ainda mais não é porque, eles vão estar sempre acompanhados por alguém e se forem colocados exemplo: no carro patrulha que é um meio que vai a todas as ocorrências melhor ainda. Dá-lhes muito mais experiencia para o futuro de polícias.*

#### **4. Violência Doméstica contra as mulheres - opinião acerca da actuação em função do género**

4.1. - O que pensa do facto de o Despacho nº 15/98, de 9 de Março, do Ministro da Administração Interna (relativo à actividade das políticas de segurança) determinar que o atendimento a mulheres vítimas de violência física e/ou psicológica fosse feito preferencialmente por agentes do sexo feminino?

*- Já está ultrapassado, esse despacho está corretamente ultrapassado. É assim não tem lógica nenhuma, talvez haja mulheres que se sentem mais a vontade com gente que como agente. As vezes pensam que um homem compreende melhor a situação dela do que uma mulher. Continuo a dizer, tudo depende da experiencia do homem e da sensibilidade do homem que está a frente de essa vítima porque, depois os homens são atendidos pelos homens, eu não acho muita logica nisso, tudo bem ver com a sensibilidade de cada um dos agentes que são colocados para o atendimento.*

4.2. - A violência doméstica contra a mulher, pelo facto de ser contra a mulher, deve ser dada maior importância em relação às outras situações de violência doméstica? Porquê?

*- Não, acho que não, a violência doméstica deve ser tratada como violência doméstica nos dois sentidos. Há homens que são vítimas de violência doméstica como há mulheres com violência doméstica, portanto devem ser tratados da mesma forma. Agora, a minha opinião pessoal é que, geralmente contra as mulheres a violência é mais física e, contra os homens é mais psicológica mas para mim essa também é muito grave. Na física por vezes desaparece e psicológica é difícil desaparecer, acho que devemos dar o mesmo tipo de atendimento.*

4.3. - O facto de ser mulher (ou homem) deixa-a (o) mais sensível a situações de violência doméstica contra mulheres? Porquê?

*- Penso que, é assim, eu costumo dizer que as mulheres têm um 6º sentido, não é, vejo por vezes situações de violência doméstica contra homens que, eu acho que é muito grave, as vezes deixa-me mais sensível. Porque há situações de violência doméstica contra mulheres que é muito, muito grave não é, e há outras em que a gente vê que ali*

*talvez a violência não é contra elas mas, sim contra eles. O facto de ser mulher, não me deixa mais sensível de violência doméstica contra mulheres, deixa-me é mais sensível ao conceito da violência em geral mais alerta.*

4.4. - As mulheres-polícia, pelo facto de serem mulheres, têm mais sensibilidade para atender mulheres vítimas de violência doméstica?

*- Aquilo que eu tenho visto é que, as minhas agentes femininas são sensíveis a qualquer tipo de violência doméstica, inclusivamente a idosos, não só entre casais mas, também entre idosos, são sensíveis a qualquer tipo de violência doméstica. Não é o facto de ser contra mulheres são sensíveis a todo o tipo de violência doméstica, idosos, crianças, homens, não tem a haver só com o género da violência doméstica.*

4.5. - Ter mais mulheres na patrulha traria alguma vantagem na resolução dos casos de violência doméstica contra as mulheres?

*- Penso que não, o facto de ter mais mulheres na patrulha não pressupõe que haja melhor resolução nos casos de violência doméstica nas situações de violência doméstica. Desde que o membro masculino saiba o que esta a fazer, saiba enfrentar a situação com calma e ponderação eu acho que sim, não diferencia muito haver mais mulheres na polícia, criou mais alguma sensibilidade nos elementos masculinos, no afetivo masculino isso criou, talvez por esse âmbito a gente possa ir o facto de haver mais mulheres na polícia cria um agente masculino um outro tipo de sensibilidade, outro tipo de encarar as coisas, isso vai mudar bastante.*

4.5.1. - Haveria algum inconveniente?

*- Não acho inconveniente, eu nesse aspecto sou muito radical, homens ou mulheres desde que façam bem o serviço deles.*

4.5.2. - As políticas de recrutamento deveriam ser alteradas com vista a aumentar o número de elementos femininos?

*- Não, acho que não, acho que a seleção deve ser feita assim com mais capacidade é que deviam de vir.*

## 5. Carreiras femininas na PSP

5.1. - Em que áreas de trabalho da Polícia entende que as mulheres têm maiores dificuldade?

*- Nunca vi muita dificuldade, mas na solução da ocorrência. Eu continuo a dizer nos meios mais pequenos é muito mais complicado como um meio grande Lisboa porque, eu acho que as mulheres em Lisboa não tem assim muitas barreiras, é assim, o que eu te digo, se eu quiser ir para GOI (grupo de operações especiais) é ponta assente que eu não consigo ir para o GOI porque, eu não faço as provas do GOI, tenho nítida, tenho a real sensação que não consigo fazer as provas do GOI lá esta é um serviço que eu não vou conseguir ou, acho que nenhuma mulher vai conseguir ir no final do GOI, porque as provas físicas são completamente difíceis, são muito difíceis só nesse âmbito, porque do resto o próprio cidadão já aceita perfeitamente a mulher polícia. Por vezes, a resolução das ocorrências varia, as vezes há sensibilidade por exemplo: a nível de trânsito e de tudo, aceitam mais serem autuados por uma mulher do que por homem*

*porque, o pá esta ali uma mulher não vão ter o mesmo comportamento que terão com um homem mas do resto não tiveram mais dificuldades sempre consegui obter os meus objectivos. Quando estava numa esquadra consegui par a investigação criminal porque eu estava na esquadra vi, por isso, tinha 2 anos de patrulha, por isso não vejo qual é a dificuldade.*

5.2. - Pensa que os homens se sentem ameaçados por existirem mulheres na carreira policial?

*-Eu acho que não, não se bem que nós somos mais inteligentes, isto é a brincar, penso que não se sentem ameaçados.*

5.3. - Quais são as maiores dificuldades das mulheres na Polícia?

*- Temos sim dificuldades, principalmente quanto a parte da mãe policia é muito complicado conciliar, se as crianças têm actividades, que o meu caso, só chego a casa todos dias pelas 8h30 ou 9h da noite e depois não tenho tempo para actividades da escola. O meu marido sendo polícia também sai muito mais tarde do trabalho é conciliar tanto que eu tive os meus filhos de acordo com o facto de eu progredir na carreira e, só progredi na carreira quando os meus filhos estavam praticamente orientados, já não estavam extremamente dependentes de mim, não eram crianças tipo coordenar essa faceta com a actividade profissional, com actividade e a minha vida pessoal é um bocado difícil mas pronto.*

5.4. - Pensa que as mulheres na Polícia são discriminadas só pelo facto de serem mulheres?

*- Agora já não tanto, é assim, eu tenho tido facilidade quando, por vezes o marido ou a situação dos filhos em que não posso fazer aquele turno da noite já há muita sensibilidade em permitir, então faz o meu turno, trocas de serviço, há muita sensibilidade em deixar trocar os serviços e isso tudo. Havia para mim, nomeadamente na legislação, pelo facto de a mulher estar grávida e ter um filho perdia todos os subsídios, estas a perceber, isso já esta ultrapassada por que, assim alguém tem de ficar grávida não pode ficar ser prejudicada por isso, tá bem que eu não estou a trabalhar mas, vou perder os subsídios pelo facto de estar a ter um filho. Nesse aspecto à nível de legislação a coisa não estava correcta mas, acho que isso esta ultrapassado.*

5.5. - Como é que explica que a percentagem das mulheres na patrulha seja consideravelmente inferior à dos homens?

*- Olha é assim, primeiro há muito menos mulheres na polícia de que homens, temos que ver também por aí, depois possivelmente a mulher por si própria e pela sua capacidade é muito mais organizada e, talvez por causa disso de ser organizada e gostar de estar e ter tudo direitinho é solicitada para aqueles serviços internos, estilo secretária e não sei que, tem a ver com o facto de ser muito mais bem organizada. Para além de que, depois, quando a mulher tem filhos, a situação de apoio aos filhos, tem que faltar muito ou tem que acompanhar à escola por causa dos estudos possivelmente por isso é que as mulheres vão mais para a parte da secretaria penso que é por isso.*

5.6. - Pensa que as mulheres desempenham menos trabalho de rua por terem menos capacidades físicas que os homens?

- *Eu, penso que não é por ter menos capacidades físicas porque, eu já vi situações em que a mulher tinha muita capacidade física, não penso que não seja por aí, porque repara, eu tive uma situação de homem esquizofrénico em que o gajo era matulão e, eu disse, o que é que eu faço aqui, ele se vem ter comigo eu vou não tinha nitidamente força porque o homem tinha uma força bruta e os esquizofrénicos têm uma força bruta e, então, que é que faço vou para o diálogo e pelo diálogo consegui levar a fazer tudo o que queria. Nós temos menos capacidades físicas mas temos diálogo e isso é a nossa arma, estas a perceber, não temos capacidades físicas mas temos capacidade de persuasão por isso não é por aí.*

5.7. - Quais são as maiores dificuldades com as quais as mulheres se deparam:

5.7.1. - nas provas de admissão?

- *Eu por acaso, nas provas de admissão da polícia não tive dificuldades nenhuma porque as minhas provas eram igual aos dos homens por isso, não tive dificuldades nenhuma. Foram feitas em 91 na aquela altura eram iguais excepto nos tempos, nós tempos é que nós tínhamos mais tempos. Eu, sei que quando entrei as minhas provas físicas eram iguais aos dos homens excepto nos tempos dos 1000m e nos 100m, barras e tudo eram as mesmas 4.*

5.7.2. - durante a formação?

- *Eu sei que sou bem classificada portanto não tenho dificuldades, o que não gostei, foi a minha turma que só havia mulheres e não turmas mistas no meu tempo, para além de que estávamos proibidos de sairmos a rua, aos fins-de-semana vínhamos para casa. Não tive muita dificuldade, a dificuldade foi estar longe da família. No curso anterior não havia turmas mistas, por volta de 2 a 3 anos que não fizeram turmas mistas.*

5.7.3. - quando começam a exercer funções?

- *Eu, posso considerar-me uma sortuda, fui trabalhar com a minha área de residência e conhecia tudo o que era Lisboa. Não posso dizer que tive dificuldades porque, não tive dificuldades. Achava estranho as vendedoras que já me conheciam há anos andarem fugirem a minha frente, vendedores ambulantes apanharem aquilo, eu dizia, porque é que eles estão a fugir de mim, disse para mim, espera eu estou a usar uma farda este encarar é que era diferente mas do resto era assim. Vim logo para a minha área de residência, sou de Lisboa, simpático, não tive dificuldades. Claro que tinham dificuldades, porque, tu és do Alentejo, do Porto, ou coisa assim, vens para Lisboa e não conheces nada de Lisboa. O polícia para além de ser um polícia também é um posto de informação agora, imagina alguém vem ter contigo e pergunta ao polícia, onde é que é isto, a partido o polícia sabe tudo e na aquela altura não havia GPS nem nada era o roteiro e, então quer dizer, era difícil saber para onde haviam de encandear as pessoas. Depois como é na resolução das ocorrências, para podem encaminhar as pessoas, até se adaptarem, por exemplo: legislação camarada de Lisboa é diferente da legislação do Porto, ou de Coimbra e, nós temos que nós adaptar a essa legislação, penso que seja aí a maior dificuldade.*

5.8. - Pensa que o desempenho profissional das mulheres poderá ser perturbado por serem demasiado sentimentais?

- Às vezes pode. Por exemplo: imagina uma mulher ver uma vítima, uma criança vítima ter maus tratos e ser mãe, não é fácil de ir para casa. Tive uma ocorrência em que as lágrimas vieram-me aos olhos mas, possivelmente a um homem também acontece isso na situação propriá dita, a um homem também acontecia isso, mas sim.

## Anexo 5. Entrevista 5

**Esquadra:** 7ª EIC de Lisboa

### Dados pessoais:

- Nome- *Maria Manuela Rebelo Moniz, Vicente*
- Sexo- *feminino*
- Idade- *44 anos*
- Posto (patente)- *Agente Principal*
- Função que desempenha actualmente- *Investigadora de Crimes de Violência Doméstica*

### 1. Violência Doméstica contra as mulheres - atendimento na esquadra/posto

- 1.1. - Onde é feito mais frequentemente o atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica? Na banca de atendimento do graduado, na sala de atendimento às vítimas, na rua, na sala do comandante, na sala do adjunto, na sala de aulas/formação?

- *Nos gabinetes.*

- 1.2. - No seu entender, as salas de atendimento às vítimas têm condições para tal, no que se refere à privacidade, à segura, ao conforto e a locais onde as crianças possam ficar (caso houver)?

- *Privacidade, nem todos os gabinetes, este será o único gabinete que terá mais privacidade, esta distante dos outros, não aquela situação de sermos interrompidos, é o que esta também mais adequada para as crianças, também foi feito propositado para isso, agora aqui na DIQ são poucos os gabinetes que estão adequados para esta situação. Para as vítimas mais vulneráveis, elas sentem-se mais a vontade neste gabinete e nota-se. As condições de estarmos sozinhos com as vítimas e estarmos num espaço isolado, penso que já se consegui e tem-se conseguido ao longo destes anos ter o cuidado dessa preocupação da vítima estar protegida, segura, sentir-se confiante em falar connosco mas ainda há muito a fazer.*

- 1.3. - As pessoas que fazem este atendimento são homens ou mulheres?

- *Somos equipas mistas, faço parte de equipa de rua, temos aquela equipa que vai as legislações externas que, é a recolha de dados dos vizinhos, Reportagem Fotográfica, vamos as Escolas, a Centros, a Lares, consoante o processo que temos em mão e, o que queremos investigar e obter de informação, também há muitos idosos que não se podem deslocar nas nossas instalações, nós vamos há casa das pessoas, muitas vezes deparamos com situações que temos de fazer sinalização, pessoas que não têm familiares e têm de ser acompanhados. Posso dar um exemplo: o mês passado, um senhor que estava com 90 e tal anos que tinha tido uma relação com a senhora mito mais nova há anos atrás, ela tinha voltado para a terra, tinha tido um filho com este senhor, entretanto, ele ficou sozinho e tentou chegar-se perto da senhora, só que o senhor há nível de habitação, não vivia numas condições em Campo de Ourique*



*degradáveis e deploráveis. Quando cheguei lá em casa deparei que o senhor já não estava, tinha sido internado por uma queda que teve grave, por demência, e a senhora tinha problemas, estava numa casa sem água sem luz, não havia qualquer tipo de condições habitacionais, contactei com aténica da casa, acompanhei as técnicas ao local, fizemos a recolha fotográfica, e fez-se um acompanhamento a senhora, consulta psiquiatria e foi tudo encaminhado, foi através de nós, e há imensos casos assim. Não são só de esforço criminal mas sim de esforço social, é importante sabermos fazer essa triagem e dar a entender ao Ministério Público.*

1.3.1. - Existe algum critério na sua selecção?

*- Quando entrei na secção de inquéritos em 9 de Agosto de 1999, fazia todo o tipo de crime, estava dividida apenas pelo Património, pelas Cartas Precatórias, pelos Crimes contra a Integridade Física, eu até pedi para crime contra a integridade física. Quando vim para cá a Subcomissária Jesúna, fez equipas, foi um projecto novo que ela implementou, isto passou de visão, passaram-se as equipas e direccionamos então para os crimes, e eu, no crime de violência doméstica era algo que sensibilizava. É um crime muito complexo, muito subjetivo, os sentimentos são difíceis de se julgarem aqui mas temos de ter essa perceção. Aqui há coisas que não são concretas, vamos a parte de ofensas psicológicas que são as mais difíceis de provar e de transmitir para o papel, é importante recolher toda a prova, e conseguir que essa pessoa nós consiga transmitir a violência psicológica que teve.*

1.3.2. - Têm algum tipo de formação?

*- A formação que tivemos foi só aqui dentro, tive pedofilia, tive vários tipos de formação, na PAV também fiz lá uma formação mas, tudo na base da Polícia que se fez.*

1.3.3. - Onde é ministrada a formação?

*- Aqui e na APAV também.*

1.4. - Quem, no seu entender, deveria fazer o atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica:

1.4.1. - homens, mulheres ou é indiferente o género? Porquê?

*- Primeiro deve ter-se formação quando vai para o atendimento há vítima, a nível do sexo é indiferente. Temos colegas homens que estão mesmo vocacionados para o atendimento a vítima, há muita sensibilidade do agente.*

1.4.2. - chefes, agentes ou elementos das EPAV Porquê?

*- Acho que o atendimento deveria ser feito pelos EPAV, têm trabalhado muito bem, eles vão ao primeiro contacto e se eles acompanham-se era muito importante. É muito importante haver uma grande colaboração entre todos as equipas para um bom resultado isso é fundamental.*

**2. Violência Doméstica contra as mulheres - ocorrências fora da esquadra/posto**

2.1. - Em situações de violência doméstica, quem, no seu entender, deveria se deslocar ao local da ocorrência:

2.1.1. - homens, mulheres ou é indiferente o género? Porquê?

*- Para mim é indiferente.*

- 2.1.2. - chefes, agentes ou elementos das EPAV? Porquê?
- *Eu acho que os elementos das EPAV estão melhores há esse nível.*
- 2.2. - As(os) EPAV/NIAVE, quando intervêm em situações de violência doméstica contra as mulheres, devem ser constituídas por elementos femininos, masculinos ou é indiferente o género?
- *Mistas é preferível.*

### **3. Violência Doméstica contra as mulheres - policiamento de proximidade**

- 3.1. - Os elementos das(os) EPAV/NIAVE estão melhor preparados para fazer o atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica?
- *Considero sim.*
- 3.2. No Brasil, por exemplo, foram criadas as Delegacias de Polícia Especializadas no Atendimento a Mulheres Vítimas de Violência Doméstica (DEAMs). Existem, também, as unidades policiais especializadas.
- 3.2.1. - As/os EPAV/NIAVE têm alguma semelhança?
- *Eu, não considero, também sei que existem na Inglaterra equipas indisciplinais em que tem o psicólogo, o médico e sei que esta a funcionar bem, não com parte da violência doméstica mas com a parte da pedofilia, desse género estão implementadas e funcionam. Não acho que seja parecido com o Brasil, nós, pelo que temos está a funcionar bem.*
- 3.2.2. - Como caracteriza as equipas e o seu trabalho?
- *Eles têm feito continuidade, depende da área e da quantidade das ocorrências que tem, vê-se que há equipas que tem conseguido e acabam por ser um êxito, o acompanhamento, assistência que dão, vê-se que as pessoas sentem-se mais seguras se houver um acompanhamento continuado até a solução do problema, na minha opinião estão a funcionar bem.*
- 3.2.3. - Há alguma relação directa entre as/os EPAV/NIAVE e a violência doméstica?
- *Não, não considero que seja mais um trabalho. A tendência é alastra-se pela conjuntura que temos agora no país e podemos considerar que esta crise vai aumentar mas, pela pressão que a sociedade vive acaba por criar condições para a violência doméstica. É importante termos uma visão diferente da violência doméstica.*
- 3.3. Na GNR foi implementado o projecto Investigação e Apoio a Vítimas Específicas (IAVE). Foram criados os Núcleos de Investigação e Apoio a Vítimas Específicas (NIAVE) cuja actuação incide na prevenção, investigação e acompanhamento das situações de violência doméstica sobre as mulheres.
- 3.3.1. - O que pensa do projecto?
- *É um projecto também relevante, é mais nas zonas do interior, esta equipas que acompanham o cidadão e dão um apoio é muito importante. Estas equipas são fundamentais na sociedade em que vivemos hoje em dia, tanto na GNR como a Polícia ter estas equipas, o tal policiamento de proximidade é fundamental.*

3.3.2. - Há alguma vantagem ou desvantagem em relação à forma como a PSP trata os casos de violência doméstica contra as mulheres?

- *São distintas, o conceito da violência doméstica na cidade é completamente diferente do interior, a cultura, a forma de ser das pessoas é diferente. É mais aceitável a violência doméstica no interior pelas pessoas, pela cultura, pela educação, são pessoas já com certa idade, são pessoas não procuram tanto a ajuda como nas grandes cidades. A GNR, nessa área tem que fazer um projecto talvez com muita mais informação de campo para as pessoas sentirem-se mais a vontade da procura quando necessitam desse apoio. Na PSP, a informação já é muito maior e não se nota aquele receio de denunciar, isso é a minha expectativa que eu vejo.*

3.4. Os agentes que saem da Escola Prática de Polícia (EPP), normalmente, passado 1 mês já patrulham sozinhos.

3.4.1. - Eles estão preparados para responder a casos de violência doméstica contra as mulheres?

- *Não*

#### **4. Violência Doméstica contra as mulheres - opinião acerca da actuação em função do género**

4.1. - O que pensa do facto de o Despacho nº 15/98, de 9 de Março, do Ministro da Administração Interna (relativo à actividade das políticas de segurança) determinar que o atendimento a mulheres vítimas de violência física e/ou psicológica fosse feito preferencialmente por agentes do sexo feminino?

- *Penso que hoje em dia não faz sentido. Homens e mulheres estão igualmente preparados.*

4.2. - A violência doméstica contra a mulher, pelo facto de ser contra a mulher, deve ser dada maior importância em relação às outras situações de violência doméstica? Porquê?

- *Não concordo, alias, eu sou contra isso. A vítima não tem sexo, nós é que somos um bocadinho, a nossa cultura e educação Portuguesa leva-nos também a direccionar, quando se faz campanhas e tudo em que a vítima é sempre do sexo feminino, acho que devíamos sair dessa ideia. Cada vez mais se vê queixas contra homens e mulheres e vice-versa. Eu, acho que não se deve dar mais importância por ser mulher, devíamos dar importância por ser vítima, seja homem, mulher, criança ou idoso, pessoalmente não concordo.*

4.3. - O facto de ser mulher (ou homem) deixa-a (o) mais sensível a situações de violência doméstica contra mulheres? Porquê?

- *Não, concordo com a sensibilidade de que tenha de ser mulher ou homem. Eu sou, antifeminista, dependentemente de ser homem ou mulher, conheço mulheres que não são nada sensíveis a estes tipos de situações, profissionalismo acima de tudo e temos de aprender a ser neutros.*

4.4. - As mulheres-polícia, pelo facto de serem mulheres, têm mais sensibilidade para atender mulheres vítimas de violência doméstica?

- *Agora, não concordo, neste momento já temos felizmente muitos homens com formação e que tem sensibilidade para acompanhar qualquer tipo de vítima é muito importante a formação continua, é importante para quem esta aqui, é uma base e é importante darmos a quem vem. O papel da mulher na Polícia não acho que seja superior à do homem neste crime de violência doméstica.*

4.5. - Ter mais mulheres na patrulha traria alguma vantagem na resolução dos casos de violência doméstica contra as mulheres?

- *Eu, sou de uma Escola onde eramos 200 mulheres, foi a escola com mais mulheres estou a falar de há 20 e tal anos atrás , nessa altura o impacto foi muito grande para as mulheres mas temos que os tempos vão mudando felizmente e, hoje em dia ver uma mulher polícia na rua já se torna tão igual como ver um homem polícia, é importante ter mulheres na polícia como é importante ter homens na polícia.*

4.5.1. - Haveria algum inconveniente?

- *Não, considero, alias, neste momento eu, acho que há muito pouco mulheres na polícia e nos cursos também, não sei se há algum critério na escolha, penso que é importante ter mulheres polícias na patrulha.*

4.5.2. - As políticas de recrutamento deveriam ser alteradas com vista a aumentar o número de elementos femininos?

- *Sim considero que tanto é importante ter um homem como ter uma mulher, penso que somos muito poucas, há uma diferença comunal muito grande. Um homem tem capacidades e nós temos outras e acho, que adjunção das equipas de um homem e uma mulher porque podemos ter mais sensibilidades com umas coisas e o homem ter mais sensibilidade para outra, com essas duas pessoas é que vai fazer com que funcione na minha opinião.*

## **5. Carreiras femininas na PSP**

5.1. - Em que áreas de trabalho da Polícia entende que as mulheres têm maiores dificuldade?

- *Eu senti isso na pele quando era mais nova, agora quando vim para a polícia não tive oportunidade de fazer o piquete, na altura não se fazia porque não havia instalações sanitárias para as mulheres. Tem haver que quando se recruta mulheres tem que haver convicções, agora já existem mulheres em qualquer área menos no GOI.*

5.2. - Pensa que os homens se sentem ameaçados por existirem mulheres na carreira policial?

- *Há uns anos atrás eu tinha essa imagem, haviam certos elementos policiais que transmitiam isso e ainda havia aquele tabu da mulher vir para a polícia fazer o mesmo que o homem faz. Hoje em dia já não sinto isso, há um tratamento por igual.*

5.3. - Quais são as maiores dificuldades das mulheres na Polícia?

- *É mais o factor dos filhos, muitas vezes é difícil conciliar, eu não fui mais longe com a carreira porque não tinha mais tempo para os filhos. Primeiro por detrás tem que*

*haver um suporte familiar muito forte e bases muito solidas que é importante. Cada vez se nota mais a consideração nesse aspecto da vida familiar com a vida profissional.*

5.4. - Pensa que as mulheres na Polícia são discriminadas só pelo facto de serem mulheres?

*- Discriminação por vezes é a mulher que a faz infelizmente já vi isso em certas situações em que é a própria mulher se sujeita a esse crime de discriminação. Neste momento eu não considero que haja discriminação na mulher polícia, aqui não noto diferenças, por exemplo quando vamos para uma operação são sempre necessários femininos, porque tem crianças naquela casa, eu aqui considero-me neste momento que vou para qualquer operação como vou com um colega masculino, não vejo diferenças. Há muitas mulheres que levam a que elas sejam discriminadas porque se a pessoa já vem com a mentalidade eu sou mulher e vou usar o meu papel de mulher e não ser polícia claro que não pode ser uma boa agente policial.*

5.5. - Como é que explica que a percentagem das mulheres na patrulha seja consideravelmente inferior à dos homens?

*- Não tenho explicação, talvez são os critérios de formação, de recrutamento não sei, não consigo entender o porquê. Durante muitos anos há polícia era usada à força, hoje em dia é mais pela prevenção mas tem que se mudar.*

5.6. - Pensa que as mulheres desempenham menos trabalho de rua por terem menos capacidades físicas que os homens?

*- Eu acho que uma mulher não deve querer ser homem e, um homem querer ser uma mulher. A força física é muito importante em muitos casos mas a mulher também tem outro tipo de argumentos. A minha visão nas mulheres não devem sentir-se inferiores porque tem menos força física mas temos outras capacidades tem é que ser aplicadas e tem que ser aplaudidas nesse aspecto. Lá esta a tal coisa, é de virem mulheres com objectivos de irem para muitas áreas onde não há patrulhas e, não concordo acho que todos os elementos saem da escola para a polícia deviam pelo menos durante 3 anos obrigatoriamente estarem na patrulha, situações em que saem da escola para pratica de polícia e são colocadas portarias ou serviços de secretaria e acontece muito isso, não concordo com 2 ou 3 meses já estão em sítios que talvez se deveria dar oportunidade há outras pessoas. Sinto que cada vez menos se vêem mulheres na patrulha.*

5.7. - Quais são as maiores dificuldades com as quais as mulheres se deparam:

5.7.1. - nas provas de admissão?

*- Na altura senti-me que estava bem preparada mas as flexões são o que nós matam mais, nível de corrida, prova de esforço. Já havia ascensão entre a parte masculina e a feminina, acho que as abdominais são o ponto mais fraco da mulher, a verdade é que deveria ser continua, devemos estar sempre preparados fisicamente para qualquer imprevisto, principalmente os elementos de patrulha deviam existir meios para esses elementos e, na minha opinião ate deveriam ser obrigatórios.*

5.7.2. - durante a formação?

*- Acho que devia ter havido mais formação na área de tiro, acho que foi pouco tempo para desenvolver e parte da formação psicológica que na altura dava-se muito pouco, no fim da formação haver ali um elemento prático, devia haver uma maior preparação para isso, porque acho que o tempo é pouco para o curso, todas as áreas deviam ser mais aprofundadas, entrei há 5 de Dezembro e acabei 6 de Julho, quem tem trabalho com o público deveriam ter mais tempo para as aprofundar.*

5.7.3. - quando começam a exercer funções?

*- As esquadras por não haver aquelas condições, eu vim para a 8ª Esquadra no Rossio e para a 1ª Divisão, as minhas grandes dificuldades foi a nível de esquadra, hoje em dia há maior parte delas não têm condições, a nível de rua viemos inexperientes há aquele receio de abordar as pessoas ou quando as pessoas nós abordam, temos uma visão muito diferente da área que vamos trabalhar, no meu tempo as tais reciclagens não funcionaram muito bem, é importante não exporem os elementos sozinhos na rua, neste momento, tem que haver uma adaptação, teórica é uma coisa prática é outra e o resto vai-se adquirindo.*

5.8. - Pensa que o desempenho profissional das mulheres poderá ser perturbado por serem demasiado sentimentais?

*- Não considero que sejamos mais sentimentais, eu acho que as mulheres têm uma aptidão mais sensível há certas situações mas, isso faz parte da natureza da mulher. O sentimento para mim, é coisa muito diferente, falo pela experiencia que tenho na área da violência doméstica, é extremamente importante termos sensibilidade o quanto baste com a situação em que nós depararmos, há situações em que devemos ser mais concretos mas, noutras situações a parte da sensibilidade vai ajudar a resolver a situação, agora a parte sentimental nunca devemos colocar-lha na nossa profissão, essa sensibilidade não deve ser transmitida ou visível para a vítima.*

## Anexo 6. Entrevista 6

### Esquadra - 7ª EIC de Lisboa

#### Dados de identificação:

- Nome - Manuel José Monteiro Cristino
- Sexo - Masculino
- Idade - 50 anos
- Posto (patente) - Agente Principal
- Função que desempenha actualmente - Investigador de Crimes de Violência Doméstica

#### 1. Violência Doméstica contra as mulheres - atendimento na esquadra/posto

- 1.1. - Onde é feito mais frequentemente o atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica? Na banca de atendimento do graduado, na sala de atendimento às vítimas, na rua, na sala do comandante, na sala do adjunto, na sala de aulas/formação?  
*- Neste gabinete, destinado à violência doméstica ou na sala de apoio à vítima lá em baixo.*
- 1.2. - No seu entender, as salas de atendimento às vítimas têm condições para tal, no que se refere à privacidade, à segurança, ao conforto e a locais onde as crianças possam ficar (caso houver)?  
*- Sim, minimamente. Ainda há alguns brinquedos com os quais as crianças podem brincar.*
- 1.3. - As pessoas que fazem este atendimento são homens ou mulheres?  
*- Aqui as equipas são mistas e depende da distribuição dos processos. Somos 3 homens e 3 mulheres.*
  - 1.3.1. - Existe algum critério na sua selecção?  
*- No início o critério foi quem se adaptava melhor a essas circunstâncias.*
  - 1.3.2. - Têm algum tipo de formação?  
*- Tivemos aquela formação geral dada pela APAV. Depois é com os nossos conhecimentos e com o dia-a-dia dos processos nos quais trabalhamos.*
  - 1.3.3. - Onde é ministrada a formação?  
*- Nas entalações da PSP. As restantes em vários, dependendo do tipo de formação.*
- 1.4. - Quem, no seu entender, deveria fazer o atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica:
  - 1.4.1. - homens, mulheres ou é indiferente o género? Porquê?  
*- Se fosse eu a vítima, tanto me faria. Mas se fosse uma situação que envolvesse coisas de homem, se calhar, escolheria falar com um homem.*

1.4.2. - chefes, agentes ou elementos das EPAV? Porquê?

- *Do conhecimento que tenho, tem havido equipas mistas com formação para esse atendimento e que, no horário deles vão a situações de violência doméstica. Agora, se deve ser um graduado, não sei.*

## **2. Violência Doméstica contra as mulheres - ocorrências fora da esquadra/posto**

2.1. - Em situações de violência doméstica, quem, no seu entender, deveria se deslocar ao local da ocorrência:

2.1.1. - homens, mulheres ou é indiferente o gênero? Porquê?

- *Mantenho a opinião de que é indiferente o gênero.*

2.1.2. - chefes, agentes ou elementos das(os) EPAV/NIAVE? Porquê?

- *Poderá sero agente que está destinado à patrulha. Só em casos mais graves é que poderá ir o chefe.*

2.2. - As EPAV, quando intervêm em situações de violência doméstica contra as mulheres, devem ser constituídas por elementos femininos, masculinos ou é indiferente o gênero?

- *Acho que deveriam ser equipas mistas. É sempre mais fácil uma mulher dialogar com a outra. Embora depende também, da abertura da vítima para falar.*

## **3. Violência Doméstica contra as mulheres - policiamento de proximidade**

3.1. - Os elementos das(os) EPAV/NIAVE estão melhor preparados para fazer o atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica?

- *Sim. Porque têm formação para isso ou tiveram formação para isso. Poderão coordenar e controlar melhor as situações de violência doméstica.*

3.2. No Brasil, por exemplo, foram criadas as Delegacias de Polícia Especializadas no Atendimento a Mulheres Vítimas de Violência Doméstica (DEAMs). Existem, também, as unidades policiais especializadas.

3.2.1. - As/os EPAV/NIAVE têm alguma semelhança?

- *Acho que sim. Acho que se os elementos das EPAV tiverem formação para isso podem ser comparadas a uma esquadra gerida só para esse tipo de atendimento. Só que não há meios para se criar uma esquadra só com este objectivo. mas penso que não há necessidade de criação de uma esquadra só para esse fim porque na prática só traria despesas.*

3.2.2. - Como caracteriza as equipas e o seu trabalho?

- *Do que eu vejo pelos processos, pelo que o atendimento deles está dentro do normal pedido pela polícia. Se não fazem mais é porque não há possibilidades para isso.*

3.2.3. - Há alguma relação directa entre as/os EPAV/NIAVE e a violência doméstica?

- *Daquilo que eu sei e tenho ouvido, eles fazem mais algum serviço: idosos, escola segura e o acompanhamento aos comerciantes.*



3.3. Na GNR foi implementado o projecto Investigação e Apoio a Vítimas Específicas (IAVE). Foram criados os Núcleos de Investigação e Apoio a Vítimas Específicas (NIAVE) cuja actuação incide na prevenção, investigação e acompanhamento das situações de violência doméstica sobre as mulheres.

3.3.1. - O que pensa do projecto?

- *Já ouvi falar mas não tenho grande conhecimento do desempenho nem da forma de trabalhar deles.*

3.3.2. - Há alguma vantagem ou desvantagem em relação à forma como a PSP trata os casos de violência doméstica contra as mulheres?

- *Nesse aspecto não tenho conhecimento.*

3.4. Os agentes que saem da Escola Prática de Polícia (EPP), normalmente, passado 1 mês já patrulham sozinhos.

3.4.1. - Eles estão preparados para responder a casos de violência doméstica contra as mulheres?

- *Se calhar, não estão preparados para esta situação nem para o resto. Não havendo possibilidades passa se fazer de outra maneira eles têm que se desenrascar com as armas que têm.*

#### **4. Violência Doméstica contra as mulheres - opinião acerca da actuação em função do género**

4.1. - O que pensa do facto de o Despacho nº 15/98, de 9 de Março, do Ministro da Administração Interna (relativo à actividade das políticas de segurança) determinar que o atendimento a mulheres vítimas de violência física e/ou psicológica fosse feito preferencialmente por agentes do sexo feminino?

- *Penso que este despacho deve ser alterado. Penso que o sexo feminino terá tanta capacidade como o sexo masculino para atender as vítimas. Se houver alguma compatibilidade será da vítima que não se sente à vontade para falar com o elemento policial. Não há necessidade de ser uma mulher a dar a atenção.*

4.2. - A violência doméstica contra a mulher, pelo facto de ser contra a mulher, deve ser dada maior importância em relação às outras situações de violência doméstica? Porquê?

- *Pelos processos que nos passam pela mão, é dada a mesma atenção que seja mulher, menores, velhos ou homens. Certo é que a maioria das vítimas é mulher. Penso que estaríamos a agir mal se considerássemos só a violência doméstica contra a mulher.*

4.3. - O facto de ser mulher (ou homem) deixa-a (o) mais sensível a situações de violência doméstica contra mulheres? Porquê?

- *Não fico sensível. Sou imparcial. Claro que durante o atendimento temos de ser o mais cordial possível com a vítima.*

4.4. - As mulheres-polícia, pelo facto de serem mulheres, têm mais sensibilidade para atender mulheres vítimas de violência doméstica?  
- *Penso que os homens estão a desempenhar bem a sua função. Nunca ninguém se queixou que não queria ser ouvido por mim. Tudo depende da abertura que se tem com a vítima. Por isso não penso que as mulheres sejam mais sensíveis.*

4.5. - Ter mais mulheres na patrulha traria alguma vantagem na resolução dos casos de violência doméstica contra as mulheres?  
- *Não. Se houvesse mais mulheres na patrulha seria para atendimento à vítima. Se for para lidar com o agressor, já depende da forma como este reage. Os casos em que o agressor torna-se violento para com os elementos policiais tornam-se complicados para as mulheres. A força física já é diferente.*

4.5.1. - Haveria algum inconveniente?  
- *Não. Mas sozinhas é um bocado desajustado.*

4.5.2. - As políticas de recrutamento deveriam ser alteradas com vista a aumentar o número de elementos femininos?  
- *Penso que não. Mas isso depende do Direcção Nacional ou do Ministério da Administração Interna. Depende do que a polícia queira da instituição.*

## **5. Carreiras femininas na PSP**

5.1. - Em que áreas de trabalho da Polícia entende que as mulheres têm maiores dificuldade?  
- *Aqui dentro não vejo dificuldades. Mas lá fora não me posso pronunciar das dificuldades.*

5.2. - Pensa que os homens se sentem ameaçados por existirem mulheres na carreira policial?  
- *Não*

5.3. - Quais são as maiores dificuldades das mulheres na Polícia?  
- *Actualmente, com a igualdade de direitos, as dificuldades tanto são para as mulheres como para os homens. Se um tem filhos, o outro também tem. Todos temos iguais direitos de tratar deles e de os educar. Penso que não se deve dar alguma coisa a mais às mulheres mas os seus direitos não devem ser negados.*

5.4. - Pensa que as mulheres na Polícia são discriminadas só pelo facto de serem mulheres?  
- *Penso que não e não vejo queixa por parte delas.*

5.5. - Como é que explica que a percentagem das mulheres na patrulha seja consideravelmente inferior à dos homens?  
- *Não sei qual é o critério de entrada. Não sei também se pedem um maior ou menor número de mulheres. Não sei também se concorrem menos mulheres ou se há menos vagas para mulheres. Só sei que na altura em que concorri havia poucas vagas para mulheres. Os panfletos que dão a quando de aberturas de concurso não especificam o número de vagas para mulheres nem para homens.*

5.6. - Pensa que as mulheres desempenham menos trabalho de rua por terem menos capacidades físicas que os homens?  
*- Não. Mas o certo é que às vezes nem são vistas na rua.*

5.7. - Quais são as maiores dificuldades com as quais as mulheres se deparam:

5.7.1. - nas provas de admissão?

*- Penso que seriam as provas físicas ou porque não têm iguais capacidades físicas que as dos homens ou não estavam preparadas para tal.*

5.7.2. - durante a formação?

*- A dificuldade foi adaptar àquela vida de instrução. Não tinham passado pela tropa o que já não acontecia com os homens. A maior dificuldade foi conviverem com aquilo, mas depois passou.*

5.7.3. - quando começam a exercer funções?

*- Muitas queixavam-se dos horários. Trabalhar por turnos é mais desvantajoso para elas.*

5.8. - Pensa que o desempenho profissional das mulheres poderá ser perturbado por serem demasiado sentimentais?

*- Não. Elas chegam a uma determinada altura e conseguem discernir uma coisa e a outra e não põem os sentimentos à frente. Conseguem resolver o caso sem se envolverem.*

## Anexo 7. Entrevista 7

**Esquadra:** Esquadra do Calvário - 28 Esquadra

### Dados pessoais:

- Nome - Hugo da Silva Neves
- Sexo - Masculino.
- Idade - 36 anos
- Posto (patente) - Agente Principal
- Função que desempenha actualmente - PIPP/EPAV (Junta da Freguesia da Ajuda)

### 1. Violência Doméstica contra as mulheres - atendimento na esquadra/posto

- 1.1. - Onde é feito mais frequentemente o atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica? Na banca de atendimento do graduado, na sala de atendimento às vítimas, na rua, na sala do comandante, na sala do adjunto, na sala de aulas/formação?  
*- No graduado de serviço e talvez a par com o carro patrulha. Talvez o carro patrulha. Sim, sem dúvida o carro patrulha. Ocorre a tudo o que é chamada, inclusive violência doméstica. Mesmo nas estatísticas da esquadra é o carro patrulha.*
- 1.2. - No seu entender, as salas de atendimento às vítimas têm condições para tal, no que se refere à privacidade, à segura, ao conforto e a locais onde as crianças possam ficar (caso houver)?  
*- Não, não tem.*
- 1.3. - As pessoas que fazem este atendimento são homens ou mulheres?  
*- A nossa equipa é constituída só por homens.*
  - 1.3.1. - Existe algum critério na sua selecção?  
*- Não. Penso que a esquadra na altura, o chefe em conversa comigo foi mesmo por ser mais velho, quer de idade quer de anos de patrulha na instituição (que já vão quase 15) passou por isso. Acho que sou o único que não tem o curso ministrado na 1ª Divisão. Sou o único que não fez a formação.*
  - 1.3.2. - Têm algum tipo de formação?  
*- Aqui não. Para efectuar este tipo de policiamento não.*
  - 1.3.3. - Onde é ministrada a formação?  
*- A que foi dada aos outros colegas foi na 1ª Divisão.*
- 1.4. - Quem, no seu entender, deveria fazer o atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica:
  - 1.4.1. - homens, mulheres ou é indiferente o género? Porquê?  
*- Quando a vítima é uma mulher, num mundo que não é o actual, deveria ser uma mulher - a meu ver. Uma mulher que acabou de ser violentada física e psicologicamente por um indivíduo de sexo masculino que habita, muita das vezes,*

*durante muito tempo, um longo período da sua vida e depois chega à esquadra e depara-se com uma figura...-primeiro é a PSP, aquilo que está atrás da instituição, o que a PSP representa. Parece que ainda estamos presos àquela coisa de que só existimos para meios coercivos, para o mal, para autuar, para essas coisas; e depois é a farda em si - e depois depara-se com um homem que na maioria dos casos é o que vai acontecer. Mulheres aqui, actualmente, é só na escola segura.*

1.4.2. - chefes, agentes ou elementos das EPAVE? Porquê?

*- A meu ver, qualquer pessoa, hoje em dia, está a par do tipo de expediente, da lei e tem a sensibilidade suficiente até pelos anos de patrulha. Aos que ocorrem às situações tal como nós ou os graduados de serviço ou quem anda no carro patrulha tem algum calo, entre aspas, para desempenhar, para ir a essas chamadas, logo terá todo o à vontade para efectuar o expediente em si e penso que também uma sensibilidade para o tipo de situação que é.*

**2. Violência Doméstica contra as mulheres - ocorrências fora da esquadra/posto**

2.1. - Em situações de violência doméstica, quem, no seu entender, deveria se deslocar ao local da ocorrência:

2.1.1. - homens, mulheres ou é indiferente o género? Porquê?

*- Deveria ser uma mulher mas é impossível. As chamadas quando caem via rádio, às vezes nem o operador soube fazer o rastreio ou soube chegar às perguntas que há-de colocar para saber se realmente se trata de uma situação de violência doméstica. E quando o carro vai à ocorrência muita das vezes não sabe logo à partida se é violência doméstica ou não. Mutas vezes bate-se à porta e depois é que se vê que efectivamente é uma ocorrência de violência doméstica e depois não faz o sentido. Sei que é um contra-senso mas depois não faz sentido. Os elementos que andam no carro, de repente há uma situação de desordem ou de agressão no local x, têm marido e mulher, casados à 30 anos, com filhos a estudar ou já casados. Só se sabe mesmo naquela altura. E depois? Pára-se ali, o carro fica ocupado ou vem para a esquadra recolher uma mulher. Temos 3 mulheres na escola segura; temos mais uma colega da 30 esquadra que é a Sofia; temos mais duas no mesmo dia de policiamento que eu na 26 esquadra; e aqui na 28 não temos nenhuma. Por isso é complicado; actualmente não há meios materiais meios humanos nem nada, é complicado.*

2.1.2. - chefes, agentes ou elementos das EPAV? Porquê?

*- Hoje em dia, estão igualmente preparados. Obrigatoriamente teve de ser assim quando houve falta de recursos humanos em que houve tempos em que os agentes em cinco grupos, entravam sempre em serviço em turnos de seis horas, era sempre o agente que fazia o graduado de serviço. Eu quando aqui cheguei aqui era impensável. No carro patrulha era um chefe (um subchefe na altura) ou um agente principal com uma carrada de anos já e na banca ou esse mesmo agente principal (na falta do chefe que saíria da banca e ele saíria do carro), aí então é que seria dada oportunidade...mas era uma coisa impensável. Era mesmo isso. De uns tempos para cá é que a falta de subchefes, chefes; a pirâmide está invertida, falta de agentes; isto inverteu-se tudo.*

- 2.2. - As EPAV, quando intervêm em situações de violência doméstica contra as mulheres, devem ser constituídas por elementos femininos, masculinos ou é indiferente o gênero?

- *O ideal seria equipes mistas constituídas por homens e mulheres.*

### **3. Violência Doméstica contra as mulheres - policiamento de proximidade**

- 3.1. - Os elementos das EPAV estão melhor preparados para fazer o atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica?

- *Não. Acho que estamos na mesma, pelo volume de situações que acontecem (eu não vou pela teórica; vou mais pelo que se aprende pelas ocorrências e pelo dia-a-dia e aquilo que vai aparecendo, aquilo que se vai fazendo). Tivemos um conjunto de situações de violência doméstica e nem todas foram iguais ou tratadas da mesma maneira. E então, dentro de cada uma delas é que se vai ganhando a experiência. Por isso cada situação é uma situação e eu acho que só mesmo assim, pela experiência; não por ser-se mais graduado ou por estar cá há mais tempo, não, não. As situações têm que aparecer e o pessoal tem que as acompanhar e desenvolvê-las e dar-lhes um encaminhamento adequado sendo a lei; só assim que o pessoal vê o que se há-de fazer numa situação assim, assim e assim. Temos situações como a do mês passado e como a de há duas semanas em que havia um indivíduo (da 24 esquadra ou foi aqui; eu sei que passei os olhos por este expediente)...e que o indivíduo primeiro não queria abrir a porta, depois lá abriu, e quando abriu foi pegar numa faca e tentar esfaquear o agente. Há situações em que a mulher foi agredida e ele foi-se embora de casa ou há situações em que ele está lá e recebe bem, ou situações em que chegamos e está mesmo a acontecer as agressões, ou situações em que as agressões estão a acontecer e a porta está fechada e a pessoa lá dentro pede socorro, tudo isso. A violência doméstica, a ocorrência em si, na prática do dia-a-dia, pode originar um conjunto de situações que não é trabalhado sempre da mesma maneira. Isso só se aprende mesmo com a continuação no terreno e fazendo.*

- 3.2. No Brasil, por exemplo, foram criadas as Delegacias de Polícia Especializadas no Atendimento a Mulheres Vítimas de Violência Doméstica (DEAMs). Existem, também, as unidades policiais especializadas.

- 3.2.1. - As EPAV têm alguma semelhança?

- *Acompanho bastante as notícias mas nunca ouvi falar disso.*

- 3.2.2. - Como caracteriza as equipes e o seu trabalho?

- *O trabalho é bom, é produtivo, consegue-se fazer alguma coisa mas poderia fazer-se melhor. Melhor talvez não porque os recursos são escassos nesta altura mas se, se trabalhar mais quer em termos de uma publicidade que fizessem com que as pessoas vissem mesmo qual a nossa função para lhes saísse da cabeça e colocar aquela situação que, lhe falei primeiramente só vêm a polícia, farda, da repressão do antigamente que só cá estamos mesmo para comer. Uma publicidade centrada nestes tipos de policiamento a população em geral para que é serve, para que é que estão cá. Foi também os últimos 6 meses do ano 2011 andamos a fazer da população mais idosa a sua sensibilização e maior empenho das chefias porque temos um local e um supervisor que nunca viram ou acompanharam qualquer tipo de reunião ou, a sensibilização que eu desse ou programa que nós tivéssemos para fazer porque o policiamento é quase em si é necessário, só quem esta cá é que realmente é necessário.*

*Quando a falha de momentos policiais nós como somos da mesma patrulha e se estamos a acabar por ser o que papa todo o serviço, nós então quando chegarmos agora vamos ter outra situação que são as férias. Já o ano passado houve bastantes problemas, tivemos um mês complicado e que a esquadra teve de se assegurar pelos PIPP eramos 4 e, pronto infelizmente é recorrente e fica pelos PIPP, não se deve a importância real do trabalho dos PIPP e então fica em 2º plano quando a esquadra tem falha de elementos lá estamos nós. Passamos 1 mês e meio a fazer portas, carros patrulha, motorizadas, oficial de dia é recorrente, este ano ter aparecido novamente o mesmo, por mais escolas que hajam desaparecem.*

3.2.3. - Há alguma relação directa entre as EPAV e a violência doméstica?

*- É, porque depois o acompanhamento em si quando as situações aparecem a gente ousa, temos tido casos em a situação desenvolveu para outra situação e é interessante, conseguimos dar a volta por cima e hoje em dia a senhora esta bem, esta num quarto, tem alimentação, tem tudo, esta bem. Pronto, faz falta porque é preciso acompanhar esta situação, quando há uma situação é preciso acompanha-la, leva-la de início, falar com os intervenientes e haver um acompanhamento porque violência doméstica. Chegar a esquadra, fazer o expediente e ir embora para casa descansadinho e amanhã há outra e outra. Quem é que depois do expediente ter sido feito pelo carro e o comandante, quem é que depois acompanha a situação, mas depois ninguém ajuda aquelas pessoas para o publico e nós não temos esse tipo de acompanhamento, pronto na medida do possível, no nosso pensamento deveríamos ter uma viatura e, nós conseguimos uma viatura, nós percorremos a qualquer chamada seja ela grave ou não temos de ir de eléctrico que é o 18 e que, supostamente vai acabar brevemente por isso andamos aqui um bocadinho a lutar contra isto.*

3.3. Na GNR foi implementado o projecto Investigação e Apoio a Vítimas Específicas (IAVE). Foram criados os Núcleos de Investigação e Apoio a Vítimas Específicas (NIAVE) cuja actuação incide na prevenção, investigação e acompanhamento das situações de violência doméstica sobre as mulheres.

3.3.1. - O que pensa do projecto?

*- Do que eu conheço da GNR em si, sempre teve uma coisa boa nas chefias o poder militar esteve sempre presente no nosso país na política e com, nós o tratamento é diferente e eles metem-se e conseguem tudo o que seja tipo policiamento, que seja para dar uma melhor imagem, uma melhor publicidade à GNR fazem muito bem e em conseguir, eles conseguem, eles apanham tudo, eles tem termos para tudo. Entra-se num quartel da GNR ou numa esquadra e vê-se em termos de alongamento e etc, e eles não fazem nada de certeza que eles não fazem faunas, nem fotocopiadoras, como esta a acontecer no Porto, que a pessoa apresenta-se a esquadra aqui e depois tem que ir fotocopiar o expediente por exemplo a Carcavelos. Essas situações não se passam com a GNR e eles quando tem esse tipo de policiamento em termos de chefias, eles obrigam-se a eles mesmos próprios mas, vêm logo de cima a encarar aquilo de maneira diferente, é como eu digo, eu faço um relatório semanal estamos aqui e as chefias não se preocupam, não acompanham, chegam, assina e leem o relatório, não têm acompanhamento nenhum. Existem a figura do gestor e do supervisor do local e não tem qualquer tipo de acompanhamento, passo 1 ou 2 semanas a seguir o*

*acompanhamento da situação e, que nem se preocupam de conhecer a pessoa, de ver o local, nada, nada, não fazem nada.*

3.3.2. - Há alguma vantagem ou desvantagem em relação à forma como a PSP trata os casos de violência doméstica contra as mulheres?

*- Pois, para falar a fundo como é que eles pois, se empenham e levam cada ocorrência da violência até ao fim não sei, sei sim aquilo que acabei de dizer, tem mais crédito, tem mais meios, são encarados de outra maneira, logo de cima estão mais presentes, dão eles próprios um tipo de publicidade mais que nós não temos. Dou-lhe um caso: andei 6 meses a fazer a sonda de sensibilização e no que fiz tive de tirar fotocópias dos documentos porque ninguém se preocupa nada, nem existe, isto que aqui esta, para os idosos eu tenho, que andar a mendigar para a junta e os patrocínios para ver se fazem algumas coisas destes, para eu ter uma base para dar as ações de sensibilização e estes números depois saíram em fotocópias dos idosos, não dá para os idosos não dá para eles, têm problemas da visão, não dá para interpretar isto nem ver como aqui as cores e, depois se tivermos de cortar 1 à 1, 300 folhas e eu ainda tive de escreve 300 vezes o meu número de telefone que a Junta da Freguesia me atribui me pediu o número de telefone de serviço. Portanto, eu quase de certeza meteria as minhas mãos no fogo que na GNR não é assim, se eles percebem verbo, há verbo arranja-se. Aqui não, aqui é um deixa a andar, surgiu não sei por quem deu inicio a estes tipos de indiciamentos e, pronto teve de se cumprir essa ordem agora, quem deu esse tipo de lançamento que teve alguém que fosse haver exatamente todas essas queixas e esta a funcionar, e o que é que não esta a funcionar menos bem ou mal, isso acho que depois se perde, não sei falta de interesse mas pronto nós estamos cá e fazemos para poder que temos fazemos do inicio até ao fim, fazemos o melhoramento possível.*

3.4. Os agentes que saem da Escola Prática de Polícia (EPP), normalmente, passado 1 mês já patrulham sozinhos.

3.4.1. - Eles estão preparados para responder a casos de violência doméstica contra as mulheres?

*- Não, não estão. Não é só por causa da violência doméstica, mas não estão preparados de modo algum ou seja para que situação for. Como disse há pouco, da prática é que se vai alcançar, porque as situações não são sempre iguais, a mesma nunca nenhuma situações não são duas vezes iguais à sempre suposta que a tornam de maneira a que ela é interpretada de maneira diferente. É impossível colocar-se agentes que, cada vez infelizmente cada vez são mais novos, com 19 anos temos aqui indivíduos que a bem pouco tempo andavam tinham a sua vida civil normal e, acho que toda agente passou por ela e, que ainda não ganharão na mesma na vida civil aquele calo e, que vêm a PSP sei lá, nem sei, é que muitas vezes pode correr bem mas quase sempre corre mal, quase sempre. Tivemos situações caricatas de ver um incendio nas Torres do Restelo e o carro patrulha que foi para lá vinha de Carcavelos, puseram 2 agentes da última escola há poucos dias que cá estavam puseram-nos no carro patrulha, passou-se com o 4429 da Avenida de Sousa e eles lá iam na Marginal, já tinham passado a Estrada Nacional já iam embora. Nem se quer, a maior parte da polícia 80/ 85% é tudo deslocado são poucos como eu que, nasceram e foram criados aqui mesmo em Lisboa-Ajuda, são poucos que acontece esta situação. Da sua vida civil se não tiver alguma bagagem se, para a cidade onde vieram trabalhar e que vão ficar uma porrada de tempo com as transferências isto é o que é, não conhecem minimamente as ruas onde*



*estão ou parece ser um bocado complicado, e aconteceram mais coisas com o pessoal da última escola, são muito novos e ao fim do mês nem se quer conheciam que esta travessa tinha nome, alguma falta de interesse talvez*

**4. Violência Doméstica contra as mulheres - opinião acerca da actuação em função do género**

4.1. - O que pensa do facto de o Despacho nº 15/98, de 9 de Março, do Ministro da Administração Interna (relativo à actividade das políticas de segurança) determinar que o atendimento a mulheres vítimas de violência física e/ou psicológica fosse feito preferencialmente por agentes do sexo feminino?

*- Na prática, nesta divisão, não é realizado. Uma pessoa por exemplo que é violentada durante anos e anos, durante os quais «leva com um homem» e chega à esquadra tem que falar com um elemento masculino com a «figura do homem». Isto é muito negativo. Acho que deveria ser acompanhada por um elemento feminino. Um bom exemplo são as salas da DIC onde há sempre elementos femininos.*

4.2. - A violência doméstica contra a mulher, pelo facto de ser contra a mulher, deve ser dada maior importância em relação às outras situações de violência doméstica? Porquê?

*- Acho que não. Porque violência é violência. Estar a fazer uma distinção é complicado. Acho que já se dá o relevo suficiente às mulheres.*

4.3. - O facto de ser mulher (ou homem) deixa-a (o) mais sensível a situações de violência doméstica contra mulheres? Porquê?

*- Acho que não. Tudo passa por termos estômago para todo o tipo de ocorrências e pormo-nos um pouco à margem. Não podemos colocar sobre as nossas costas os males de toda a sociedade. Não posso trazer os meus sentimentos, por muito que me custe ver algumas situações. Temos que me afastar um pouco porque se não «a cabeça começa a queimar». É claro que não gosto de entrar numa casa e ver uma mulher toda ensanguentada e o homem, ainda, todo cheio de razão.*

4.4. - As mulheres-polícia, pelo facto de serem mulheres, têm mais sensibilidade para atender mulheres vítimas de violência doméstica?

*- Penso que, se souberem, elas tem que saber separar as coisas. A sensibilidade tem de ser qb. para ser exercido sobre aquele tipo de ocorrência e ponto final. Não podemos levar as ocorrência connosco para casa. A sensibilidade é produzida naquele momento quer sejamos homens ou mulheres. Até porque há ocorrência em que não podemos mostrar nem mais nem menos sensibilidade.*

4.5. - Ter mais mulheres na patrulha traria alguma vantagem na resolução dos casos de violência doméstica contra as mulheres?

*- Sim. Pelo menos, para esta esquadra em que temos cinco grupos de patrulha, poderia haver cinco mulheres. Mas não é só para situações de violência doméstica. Por exemplo na 26 Esquadra há situações com as carteiristas romenas e não há mulheres para as revistar. O mesmo acontece nas operações à noite ou de madrugada - precisa-*

*se de uma mulher mas não há. As brigadas, por exemplo, às vezes precisam de elementos femininos para os reconhecimentos que envolvam mulheres. Muitas situações, por vezes, tornam-se caricatas. As mulheres são tão válidas na polícia como os homens - é mesmo assim. Os direitos são os mesmos, então porque não andar com isso para a frente e ultrapassar as estatísticas!?*

4.5.1. - Haveria algum inconveniente?

*- À partida o inconveniente é para a instituição. O inconveniente é o mesmo para todo o tipo de trabalho: vestiários, casas de banho etc. É o que todas as instituições têm. Se se casam, se têm filhos, acontece em qualquer instituição. Não vejo nenhum inconveniente. Deve-se fazer um esforço para criar condições para elas trabalharem.*

4.5.2. - As políticas de recrutamento deveriam ser alteradas com vista a aumentar o número de elementos femininos?

*- Mudadas, talvez não. Quando se inicia uma escola nova, parece-me que elas são bastantes. Há mulheres que entram e inclusive acabam com grandes notas. Só que depois elas desaparecem. Pelo menos aqui na 4ª Divisão não chega nenhuma. Conta-se uma 10 que passaram por aqui.*

**5. Carreiras femininas na PSP**

5.1. - Em que áreas de trabalho da Polícia entende que as mulheres têm maiores dificuldade?

*- Para o GOI uma mulher não entra. Para o CI uma mulher, também não entra. Isso é um dado. Entra uma ou duas para o Corpo de Segurança Pessoal, depois vão para a patrulha, para as esquadras, secretarias etc. Mas elas rapidamente se escondem, desaparecem nas secretarias, gabinetes etc. Elas tentam se proteger um pouco. Umas vêm com o objectivo de trabalhar, outras não. Mas os homens também fazem isso.*

5.2. - Pensa que os homens se sentem ameaçados por existirem mulheres na carreira policial?

*- Não. Isto foi há já 18 ou 20 anos atrás.*

5.3. - Quais são as maiores dificuldades das mulheres na Polícia?

*- Há aquela ideia de que à mulher é que cabe a casa, os filhos, compras, limpeza, ir à escola buscar os filhos, etc. Há essa carga toda sobre elas. Eu não penso assim; não partilho essa ideia. Essa ideia ainda persiste mas está a ficar ultrapassada.*

5.4. - Pensa que as mulheres na Polícia são discriminadas só pelo facto de serem mulheres?

*- Discriminação, em termos da palavra, não. Pode haver casos pontuais mas no geral não há e nem pode haver discriminação na polícia.*

5.5. - Como é que explica que a percentagem das mulheres na patrulha seja consideravelmente inferior à dos homens?

*- Temos de ver que a PSP começou assim. Os direitos de igualdade só se revelaram de um século para cá. A polícia existindo à mais tempo é compreensível que haja mais*

*homens na sua constituição. Daqui para a frente, não digo meio-meio, mas é preciso ir tentando aos poucos invertendo esta situação.*

5.6. - Pensa que as mulheres desempenham menos trabalho de rua por terem menos capacidades físicas que os homens?

*- Talvez. Embora tenham os mesmos direitos, elas são fisicamente mais frágeis. Logo, estar a colocá-las na rua durante muito tempo é complicado. Se bem que há homens mais frágeis e que não aguentam por exemplo várias noites de serviço seguidas. Já vi elementos (femininos e masculinos) que a nível físico eram uma mais valia para a esquadra mas que ao fim de um ano vejo que o que andaram a fazer foi com a intenção de «dar um salto» e serem colocados e estarem fechados em gabinetes (secretaria, secções de escalas) das 9 às 17. E eu pergunto-me para quê aquele fogo todo - e eram elementos relativamente novos. Deram nas vistas só para isto. Por isso percebo que as mulheres, sendo o elo mais fraco se queiram proteger do frio, da chuva etc.*

5.7. - Quais são as maiores dificuldades com as quais as mulheres se deparam:

5.7.1. - nas provas de admissão?

*- Não sei dizer porque não fiz testes com nenhuma. Mas do que me contou, eram os teste físicos.*

5.7.2. - durante a formação?

*- Era a parte física - tudo o que era aulas práticas (ordem unida, defesa pessoal, ginástica).*

5.7.3. - quando começam a exercer funções?

*- Quando cheguei aqui à esquadra, na 4ª Divisão havia 3 mulheres. Uma inclusive estava na secção do piquete. Foi complicado porque era ela e mais 7 homens. Trabalhou no cp, entrou para o curso de chefes e depois foi para a PJ. Mas relativamente às dificuldades, penso que o trabalho prático é outra coisa. Passando aquela fase da Escola - se não houver nenhum concurso em que elas tenham que fazer exercício físico - dificuldade não há nenhuma que não seja compartilhada pelos homens.*

5.8. - Pensa que o desempenho profissional das mulheres poderá ser perturbado por serem demasiado sentimentais?

*- Não. Elas não são sentimentais. Encaram a profissão tal como os homens. Se passarem e têm formação para cá estar, são iguais, têm os mesmos direitos por isso não há que haver sentimentalismos. Têm que trabalhar as ocorrências consoante aquilo que a lei confere. Conhecem a lei - e se não conhecerem há sempre alguém para os ajudar. É certo que vemos certas coisas que as outras pessoas não vêem, mas como polícias temos que ter um botão para desligar. Somos humanos mas temos que saber que somos, também polícias.*

## Anexo 8. Entrevista 8

**Esquadra:** Esquadra do Calvário - 28 Esquadra

### Dados de identificação:

- Nome - José Luís Marques Trindade
- Sexo - Masculino
- Idade - 34 anos
- Posto (patente) - Agente
- Função que desempenha actualmente - PIPP/EPAV (Junta da Freguesia da Ajuda)

### 1. Violência Doméstica contra as mulheres - atendimento na esquadra/posto

- 1.1. - Onde é feito mais frequentemente o atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica? Na banca de atendimento do graduado, na sala de atendimento às vítimas, na rua, na sala do comandante, na sala do adjunto, na sala de aulas/formação?  
*- Temos uma sala de apoio à vítima e é lá que são encaminhados.*
- 1.2. - No seu entender, as salas de atendimento às vítimas têm condições para tal, no que se refere à privacidade, à segurança, ao conforto e a locais onde as crianças possam ficar (caso houver)?  
*- Tema as mínimas mas poderiam ser arrançadas melhores condições. Dadas às carências da PSP neste momento, aquelas não são as melhores condições.*
- 1.3. - As pessoas que fazem este atendimento são homens ou mulheres?  
*- Normalmente, quando tínhamos elementos femininos, o atendimento era feito pelo elemento feminino da equipa - por causa da interacção mulher/mulher. Não havendo terá que ser um elemento masculino.*
  - 1.3.1. - Existe algum critério na sua selecção?  
*- Foi mais a nível de antiguidade*
  - 1.3.2. - Têm algum tipo de formação?  
*- Fomos fazer a formação do PIPP, de duas semanas, se não estou em erro.*
  - 1.3.3. - Onde é ministrada a formação?  
*- Na sede da 1ª Divisão*
- 1.4. - Quem, no seu entender, deveria fazer o atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica:
  - 1.4.1. - homens, mulheres ou é indiferente o género? Porquê?  
*- Para mim é indiferente. Mas se calhar há alguns tipos de ocorrências em que seria melhor uma agente. Por causa do aspecto que foquei há bocado - por haver uma interacção entre as mulheres. Se calhar as mulheres sentem-se mais à vontade para falar com as mulheres.*

1.4.2. - chefes, agentes ou elementos das EPAV? Porquê?

- *Para todos os efeitos, deveria ser o pessoal das EPAV que está direccionado para esta situação. Como nem sempre se pode fazer isto, a vítima é encaminhada para o graduado de serviço. Mas deveriam ser as EPAV já que lidam com esta situação.*

## **2. Violência Doméstica contra as mulheres - ocorrências fora da esquadra/posto**

2.1. - Em situações de violência doméstica, quem, no seu entender, deveria se deslocar ao local da ocorrência:

2.1.1. - homens, mulheres ou é indiferente o género? Porquê?

- *É indiferente o género, mas não havendo recursos faz-se com o que há.*

2.1.2. - chefes, agentes ou elementos das EPAV? Porquê?

- *Mantenho a mesma opinião de que deveriam ser as EPAV porque estas equipas foram formadas e direccionadas para a violência doméstica. Só que não podemos ir a todas as ocorrências. Normalmente quem o faz é o carro patrulha. Apesar de depois de terem feito o primeiro contacto, encaminham a situação para as EPAV.*

2.2. - As EPAV, quando intervêm em situações de violência doméstica contra as mulheres, devem ser constituídas por elementos femininos, masculinos ou é indiferente o género?

- *Deveriam ser constituídas por elementos masculinos e femininos - equipas mistas. Há situações em que um elemento feminino lida melhor com a situação - mesmo a própria vítima. É mais fácil para ela, desabafar com uma mulher do que com um homem.*

## **3. Violência Doméstica contra as mulheres - policiamento de proximidade**

3.1. - Os elementos das EPAV estão melhor preparados para fazer o atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica?

- *Sim, porque estamos habituados a lidar com estas situações.*

3.2. No Brasil, por exemplo, foram criadas as Delegacias de Polícia Especializadas no Atendimento a Mulheres Vítimas de Violência Doméstica (DEAMs). Existem, também, as unidades policiais especializadas.

3.2.1. - As EPAV têm alguma semelhança?

- *Não lhe posso responder porque nunca ouvi falar dessas delegacias.*

3.2.2. - Como caracteriza as equipas e o seu trabalho?

- *É um policiamento que faz muita falta, não só porque trata das situações de violência doméstica mas porque dá ênfase àquele patrulhamento tradicional. É um trabalho mais específico e que está mais em contacto com a população.*

3.2.3. - Há alguma relação directa entre as EPAV e a violência doméstica?

- *A violência doméstica é só mais um trabalho das EPAV. Nós pertencemos ao PIPP e por isso fazemos a escola segura e os idosos seguros.*

3.3. Na GNR foi implementado o projecto Investigação e Apoio a Vítimas Específicas (IAVE). Foram criados os Núcleos de Investigação e Apoio a Vítimas Específicas (NIAVE) cuja actuação incide na prevenção,

investigação e acompanhamento das situações de violência doméstica sobre as mulheres.

3.3.1. - O que pensa do projecto?

- *Já ouvi falar, mas sei pouco da actividade que eles desenvolvem. Só sei que, quando aparecem, por exemplo na televisão, há sempre um elemento feminino na equipa - não sei se é só para aquelas ocasiões.*

3.3.2. - Há alguma vantagem ou desvantagem em relação à forma como a PSP trata os casos de violência doméstica contra as mulheres?

- *Pela razão que referi anteriormente não posso responder a essa pergunta. Mas acredito que não há nenhuma desvantagem.*

3.4. Os agentes que saem da Escola Prática de Polícia (EPP), normalmente, passado 1 mês já patrulham sozinhos.

3.4.1. - Eles estão preparados para responder a casos de violência doméstica contra as mulheres?

- *Não creio que estejam. Nem para uma ocorrência dita normal, quanto mais para uma situação de violência doméstica. Ficam muitas vezes «presos» e as situações de violência doméstica são um bocado complicadas.*

#### **4. Violência Doméstica contra as mulheres - opinião acerca da actuação em função do género**

4.1. - O que pensa do facto de o Despacho nº 15/98, de 9 de Março, do Ministro da Administração Interna (relativo à actividade das políticas de segurança) determinar que o atendimento a mulheres vítimas de violência física e/ou psicológica fosse feito preferencialmente por agentes do sexo feminino?

- *Como já referi anteriormente, penso que era o ideal. Mas a pouca quantidade de elementos femininos na instituição não faz face às ocorrências que há. Portanto é muito difícil que isto aconteça.*

4.2. - A violência doméstica contra a mulher, pelo facto de ser contra a mulher, deve ser dada maior importância em relação às outras situações de violência doméstica? Porquê?

- *Não. Penso que deveriam estar no mesmo patamar. A violência contra as mulheres é um facto. Mas não nos podemos esquecer da violência contra os menores e contra os idosos.*

4.3. - O facto de ser mulher (ou homem) deixa-a (o) mais sensível a situações de violência doméstica contra mulheres? Porquê?

- *Sim, deixa-me sensível. Porque vai contra os meus ideais. Sou uma pessoa que não gosta de violência - apesar de - pela minha profissão -, ter que usá-la quando é preciso.*

4.4. - As mulheres-polícia, pelo facto de serem mulheres, têm mais sensibilidade para atender mulheres vítimas de violência doméstica?

- *Acho que não. Se falarmos de uma mulher que esteja fora da instituição, pode ser. Mas as mulheres, estando na polícia, a sensibilidade têm igual sensibilidade que os homens.*

- 4.5. - Ter mais mulheres na patrulha traria alguma vantagem na resolução dos casos de violência doméstica contra as mulheres?  
- *Na resolução directa, não. Mas mais mulheres na polícia, são precisas. Elas são escassas.*

- 4.5.1. - Haveria algum inconveniente?  
- *Não, muito pelo contrário*

- 4.5.2. - As políticas de recrutamento deveriam ser alteradas com vista a aumentar o número de elementos femininos?  
- *Não ideia da percentagem de mulheres que entram para a polícia, mas se calhar, aumentar o número não seria mau.*

## **5. Carreiras femininas na PSP**

- 5.1. - Em que áreas de trabalho da Polícia entende que as mulheres têm maiores dificuldade?  
- *Basicamente a nível do carro patrulha. Exige um bocadinho mais de «estaleca». As pessoas, vendo uma mulher num carro patrulha, ficam na «retranca». não é mesma coisa que ir um homem. Se se tiver que agir de uma forma mais brusca para resolver uma situação, as pessoas vêem as mulheres de uma forma diferente da dos homens - não quero dizer que os elementos femininos não resolvam o problema.*

- 5.2. - Pensa que os homens se sentem ameaçados por existirem mulheres na carreira policial?  
- *Não, não.*

- 5.3. - Quais são as maiores dificuldades das mulheres na Polícia?  
- *A situação dos filhos é complicada. Há por exemplo casos de casais em que ambos são polícias. Não é fácil, por exemplo, conciliar os horários policiais com os horários escolares dos filhos.*

- 5.4. - Pensa que as mulheres na Polícia são discriminadas só pelo facto de serem mulheres?  
- *Não, hoje em dia não.*

- 5.5. - Como é que explica que a percentagem das mulheres na patrulha seja consideravelmente inferior à dos homens?  
- *Não sei se são as próprias políticas da PSP ou se são poucas as mulheres a concorrer.*

- 5.6. - Pensa que as mulheres desempenham menos trabalho de rua por terem menos capacidades físicas que os homens?  
- *Não. Inclusive há elementos femininos com mais capacidades que os homens.*

- 5.7. - Quais são as maiores dificuldades com as quais as mulheres se deparam:

5.7.1. - nas provas de admissão?

- *Por acaso nas provas não estive com nenhuma mulher, mas sei que as maiores dificuldades estavam no salto do muro.*

5.7.2. - durante a formação?

- *Na minha turma não havia mulheres. Elas eram encaixadas nas turmas dos primeiros grupos. Não lidava directamente com elas e por isso não posso responder a esta pergunta.*

5.7.3. - quando começam a exercer funções?

- *Elas praticamente não se queixavam de nada. Trabalhei com a Conceição e com a Fernanda que eram excelentes policiais. Acredite que eu trabalhava melhor com elas do que com muitos homens.*

5.8. - Pensa que o desempenho profissional das mulheres poderá ser perturbado por serem demasiado sentimentais?

- *Não. Penso que quando estão em serviço esquecem-se um bocadinho dessa parte. Há sempre qualquer coisa que nos toca quando estamos a trabalhar mas isso fica de parte.*



## Anexo 9. Entrevista 9

**Esquadra:** Esquadra de Vila Real

### Dados pessoais:

- Nome - António José Vilela Rodrigues
- Sexo – Masculino
- Idade - 52 anos
- Posto (patente) – Agente Principal
- Função que desempenha actualmente - integrado no PIPP/ EPAV

### 1. Violência Doméstica contra as mulheres - atendimento na esquadra/posto

1.1. - Onde é feito mais frequentemente o atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica? Na banca de atendimento do graduado, na sala de atendimento às vítimas, na rua, na sala do comandante, na sala do adjunto, na sala de aulas/formação?

- *É feito num gabinete próprio. No resto do horário normal é feito no gabinete do graduado serviço mas aquilo é resguardado portanto não se houve nada e não há problemas enquanto a isso e as pessoas sentem-se à vontade.*

1.2. - No seu entender, as salas de atendimento às vítimas têm condições para tal, no que se refere à privacidade, à segura, ao conforto e a locais onde as crianças possam ficar (caso houver)?

- *Podiam melhorar um bocadinho. Nós se as crianças ficarem junto das mães porque não temos outro lugar onde as mães possam ficar, não temos essa linha pra mãe ficar sozinha e dar apoio. Geralmente temos um trate dela ou um colega fica cá fora e o outro dentro.*

1.3. - As pessoas que fazem este atendimento são homens ou mulheres?

- *Geralmente eu ando com a minha colega, quando ela não se importa fico eu e há quem não se importe que eu fique. Sente-se envergonhado, ficam retraídos a gente fica. Quando ela pede, nem sempre a vítima se sente a vontade connosco, uma mulher sempre fala melhor, a gente também vê na reação da pessoa, quando é assim a gente saí para fora e fica a nossa colega.*

1.3.1. - Existe algum critério na sua selecção?

- *A gente vê a cara da pessoa, quando está necessitada de desabafar, ou vê-se as mulheres a chorarem e que se sentem mais a vontade para falarem com a nossa colega, entretanto vai-se buscar um pouco de água para se sentir mais calma, para acalmar. Depois até somos capazes de entrar e fazermos diálogo e já não há problema algum e ela sentir-se a vontade mas no princípio é sempre assim.*

1.3.2. - Têm algum tipo de formação?

*-Eu acho que quanto a isso estamos muito secos, não temos, a minha colega do resto é o dia-a-dia do resto mais nada. Vamos aprendendo a lidar o dia-a-dia.*

1.3.3. - Onde é ministrada a formação?

*- A formação é aqui no comando, é umas horitas conversar. Devia ser e aprofundar mais um bocadinho.*

1.4. - Quem, no seu entender, deveria fazer o atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica:

1.4.1. - homens, mulheres ou é indiferente o gênero? Porquê?

*- Eu acho que é mais a mulher, a mulher policia, alias está mais vocacionada para o tratamento da vítima porque sente-se mais a vontade. Conosco é aquela coisa, há coisas que não querem dizer, sentem-se envergonhadas e depois nós só somos homens. Quando elas encaram na boa, as pessoas não são iguais tanto faz homens ou mulheres desabafam na mesma, mas é verdade que com elas se sentem mais a vontade.*

1.4.2. - chefes, agentes ou elementos das EPAV? Porquê?

*- Isso é indiferente, elas tanto faz são capazes de tratar o chefe, elas no fundo o que querem é ser atendidas e saber se vivem. Aqui o que querem é ser bem tratadas, no fundo é o que a gente tenta fazer o melhor possível. Porque do resto tanto faz ser um chefe, um comissário, basta ser uma pessoa indicada e conseguir fazê-lo.*

**2. Violência Doméstica contra as mulheres - ocorrências fora da esquadra/posto**

2.1. - Em situações de violência doméstica, quem, no seu entender, deveria se deslocar ao local da ocorrência:

2.1.1. - homens, mulheres ou é indiferente o gênero? Porquê?

*- Aí, já convém por exemplo ir o par, eu e a minha colega teremos que intervir nós porque já é mais violência e as pessoas não encaram a mesma violência e a mulher é mais frágil para isso é por isso que andámos sempre os dois. Eu e a minha colega e outros dois, num caso de violência a mulher é mais frágil, num caso de bater a porta e vem logo o fulano e ter uma pedra na mão, uma arma dissemos alto e para o baile, aí já tem mais receio temos de ser o homem e é para isso que devemos estar nessas situações.*

2.1.2. - chefes, agentes ou elementos das(os) EPAV/NIAVE? Porquê?

*- Não, não, continuo a dizer e na minha opinião que somos suficientes o chefe ou o comissário se houvesse é claro era bom porque a certas coisas que não conseguimos resolver. Se houvesse era uma ajuda por todos e era útil.*

2.2. - As(os) EPAV/NIAVE, quando intervêm em situações de violência doméstica contra as mulheres, devem ser constituídas por elementos femininos, masculinos ou é indiferente o gênero?

*- O gênero é indiferente mas, se houvesse mulheres possivelmente lá está abria situações ao deslocar-se na residência das vítimas, confronta-las as mulheres já não têm aquilo. Se fossem equipas mistas era o ideal.*

### 3. Violência Doméstica contra as mulheres - policiamento de proximidade

3.1. - Os elementos das(os) EPAV/NIAVE estão melhor preparados para fazer o atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica?

- *Para lidar com certas situações sim, temos mais coração, somos mais abertos e conseguimos levar as pessoas a certas determinadas coisas que o outro pessoal vejo que não. Agora não sei, no meu entender acho que sim.*

3.2. No Brasil, por exemplo, foram criadas as Delegacias de Polícia Especializadas no Atendimento a Mulheres Vítimas de Violência Doméstica (DEAMs). Existem, também, as unidades policiais especializadas.

3.2.1. - As/os EPAV/NIAVE têm alguma semelhança?

- *Acho que não, estamos todos integrados, quase todos os elementos fazem o serviço de violência doméstica por isso, ou aqui nos não estivermos fazem eles, embora isso fica feito da mesma maneira mas, talvez um bocado já mais é capaz de dar mais frutos e com o tratamento. Enquanto eles na mesma, só que se é a comparar não.*

3.2.2. - Como caracteriza as equipas e o seu trabalho?

- *No geral, quase a gente faz, somos o remédio para toda a doença, fazemos quase tudo. Fazemos violência doméstica, como apoio a idosos, atualmente estamos a fazer tudo, lá esta conseguimos fazer de tudo um bocadinho a onde podermos chegar, depois já não é da nossa competência, por isso a gente já não consegue ir mais além certas portas fecham. O barco parece que anda a mendigar para nós e quando andamos a mendigar para o velhote a assistente social ou sei lá o que. Ca em Vila Real tem gente que batemos a porta e elas não funcionam. Isso é como tudo, de noite já tivemos situações para recolher, andamos a abater a porta de instituições que não funcionam televisão, andamos aí quase toda a noite com duas pessoas para tentar pelo menos dormir uma noite corremos as pensões todas e nem as portas nos abriam, está tudo cheio, está tudo cheio. Se tivéssemos certas condições, a gente conseguia levar e com que elas ficassem e descansa-se pelo menos aquele dia. É isso que eu não vejo, que a gente consiga, está tudo ligado, não deveria estar, em alguns sítios funcionam noutros não.*

3.2.3. - Há alguma relação directa entre as/os EPAV/NIAVE e a violência doméstica?

- *Isto está tudo ligado, estamos todos ligados por isso, não é só mais um trabalho que se faz. A gente faz o serviço todo, tentamos fazer o serviço, quando não há pessoal faz o serviço com o carro patrulha por isso está tudo ligado.*

3.3. Na GNR foi implementado o projecto Investigação e Apoio a Vítimas Específicas (IAVE). Foram criados os Núcleos de Investigação e Apoio a Vítimas Específicas (NIAVE) cuja actuação incide na prevenção, investigação e acompanhamento das situações de violência doméstica sobre as mulheres.

3.3.1. - O que pensa do projecto?

- *Isso é em relações públicas pois é. Nos na polícia continuamos a não ter nada porquê, na televisão já aparece em todo o lado, em bombeiros têm mergulhadores, não sei porque fogem das aldeias alias, o que vem das aldeias tudo aqui para Vila Real para a*

*zona da polícia. Se houvesse um bom empenhamento da GNR eles não faziam com a PSP, por isso é que nos estamos a tratar disso como deve ser. Eu conheço um caso e que até posso falar dele que, é uma prima minha que foi lá chamou a GNR, pra já demoraram não sei quanto a chegar que são 8km e depois mandaram desenrasque-se, por isso acho que funciona, só se funciona só na televisão. Nós todos conhecemos aí casos que é área da GNR que vêm tudo para a Polícia. Não vou dizer mais nada.*

3.3.2. - Há alguma vantagem ou desvantagem em relação à forma como a PSP trata os casos de violência doméstica contra as mulheres?

*- Eu desconheço, eu desconheço. Nos sabemos que em todo o lado esta a funcionar mal o bem tentamos fazer o melhor. Agora no caso deles não conheço, sinceramente não conheço e a nós toda a gente nos conhece embora não andamos com emblemas nem autocolantes nem a fazer publicidade, a gente, a nós conhecem-nos a eles não sei. Eu pelo menos conheço, não é sensível ao desconhecido.*

3.4. Os agentes que saem da Escola Prática de Polícia (EPP), normalmente, passado 1 mês já patrulham sozinhos.

3.4.1. - Eles estão preparados para responder a casos de violência doméstica contra as mulheres?

*- Não, não é novidade, não! Nem sozinhos nem no dia-a-dia nem sozinhos com a violência doméstica muito menos. Uma coisa é na escola e outra é andar cá fora. Uma pessoa ser lançada a espera sozinha logo no primeiro mês é., eu fui um deles e continuo a dizer que isto está muito mal, pelo menos o primeiro meio ano sem conhecer a área sem conhecer a zona, sem saber com as pessoas com quem lidam nunca deveriam andar sozinhos é um alvo a abater, em tudo. Agora eu acho que isso devia melhorar pelo menos no primeiro meio ano devia andar sempre acompanhados.*

#### **4. Violência Doméstica contra as mulheres - opinião acerca da actuação em função do género**

4.1. - O que pensa do facto de o Despacho nº 15/98, de 9 de Março, do Ministro da Administração Interna (relativo à actividade das políticas de segurança) determinar que o atendimento a mulheres vítimas de violência física e/ou psicológica fosse feito preferencialmente por agentes do sexo feminino?

*- De preferência, eu acho que isso deveria ser, por preferência isso está tudo bem, mas quando se deslocam ao local, aquilo que referiu há bocado quando se está na casa da vítima, quando está lá o agressor a mulher policia não tem um a vontade de trabalhar como se, estivesse aqui sentada numa secretária e as pessoas dirigirem-se e outra coisa é ir ao local da vítima, onde está vítima e o agressor. Uma pessoa sozinha, uma mulher policia principalmente, é por isso que eu continuo as equipas mistas está bem melhor. Agora a mulher sozinha aqui tudo bem, agora fora não.*

4.2. - A violência doméstica contra a mulher, pelo facto de ser contra a mulher, deve ser dada maior importância em relação às outras situações de violência doméstica? Porquê?

- *Não, de onde tem idosos principalmente. Eu estou mais contra, apoio mais idosos do que violência doméstica do bem, mas além da violência doméstica apoio idosos também o que se está a ver mais violência contra os idosos.*

4.3. - O facto de ser mulher (ou homem) deixa-a (o) mais sensível a situações de violência doméstica contra mulheres? Porquê?

- *Eu sinto-me um bocado sensível porque, tanto nesta profissão nunca fui habituado nem estou habituado a ver certas coisas. Por isso há que trabalhar e melhorar, porque isso está há levar muitas pessoas ao desespero propriá mulher, por isso, eu acho que isso sem dúvida um bocado não sei, não sei.*

4.4. - As mulheres-polícia, pelo facto de serem mulheres, têm mais sensibilidade para atender mulheres vítimas de violência doméstica?

- *É óbvio. Temos casos de homens que também são, sentem na pele a violência doméstica hoje em dia já. Não é só problemas que vêm na televisão, não sei quantas mulheres morreram. Os homens sentem-se é envergonhados. Atualmente, uma parte deles que há, que a gente sabe que há não fazem queixa porquê, não se sente a vontade, não o fazem porque sentem vergonha, se não também o faziam. Já temos casos desses, pelos menos aqui é capaz de haver já.*

4.5. - Ter mais mulheres na patrulha traria alguma vantagem na resolução dos casos de violência doméstica contra as mulheres?

- *Traz, traz mais benefícios porque, o homem como ele ser geralmente um pouco bruto ao lidar com a mulher tem outra atitude tem mais receio decidimos ver e, eu sou das pessoas que em vez de estarem tantas mulheres que estão em certos gabinetes deviam andar nas ruas. Além de nós ajudar sabiam lidar com pessoas e lidam talvez até melhor do que nós. Há pessoas que lidam melhor que certos homens, quando encaram uma mulher para violência já ficam com um pé atrás. Na minha maneira de ver que sim, devia haver mais mulheres.*

4.5.1. - Haveria algum inconveniente?

- *Não, não, pelo contrário tanto para instituição como para a população em si até gostam de ter as mulheres na rua. Em Vila Real já temos mulheres na rua, mas há certas cidades que não. É útil porque as pessoas sentem-se a vontade, a propriá mulher que ande na rua sente-se mais a vontade, já não há aquele receio de ter com o Sr guarda. Também já não é como antigamente que o guarda responde com uma pedra na mão, hoje em dia já sabemos responder e temos que responder da maneira que algumas pessoas não merecem, agora se fossem as mulheres seriam melhores.*

4.5.2. - As políticas de recrutamento deveriam ser alteradas com vista a aumentar o número de elementos femininos?

- *Não, metade, metade. Uma vez que há homens e mulheres mas, há situações em que é só homem mas, talvez que metessem mais mulheres do que costumam meter.*

## 5. Carreiras femininas na PSP

5.1. - Em que áreas de trabalho da Polícia entende que as mulheres têm maiores dificuldades?

- *Por exemplo, tem mais dificuldade em crimes de violência doméstica, é das dificuldades que elas têm do resto, não vejo no dia-a-dia aí na patrulha dificuldades nenhuma, agora quando é uma contender talvez tenha mais receio.*

5.2. - Pensa que os homens se sentem ameaçados por existirem mulheres na carreira policial?

- *Não, é igual, não se sentem ultrapassados mas, há sempre um bocado mais receio quanto a mim já é capaz de assegurar algum problema a mulher já fica com um pé atrás, não sabem se ele foi detido não sabe aquilo que o juiz aplicar. Porque nós é mais um empurrão como o dr. juiz diz estamos habitua-los à isso tudo, pra nós os insultos agora para a mulher é feminino têm mais receio, e acho que há sempre um certo sei lá, têm de ficar mesmo quietos porque por si a mulher já fala já não há problemas nenhuns, connosco é totalmente diferente.*

5.3. - Quais são as maiores dificuldades das mulheres na Polícia?

- *Quando é o casamento, quando há os filhos, aquela coisa não tem a quem os deixar ficar e agora também o desemprego, principalmente os filhos. O dinheiro e agora está-se a arrastar tudo para a violência doméstica. O ano passado tem havido mais violência doméstica porquê, não há dinheiro,” toda a casa onde não há pão tudo mata e com razão”. Não há dinheiro, o casal começa a degradar para aqui para além, a partir daí começa a violência doméstica, já somos chamados pra isso, tentámos conciliar mas é duro.*

5.4. - Pensa que as mulheres na Polícia são discriminadas só pelo facto de serem mulheres?

- *Na policia não, que eu conheça não. A polícia ainda vai conseguindo levar a vida dela tentando na paz e serena.*

5.5. - Como é que explica que a percentagem das mulheres na patrulha seja consideravelmente inferior à dos homens?

- *Já houve, agora não. Quando eu entrei para aqui em 83 talvez houvesse um bocadinho agora não. É um elemento que se vê mulheres em todo o lado. De certeza absoluta que não há-de conhecer nenhum.*

5.6. - Pensa que as mulheres desempenham menos trabalho de rua por terem menos capacidades físicas que os homens?

- *Talvez tenham receio de virem para aqui. Na minha maneira de ver, acham que isto é sei lá, isto algumas pensam que isto é um emprego e outras podem pensar que isto que vêm para aqui e têm de andarem na rua e por isso talvez o problema das mulheres e de terem que andar na rua e, elas talvez não queiram, não vejo problemas nenhuns elas atualmente elas virem para a polícia. Elas atualmente são como os homens, têm o mesmo estatuto que o homem. Por isso, não vejo por que as mulheres não possam engrossar na polícia. Há o problema do número reduzido de vagas para as mulheres mas isto é a instituição que tem que mudar por causa de acordar mais mulheres, seja mais aliciente para elas e até para nós. Não sei como há, agora inclusive 10000*

*candidatas para 300 vagas e, conforme está isto a pessoal contínua. Bom talvez não haja emprego por isso também não sei. Agora que isto tanto está para elas como para nós está aberto para toda a gente, as vagas é que não compreendo e a instituição tem que mudar isso.*

5.7. - Quais são as maiores dificuldades com as quais as mulheres se deparam:

5.7.1. - nas provas de admissão?

*- Não tinham, na altura não havia. Houve uma altura que parou. Quando eu ingressei na polícia em 83 não havia, houve antes e depois houve uma altura que parou.*

5.7.2. - durante a formação?

*- Não sei, não posso dizer. Eu nunca presenciei nem nunca estive lá numa formação de guardas mulheres nem em Torres Vedras nem Santarém, não havia mulheres no meu curso, eramos 700 e tal homens. Mais tarde começou depois a haver, houve antes de 83 duas ou três e, depois mais tarde a partir de 84, 85, é que começou a haver a escola de mulheres ministras*

5.7.3. - quando começam a exercer funções?

*- Não sei*

5.8. - Pensa que o desempenho profissional das mulheres poderá ser perturbado por serem demasiado sentimentais?

*- Não, isso não, acho que não. O homem também é sentimental se formos ver. Há pessoas que são capazes de reagir de uma maneira e outras de outra por isso não vejo que a mulher seja mais, não acho que não.*

## Anexo 10. Entrevista 10

**Esquadra:** Esquadra de Vila Real

**Dados de identificação:**

- Nome - Madalena Maria da Costa Rodrigues
- Sexo - Feminino
- Idade - 43 anos
- Posto (patente) - Agente Principal
- Função que desempenha actualmente - integrado no PIPP/EPAV

### 1. Violência Doméstica contra as mulheres - atendimento na esquadra/posto

- 1.1. - Onde é feito mais frequentemente o atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica? Na banca de atendimento do graduado, na sala de atendimento às vítimas, na rua, na sala do comandante, na sala do adjunto, na sala de aulas/formação?

*- No nosso gabinete se estivermos de serviço. Se não estiver ninguém no atendimento ao público e o graduado de serviço tiver uma situação de violência doméstica utiliza o nosso gabinete.*

- 1.2. - No seu entender, as salas de atendimento às vítimas têm condições para tal, no que se refere à privacidade, à segura, ao conforto e a locais onde as crianças possam ficar (caso houver)?

*- Sim, sim. Penso que no geral temos um gabinete que dá um conforto e a privacidade que considero importante. Se vierem com crianças uma colega da equipa dá mais atenção às crianças.*

- 1.3. - As pessoas que fazem este atendimento são homens ou mulheres?

*- Normalmente são dos dois sexos. Se a vítima preferir falar com uma mulher, é uma mulher que a atende; se quiser falar com os dois fala com os dois.*

- 1.3.1. - Existe algum critério na sua selecção?

*- Não temos um critério de escolha. Se estivermos na rua e chamarem-nos para virmos atender uma vítima, nós encaminhamo-la para o gabinete e depois de estar no gabinete perguntamos se quer ficar sozinha comigo ou com os dois ou só com o meu colega. Acho que a vítima tem que dizer se prefere ficar com um ou com outro. Normalmente ficam com os dois. As mulheres fazem as perguntas (no nosso caso eu) e a vítima vai falando. Se eu vir que ela prefere ficar só comigo faço sinal ao colega para ele sair do gabinete. Nós entendemo-nos e só com um olhar ele sai e ficamos sozinhas; a vítima já me diz coisas mais íntimas, tipo um desabafo - às vezes servimos de psicólogos.*

- 1.3.2. - Têm algum tipo de formação?

*- Temos. A geral e nós actualizámo-nos. Vamos a um colóquio ou outro. Trabalhamos muito com a protecção de crianças e jovens - que eu gosto de trabalhar. No caso dos idosos falamos com a segurança social, falamos com a santa casa da misericórdia.*



1.3.3. - Onde é ministrada a formação?

- *Umás vezes no comando, outras vezes fora como por exemplo na santa Casa da Misericórdia. Vai rodando por vários sítios. Já chegou a ser na universidade, uma altura na sala de formação do hospital.*

1.4. - Quem, no seu entender, deveria fazer o atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica:

1.4.1. - homens, mulheres ou é indiferente o género? Porquê?

- *Acho que depende da vítima. Normalmente deveria ser uma mulher porque, se calhar, a vítima fica mais à vontade; pode nos dizer coisas mais importantes em relação à vítima ção que ela teve e que tem vergonha de dizer a um homem. No geral as mulheres não se importam com o que vai ficar escrito; se for um homem ou uma mulher a registar a queixa elas não se importam porque sabem que mais cedo ou mais tarde toda a gente vai ficar a saber daquilo. Mas no que toca ao desabafo estão mais à vontade connosco porque a maior parte do que nos dizem não vai ficar escrito.*

1.4.2. - chefes, agentes ou elementos das EPAV? Porquê?

- *Acho que não tem nada a ver com a posição de chefes ou de agentes. Qualquer um pode fazer o atendimento mas é lógico que quem lida mais com situações de violência doméstica fica cada vez mais sensível. Quem apanha uma ou outra situação por mês não fica tão sensível como aquele que apanha o mesmo número de situações por semana. Eu lido com uma situação hoje, vou lidar com ela daqui a uma semana e entretanto vou fazendo o acompanhamento da vítima. É diferente de alguém que vai às diligências todas e apanha uma de violência doméstica; aquela é mais uma. Acho que deveríamos ser nós da EPAV, ou na nossa ausência o graduado de serviço deveria escolher, de entre o grupo que estivesse de serviço, o elemento que achasse mais sensível - porque entretanto a gente vai se conhecendo.*

**2. Violência Doméstica contra as mulheres - ocorrências fora da esquadra/posto**

2.1. - Em situações de violência doméstica, quem, no seu entender, deveria se deslocar ao local da ocorrência:

2.1.1. - homens, mulheres ou é indiferente o género? Porquê?

- *Se estivermos de serviço vai uma equipe que é constituído normalmente por uma mulher e um homem. Se for o carro de patrulha, vão dois homens. Mas deveria ir uma mulher e dois homens, nunca menos que 2 elementos; Acho que 3 seria o ideal. Um para salvarguardar e 2 para entrar na casa ou ficar à porta mediante o que as vítimas deixam fazer.*

2.1.2. - chefes, agentes ou elementos das(os) EPAV/NIAVE? Porquê?

- *Acho que quem está direccionado para a violência doméstica é que deveria ir. Não temos chefes na equipe; só somos agentes. Todos nós temos sensibilidade para este tipo de serviço; qualquer elemento da PSP está sensibilizado porque hoje em dia fala-se mais disso.*

2.2. - As(os) EPAV/NIAVE, quando intervêm em situações de violência doméstica contra as mulheres, devem ser constituídas por elementos femininos, masculinos ou é indiferente o género?

- *Na constituição das equipas acho que o ideal é haver mulheres e homens. Porque para além de lidarmos com a vítima mulher temos que lidar com o suposto agressor; aí convém ser um homem a falar com o suposto agressor. Embora a gente também fale, mas ele, se agrediu a companheira, está com raiva das mulheres; nós ficamos com a vítima e o elemento masculino fica com o agressor. Se houver um terceiro elemento, fica com os filhos em caso, caso houver. Temos que pensar, também, na parte do agressor; não podemos pensar só na vítima. Ele pode tentar agredi-la na nossa frente e pode tentar vir atrás de nós. Por isso convém ter sempre um elemento masculino.*

### **3. Violência Doméstica contra as mulheres - policiamento de proximidade**

3.1. - Os elementos das(os) EPAV/NIAVE estão melhor preparados para fazer o atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica?

- *Acho que qualquer serviço que vamos fazendo constantemente, estamos melhor preparados para o fazer. Assim como um elemento do trânsito está direccionado para o trânsito, faz aquele serviço melhor que um elemento da patrulha, nós também estamos melhor preparados para as situações de apoio à vítima e por isso tratamos melhor a situação do que o resto dos colegas.*

3.2. No Brasil, por exemplo, foram criadas as Delegacias de Polícia Especializadas no Atendimento a Mulheres Vítimas de Violência Doméstica (DEAMs). Existem, também, as unidades policiais especializadas.

3.2.1. - As/os EPAV/NIAVE têm alguma semelhança?

- *Mínima. Tendo os nosso gabinete e estando direccionados para este problema fazemos outro tipo de serviços. Acho que a violência doméstica deve ser sim dada muita importância mas criar uma esquadra própria só para este efeito não se justificava. Em Portugal ainda há pouca violência doméstica.*

3.2.2. - Como caracteriza as equipas e o seu trabalho?

- *Acho ótimo, acho que é interessante, acho que é bom. As pessoas, pelo facto de saberem que existe este tipo de serviço, conseguem, se calhar, ir mais rápido às esquadras. Sabem que há lá pessoas que, independentemente de terem formação, estão lá para aquele serviço. Sabem que podem lá estar um, duas, três, quatro horas com aquela pessoa. Sentem-se mais seguras, sabem que têm ali um apoio diferente. Embora o tenham com os outros colegas, sabem que connosco podem estar mais tempo. Se no dia seguinte vierem ter com a gente, a gente acompanha. Se nos pedirem ajuda, damos - já chegamos a ir buscar pessoas para as trazer à APAV. Se o agressor ameaça a vítima de morte, fazemos um acompanhamento constante desde vigiar mais a casa, ir buscar a vítima para ir ao médico, por exemplo.*

3.2.3. - Há alguma relação directa entre as/os EPAV/NIAVE e a violência doméstica?

- *Têm uma relação directa mas no fundo é mais um dos nossos trabalhos. Para além de termos o nosso serviço, e se não houver mais nenhuma situação de violência doméstica a gente faz outras diligências; fazemos policiamento de proximidade que é o que fazemos: a parte do comércio, a parte dos idosos. Passamos em casa dos idosos e se*

*por acaso passarem por nós (toda a gente se conhece - isto é uma cidade pequena), algumas param e nós perguntamos como têm andado, se precisam de alguma ajuda. É mesmo um policiamento de proximidade.*

3.3. Na GNR foi implementado o projecto Investigação e Apoio a Vítimas Específicas (IAVE). Foram criados os Núcleos de Investigação e Apoio a Vítimas Específicas (NIAVE) cuja actuação incide na prevenção, investigação e acompanhamento das situações de violência doméstica sobre as mulheres.

3.3.1. - O que pensa do projecto?

*- Acho que não posso falar porque não tenho conhecimento de qual é o objectivo deles. Que nós temos muitas vítimas que vêm da área da GNR para a nossa, temos - imensas. Não sei por que razão preferem que seja a PSP a acompanhar o caso deles; não sei nem quero questionar o motivo. Em termos de investigação a gente faz, acaba por a fazer. Se conhecemos o casal, se for da área da polícia (se não pedimos diligências à GNR) muitas vezes apresentam queixa na polícia e são da área da GNR mas a partir daí não é connosco, infelizmente não é connosco. Mas na nossa área a gente faz diligências com o marido no trabalho, como é que tratam os filhos ou onde é que eles estão, que tipo de apoio que têm; a gente faz esse tipo de diligências; e informamos as entidades competentes para cada tipo de serviço. Acho que fazemos isto tudo; não precisamos criar nada; também depende do nosso trabalho, do dia-a-dia.*

3.3.2. - Há alguma vantagem ou desvantagem em relação à forma como a PSP trata os casos de violência doméstica contra as mulheres?

*- Não sei qual é o trabalho que eles desenvolvem. Mas que trabalhamos bem, trabalhamos. E não fazemos mais porque não há dinheiro; as instituições não conseguem por cobro aos serviços que aparecem e às necessidades das pessoas. A APAV faz o que pode e também ajuda as vítimas. Mas às vezes a solicitação é tanta, é tanta necessidade que não há suporte. Temos situações de violência doméstica em que têm filhos e netos toxicodependentes, A gente tenta ajudar, vai à instituição, informa-se e vê o que se pode fazer para tratamentos. Fazemos tipo uma ponte, um suporte. Acho que a polícia é um suporte, um pilar para essas bases todas.*

3.4. Os agentes que saem da Escola Prática de Polícia (EPP), normalmente, passado 1 mês já patrulham sozinhos.

3.4.1. - Eles estão preparados para responder a casos de violência doméstica contra as mulheres?

*- Com situação nenhuma. Ao fim de 15 dias, quando também cheguei a Lisboa, puseram-me a fazer patrulha sozinho (tinha arrebitado a Guerra do Golfo). Acho que não temos bagagem para fazermos um policiamento sozinho; nem pensar. Acho que nenhum agente deveria andar sozinho; é perigoso para o agente e para o resto. Uma equipa, duas pessoas trabalham muito mais do que uma. Há uma situação e um agente acompanhado vai à situação, se não está, o que faz?*

#### **4. Violência Doméstica contra as mulheres - opinião acerca da actuação em função do género**

4.1. - O que pensa do facto de o Despacho nº 15/98, de 9 de Março, do Ministro da Administração Interna (relativo à actividade das políticas de

segurança) determinar que o atendimento a mulheres vítimas de violência física e/ou psicológica fosse feito preferencialmente por agentes do sexo feminino?

- *Concordo. Embora haja homens muito sensíveis, a mulher é diferente. Se observarmos o momento da queixa, a mulher não vê a farda. Vê a mulher em si que vai compreendê-la. Independentemente de estar fardada e de saber que é uma polícia, mas vê mais a mulher, não vê o homem que é a parte que a agrediu. Acho que há este impacto e se for uma mulher a atendê-la a vítima fica mais sensível. Muitas vezes estamos fardados e conversamos e antes de iniciarmos a queixa ou transcrevermos para o papel o que a vítima nos diz; a vítima gosta muito de conversar de contar o início da vítima ção, de tudo. E ela deixa de ver dois polícias fardados, ou uma polícia fardada. Tivemos uma senhora, nova ainda, trinta e poucos anos, e ela disse: só o facto de ter falado consigo, serviu mais do que uma semana na psicóloga. Isto é bom de ouvir.*

4.2. - A violência doméstica contra a mulher, pelo facto de ser contra a mulher, deve ser dada maior importância em relação às outras situações de violência doméstica? Porquê?

- *Não, não, não. Acho que se for contra um menor deveria ser ainda mais grave. Um menor não tem reacção, não consegue reagir como uma pessoa adulta. Agora de resto, a violência doméstica deveria ser igual para todos.*

4.3. - O facto de ser mulher (ou homem) deixa-a (o) mais sensível a situações de violência doméstica contra mulheres? Porquê?

- *Deixa. Identifico-me mais com as vítimas e sinto que coloco-me mais facilmente no lugar delas do que um homem.*

4.4. - As mulheres-polícia, pelo facto de serem mulheres, têm mais sensibilidade para atender mulheres vítimas de violência doméstica?

- *Eu acho. Temos mais um bocadinho porque sabemos o que é ser mulher, o que é ser mãe, o que é ser esposa. Compreendemos mais a situação. Numa situação, conseguimos pôr-nos, mais rápido no papel delas do que um homem.*

4.5. - Ter mais mulheres na patrulha traria alguma vantagem na resolução dos casos de violência doméstica contra as mulheres?

- *Sim, sim. A nível geral.*

4.5.1. - Haveria algum inconveniente?

- *Não haveria inconveniente nenhum.*

4.5.2. - As políticas de recrutamento deveriam ser alteradas com vista a aumentar o número de elementos femininos?

- *Sim, sim. Numa escola de 700 elementos há 50 mulheres. Em vez de 50, houvesse 100 ou 150 era o ideal. Na minha escola éramos setecentos e tal elementos mas éramos apenas 50 mulheres. Deveríamos ter mais formação a nível físico para tentarmos igualar-nos ao sexo oposto.*

## 5. Carreiras femininas na PSP

5.1. - Em que áreas de trabalho da Polícia entende que as mulheres têm maiores dificuldades?

- *Na progressão na carreira. Num curso de chefes entram 100 chefes, onde só há 10 mulheres. Limitam a entrada; nos oficiais, na Escola Superior de Polícia em 20 oficiais entram 2 ou 3 mulheres. Portanto, não é pela competência, não é pelas provas físicas que se fazem mas têm sempre em conta o número de elementos masculinos e femininos.*

5.2. - Pensa que os homens se sentem ameaçados por existirem mulheres na carreira policial?

- *Acho que sim.*

5.3. - Quais são as maiores dificuldades das mulheres na Polícia?

- *Conciliar as relações família trabalho mas o pior de tudo são as instalações. Não há ou raramente temos condições adequadas para os elementos femininos. É muito raro ter um comando ou uma esquadra que tenha condições físicas para o elemento feminino; não têm o básico.*

5.4. - Pensa que as mulheres na Polícia são discriminadas só pelo facto de serem mulheres?

- *Sim, algumas vezes.*

5.5. - Como é que explica que a percentagem das mulheres na patrulha seja consideravelmente inferior à dos homens?

- *Eu penso que é a nível da força e o facto de sermos mães. Em qualquer empresa privada, se virmos as estatísticas, há mais elementos masculinos, Porque o facto de sermos mães temos licença de maternidade e consultas com os filhos, quase igualamos a carreira com a parte familiar ou damos um bocadinho mais de prioridade à parte familiar. Se uma mulher for assim, não lhe dão tanta hipótese no trabalho, na progressão na carreira. Se uma mulher puser completamente de parte a parte familiar consegue-se igualar a um homem. E o facto de sermos discriminadas é nessa parte. Uma empresa privada quer lucros; o Estado não é que no fundo queira lucro mas é quase. Se tiver a hipótese de um funcionário poder lhe dar problemas de estar ausente por uns meses, não o quer. Acho que ainda funcionamos assim.*

5.6. - Pensa que as mulheres desempenham menos trabalho de rua por terem menos capacidades físicas que os homens?

- *Para uma percentagem mínima se calhar é este o motivo. A outra parte é que já que tem que haver serviços burocráticos e que existem na polícia feito por policiais (se fosse por civis não havia problemas) mas como há também polícias optam pelas mulheres porque acabam por fazer um horário diurno em que conseguem estar com a família e com os filhos depois do expediente. Eu penso que será este o motivo.*

5.7. - Quais são as maiores dificuldades com as quais as mulheres se deparam:

5.7.1. - nas provas de admissão?

- *As maiores dificuldades na altura em que concorri foi dizerem-me que as provas das mulheres eram mais baixas e, chegar ao Porto serem iguais às dos homens; não estava*

*preparada. Acho que deveriam ser um bocadinho menores que as dos homens; ou então serem iguais para termos mesmos direitos. As provas físicas mesmo de admissão de agentes para a polícia serem iguais para mulheres e homens; quem entrava, entrava independentemente do sexo; assim é o mais correcto.*

5.7.2. - durante a formação?

*- Acho que foram mesmo as instalações; não estavam preparadas para ter mulheres. Não que os homens não tenham que ter determinados cuidados mas acho que nós mulheres temos mais necessidades e cuidados.*

5.7.3. - quando começam a exercer funções?

*- Imensas; instalações; na esquadra para onde eu fui não havia instalações para a gente se fardar, sequer. Tínhamos um quarto emprestado para a gente se fardar que era o gabinete do médico. E na rua, o facto de nos porem sozinhas. Acho que nem os homens deveriam andar sozinhos, quanto mais mulheres. Acho que a patrulha dobrada é o ideal.*

5.8. - Pensa que o desempenho profissional das mulheres poderá ser perturbado por serem demasiado sentimentais?

*- Não, não, não. Acho que pelo contrário; conseguimos ser frias, conseguimos ver a realidade e ao mesmo tempo perceber a parte sentimental de quem chega - eu acho que é muito importante; mas conseguimos, também ser frias.*

## Anexo 11. Entrevista 11

**Esquadra:** Esquadra de Vila Real

**Dados de identificação:**

- Nome - Rui Manuel Correia Sequeira
- Sexo - Masculino
- Idade - 45 anos
- Posto (patente) - Agente Principal
- Função que desempenha actualmente - integrado no PIPP/EPAV

### 1. Violência Doméstica contra as mulheres - atendimento na esquadra/posto

- 1.1. - Onde é feito mais frequentemente o atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica? Na banca de atendimento do graduado, na sala de atendimento às vítimas, na rua, na sala do comandante, na sala do adjunto, na sala de aulas/formação?

- *No gabinete próprio. Sempre que estejamos um dos quatro elementos de serviço, é sempre no gabinete de apoio à vítima. Como não há pessoal para efectuar todos os turnos, principalmente à noite e se houver situações do tipo, são atendidas no graduado de serviço. Mas são mais no nosso gabinete.*

- 1.2. - No seu entender, as salas de atendimento às vítimas têm condições para tal, no que se refere à privacidade, à segura, ao conforto e a locais onde as crianças possam ficar (caso houver)?

- *Segurança e privacidade, sim. Conforto, se calhar, deveria ter um pouco mais.*

- 1.3. - As pessoas que fazem este atendimento são homens ou mulheres?

- *Geralmente se é mulher que se apresenta põe-se a questão se quer ser ouvida por um elemento feminino ou por um elemento masculino. Na maior parte do dia-a-dia não têm preferência. Inclusive já chegamos a estar um elemento feminino e um masculino.*

- 1.3.1. - Existe algum critério na sua selecção?

- *Questiona-se mesmo a vítima se quer homem, se quer mulher ou se podemos estar os dois. É ela quem decide.*

- 1.3.2. - Têm algum tipo de formação?

- *Sim. Para além da formação existente em todos os elementos policiais - desde que o fenómeno de violência doméstica passou a crime público e com realce da própria instituição em querer dar formação a todos os elementos -, nós temos formação específica no atendimento a vítimas de violência doméstica.*

- 1.3.3. - Onde é ministrada a formação?

- *Aqui no comando de Vila Real*

1.4. - Quem, no seu entender, deveria fazer o atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica:

1.4.1. - homens, mulheres ou é indiferente o género? Porquê?

- *Penso que a pessoa vem tão debilitada que nem sequer pensa se o atendimento vai ser feito por mulher ou por homem. Acho que, se calhar, terá alguns assuntos em que terá aís à vontade para expor a um elemento feminino. Eu nunca senti diferença. Todas as pessoas que têm chegado aqui e que têm sido atendidas por mim ou pela equipa (mulher e homem), nunca vi diferença ou que a pessoa tenha algum problema em expor a situação.*

1.4.2. - chefes, agentes ou elementos das(os) EPAV/NIAVE? Porquê?

- *Independentemente do posto, acima de tudo, competência. Quer-se uma pessoa competente, sensível e que esteja vocacionada para este tipo de serviço. A perfeição não existe, mas há pessoas que se enquadram mais num tipo de serviço do que noutros, independentemente da graduação. Acho que a graduação aqui é secundária.*

## **2. Violência Doméstica contra as mulheres - ocorrências fora da esquadra/posto**

2.1. - Em situações de violência doméstica, quem, no seu entender, deveria se deslocar ao local da ocorrência:

2.1.1. - homens, mulheres ou é indiferente o género? Porquê?

- *Acho que deve ir uma equipe por que nunca sabemos com o que vamos deparar. A violência que está a ser exercida, neste caso sobre a mulher, pode-se virar contra os agentes policiais. é preciso ter sempre algum cuidado em relação a este assunto. Penso que as equipas deveriam ser mais para o acompanhamento e não para o primeiro impacto. Porque depois há diligências a efectuar e, se tivermos que intervir no conflito, torna-se mais difícil conseguirmos retirar toda a informação possível para dar encaminhamento ao processo. Para além do auto padronizado de violência doméstica há uma série de diligências a efectuar - como é o caso da avaliação de risco se for o caso; se houver filhos menores temos de fazer a informação complementar para a comissão de protecção de crianças e jovens em risco. E se nós, no primeiro embate formos os intervenientes directos, depois fica dificultada a nossa acção para recolher todo o tipo de informação possível para a resolução do problema.*

2.1.2. - chefes, agentes ou elementos das(os) EPAV/NIAVE? Porquê?

- *Os elementos das EPAV, pela experiência que vão tendo, se calhar estão mais vocacionados para se deslocar ao local. De qualquer das formas é sempre complicado...se for possível a senhora neste caso vítima de violência doméstica deslocar-se ao departamento policial terá muito mais privacidade para expor o que se passou. Continuo a dizer: não tem a ver com a graduação. Acima de tudo querem profissionais competentes e sensíveis ao problema da violência doméstica.*

2.2. - As EPAV, quando intervêm em situações de violência doméstica contra as mulheres, devem ser constituídas por elementos femininos, masculinos ou é indiferente o género?

- *Penso que conforme estamos a trabalhar no comando de Vila Real está correcto - que é o sistema misto. Acho que é a melhor forma.*



### 3. Violência Doméstica contra as mulheres - policiamento de proximidade

3.1. - Os elementos das EPAV estão melhor preparados para fazer o atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica?

- *Poderá dizer-se que estão, mas eu não quero ir por aí. São diferentes. É um tipo de serviço que se faz todos os dias, estamos vocacionados para isto - até pela experiência que temos. Cada caso é um caso e a experiência vai dando outra forma de ver as situações.*

3.2. No Brasil, por exemplo, foram criadas as Delegacias de Polícia Especializadas no Atendimento a Mulheres Vítimas de Violência Doméstica (DEAMs). Existem, também, as unidades policiais especializadas.

3.2.1. - As/os EPAV/NIAVE têm alguma semelhança?

- *Poderá relacionar-se em termos comparativos, mas se calhar a realidade do Brasil é diferente da portuguesa. Por exemplo, nós está enraizado em termos sociais que o homem, entre aspas, mandava na mulher. Isto no passado; hoje há uma mentalidade completamente diferente; havia um preconceito em termos sociais em a mulher se parar-se - aguentava uma série de maus tratos derivada à própria sociedade que recriminava a mulher que abandonava o lar, etc. Tudo isso foi mudando. Acho que não há razão nenhuma, em meios como o de Vila Real, de criar uma esquadra própria para a violência da própria esquadra. Deve haver, dentro da própria esquadra, um sector que se dedica àquele tipo de crime. Até porque há muita informação que é preciso ter entre patrulheiro, o da proximidade e inclusive o da investigação e que só vai ajudar a vítima. Portanto, quanto mais concentrada estiver, melhor. Porque nós precisamos saber se antes os elementos que andam todos os dias no terreno já tinham tido situações idênticas e se aperceberam que existia conflito naquele casal. Depois de elaborarmos o auto padronizado é preciso uma série de diligências que englobam elementos das EPAV, da investigação criminal, etc. Se estivéssemos todos separados, esta informação não chegava completa.*

3.2.2. - Como caracteriza as equipas e o seu trabalho?

- *Penso que é uma mais-valia para a instituição PSP. Acho que quem sai a ganhar com tudo isso são as vítimas de violência doméstica. Quanto mais condições nós tivermos, quanto mais conhecimento nós tivermos, quanto mais próximos nós estivermos da vítima, ela só tem a ganhar.*

3.2.3. - Há alguma relação directa entre as/os EPAV/NIAVE e a violência doméstica?

- *Dentro do PIPP temos várias valências: comércio, apoio aos idosos, os programas com as crianças, etc. Mas penso que a violência doméstica é que mais tempo nos ocupa e que somos obrigados a dar mais dedicação a este fenómeno.*

- 3.3. Na GNR foi implementado o projecto Investigação e Apoio a Vítimas Específicas (IAVE). Foram criados os Núcleos de Investigação e Apoio a Vítimas Específicas (NIAVE) cuja actuação incide na prevenção, investigação e acompanhamento das situações de violência doméstica sobre as mulheres.

3.3.1. - O que pensa do projecto?

- *Não sei se a nível nacional este projecto está a ser executado da mesma forma. Aquilo que eu me apercebo nos meios do interior e inclusive nos postos policiais aqui na periferia da cidade de Vila Real, chegam-nos várias situações de pessoas vítimas de violência doméstica de comarcas onde os elementos da GNR fazem parte e que por várias razões deslocam-se à esquadra da PSP da cidade de Vila Real para apresentar queixa de violência doméstica. Inclusive já comentários como “naquele posto não quero entrar”. Poderá haver alguma razão que desconheço. Mas, também, poderá ser porque muitas das pessoas vítimas de violência doméstica e que apresentam queixa neta esquadra vêm de áreas de jurisdição da GNR onde não há APAV. Dada à proximidade dos edifícios da APAV e da esquadra da PSP as pessoas encaminham-se logo para este departamento da PSP para formalizar a queixa. Não conheço a totalidade do serviço prestado pelos NIAVE mas o certo é que muitas pessoas vítimas de violência doméstica e que residem na área da GNR vêm apresentar queixa aqui.*

3.3.2. - Há alguma vantagem ou desvantagem em relação à forma como a PSP trata os casos de violência doméstica contra as mulheres?

- *Penso que não. As relações públicas existentes na GNR, a forma como divulgam, que cria ilusão, mas penso que não estão a executar o serviço melhor do que nós.*

- 3.4. Os agentes que saem da Escola Prática de Polícia (EPP), normalmente, passado 1 mês já patrulham sozinhos.

3.4.1. - Eles estão preparados para responder a casos de violência doméstica contra as mulheres?

- *Penso que não. A experiência que se vai adquirindo, a experiência de vida dá-nos uma bagagem enorme. É evidente que eu já passei por esta fase e não foi um mês; passados quinze dias já patrulhava sozinho e tudo naquela altura é um problema para darmos resolução. Saímos de lá com muita informação mas com pouca prática e temos alguma dificuldade para resolver certos problemas. Lidar com a violência doméstica requer algum cuidado porque acho que não devemos vitimizar a pessoa que chega no departamento policial. Deve-se evitar que conte mais que uma vez o que acontece; quanto mais perguntas ou as mesmas perguntas feitas por elementos diferentes vai criar um transtorno maior à vítima. Os elementos que saem da escola podem ter competência mas não têm sensibilidade nem o traquejo necessários para elaborar o expediente e para fazer o acompanhamento da vítima.*

**4. Violência Doméstica contra as mulheres - opinião acerca da actuação em função do género**

- 4.1. - O que pensa do facto de o Despacho nº 15/98, de 9 de Março, do Ministro da Administração Interna (relativo à actividade das políticas de segurança) determinar que o atendimento a mulheres vítimas de violência física e/ou psicológica fosse feito preferencialmente por agentes do sexo feminino?

- Continuo a achar que deve ser sempre posta a situação à vítima. É ela quem deve decidir se quer ser atendida por um elemento feminino ou masculino. Nós aqui temos equipas mistas e por isso este problema nunca se põe; é sempre possível satisfazer o pedido da vítima. Relativamente ao despacho deverá ter havido alguma razão para as pessoas se terem pronunciado assim. A vítima se calhar terá algum mais à vontade para expor situações que mexam com ela. Por exemplo se foi obrigada a práticas sexuais expõe isso de forma diferente a um elemento feminino.

4.2. - A violência doméstica contra a mulher, pelo facto de ser contra a mulher, deve ser dada maior importância em relação às outras situações de violência doméstica? Porquê?

- Não. Deve-se dar igual atenção às diversas formas de violência doméstica, independentemente contra quem ela for dirigida.

4.3. - O facto de ser mulher (ou homem) deixa-a (o) mais sensível a situações de violência doméstica contra mulheres? Porquê?

- O facto de eu estar neste serviço há já alguns anos, cada vez mais mexe comigo; como é que é possível, em pleno século XXI, independentemente do grau literário, independentemente do estatuto social depararmos com situações em que o ser humano perde todo raciocínio, toda a racionalidade e age como um animal. Não compreendo como é que ainda há pessoas que mandam e que resolvem os problemas com agressão. É evidente que isto mexe comigo e à medida que o tempo vai passando ainda mais sensível me torno a essas situações que revoltam-me - como é possível este tipo de tratamento?

4.4. - As mulheres-polícia, pelo facto de serem mulheres, têm mais sensibilidade para atender mulheres vítimas de violência doméstica?

- Não. Porque apesar de eu ser homem, não sinto que as mulheres tenham mais sensibilidade para estas situações; depende muito da pessoa em si e não ao facto de ser homem ou mulher.

4.5. - Ter mais mulheres na patrulha traria alguma vantagem na resolução dos casos de violência doméstica contra as mulheres?

- Se possível em todos os turnos haver senhoras seria benéfico. Mas eu continuo a achar que a questão do ser feminino ou masculino é irrelevante. Acima de tudo competência, informação, formação e ser sensível a este tipo de fenómeno.

4.5.1. - Haveria algum inconveniente?

- Nenhum. Elas eram bem-vindas.

4.5.2. - As políticas de recrutamento deveriam ser alteradas com vista a aumentar o número de elementos femininos?

- Se calhar, poderão é estar mal distribuídas. Não conheço em pormenor quantos elementos femininos existem a nível nacional; poderá é haver uma má distribuição desses elementos. Há certos serviços internos que podem ser executados por elementos femininos. Seriam muito mais úteis se estivessem ao serviço da população. É evidente que todos os dias deparámo-nos com revistas a senhoras; era bom ter sempre um elemento feminino porque se não tem que se ir chamar; já tivemos situações em que foi

*preciso ir buscar um elemento feminino e se o tivéssemos no terreno era escusado ir procurá-lo noutros serviços.*

## **5. Carreiras femininas na PSP**

5.1. - Em que áreas de trabalho da Polícia entende que as mulheres têm maiores dificuldade?

*- Acho que os elementos femininos, depois da sua adaptação, são válidas como elementos masculinos. Não vejo que as senhoras a executar serviço na PSP sejam mais ou menos que nós; têm todas as condições para executar o serviço como nós.*

5.2. - Pensa que os homens se sentem ameaçados por existirem mulheres na carreira policial?

*- Não. Nem pensar. Desde sempre trabalhei com mulheres na PSP e temos um excelente relacionamento. Não tenho qualquer problema e nem nunca pensei que elas me poderiam tirar o lugar ou coisa do género; longe disso. É bom trabalhar com mulheres.*

5.3. - Quais são as maiores dificuldades das mulheres na Polícia?

*- Na conciliação da vida profissional com a vida pessoal, elas, se calhar, têm mais dificuldades do que nós os homens. É evidente que os filhos, a vida de casa, etc, limitam um pouco ou não lhes dá a liberdade que gostariam de ter para os exercer em termos profissionais. Há uma série de condicionantes apesar de nós os homens termos as mesmas preocupações e obrigações com os filhos mas é diferente. Uma mulher na polícia que tenha que vir fazer um turno da noite, se calhar, as crianças estão mais apegadas à mãe; é complicado conciliar todos os dias entrar numa escala geral onde, com a rotina fazem as noites, os fins-de-semana e os feriados, etc, com a vida familiar.*

5.4. - Pensa que as mulheres na Polícia são discriminadas só pelo facto de serem mulheres?

*- Não. Penso que têm o tratamento precisamente igual ao do homem.*

5.5. - Como é que explica que a percentagem das mulheres na patrulha seja consideravelmente inferior à dos homens?

*- Temos que recuar no tempo. Antigamente a resolução do conflito social era através da força física - ou era mais através da força física. Hoje, penso que é preciso mais inteligência na resolução de conflitos; penso que há mais diálogo, servir de mediador. No passado, se calhar esse caminho para as forças de segurança era restrito, era limitado às mulheres. Penso que hoje a mulher pode exercer qualquer actividade profissional sem problemas e vai dar tanto como o homem.*

5.6. - Pensa que as mulheres desempenham menos trabalho de rua por terem menos capacidades físicas que os homens?

*- Não. Não vejo isso assim. Há menos mulheres na rua porque: primeiro, há menos que homens; segundo, porque estão inseridos em serviços onde é preciso ter alguma sensibilidade e, se calhar, as mulheres possuem-nas ou têm-nas mais do que nós e por isso estão nesses locais.*

5.7. - Quais são as maiores dificuldades com as quais as mulheres se deparam:

5.7.1. - nas provas de admissão?

- *Eram as provas físicas. No meu tempo as provas físicas, os próprios tempos eram diferentes para homens e mulheres. Mas houve um período em que eram iguais e entraram muito poucas mulheres. O grande problema das mulheres sempre foi as provas físicas.*

5.7.2. - durante a formação?

- *Durante a formação tiveram a mesma capacidade que nós.*

5.7.3. - quando começam a exercer funções?

- *As dificuldades que a mulher encontra são as mesmas que o homem. Saem com uma certa teoria mas que é preciso depois por em prática e é evidente que os primeiros dias são terríveis para todos nós.*

5.8. - Pensa que o desempenho profissional das mulheres poderá ser perturbado por serem demasiado sentimentais?

- *Poderá. Deixam-se envolver mais com as situações e às vezes era preciso ter mais frieza e, emocionalmente, deixam-se levar mais do que nós. Aquilo que eu tenho reparado é que a mulher envolve-se muito mais no problema, quando existe um conflito. É bom, por um lado, envolver-se mas tudo o que é exagero trás problemas para ela pois não consegue libertar-se da actividade profissional mesmo na sua vida privada; não descansa o necessário porque aquilo mexe com ela. tudo tem que ir dentro do parâmetro de razoabilidade para que não haja excedentes. Se nós não conseguirmos libertar dos problemas em termos profissionais e se os levarmos para casa e voltarmos a trazer, para além dos profissionais, os de casa, chega uma altura em que não temos capacidade de resolução. O envolvimento é bom e empenharmos mas tudo o que é exagero é mau.*